UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI

A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA E A ECONOMIA PORTUGUESA, 1986 – 2005

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI

A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA E A ECONOMIA PORTUGUESA, 1986 – 2005

Dissertação apresentada como cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em História Econômica pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Professor Doutor Wilson do Nascimento Barbosa

São Paulo
2011

RESUMO

Este trabalho busca estudar a trajetória da economia portuguesa ao longo dos vinte anos de participação no Bloco Econômico Europeu, acompanhando as mudanças em sua estrutura e as consequências que o processo trouxe para o país como um todo.

Desde o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia em 1977, até à assinatura do tratado em 1985, decorreram oito anos de negociações, assinaturas de acordos e declarações onde o país lentamente se adequou às exigências para que pudesse ser integrado ao bloco. A situação econômica do país se alterou significativamente nos vinte anos em que integra a Comunidade Europeia. Adicionalmente, a adesão à unificação da moeda, com a adoção do euro em 1994, implicou na aceitação de uma autoridade monetária única, retirando do Estado uma importante ferramenta de controle macroeconômico que passa a ser utilizada de modo supranacional.

Palavras-chave: Portugal, Economia Europeia, Comunidade Econômica Europeia, política econômica, comércio internacional.

ABSTRACT

This work aims to present a study on the history of the Portuguese economy over the twenty years of her participation in the European economic block, following the changes in its structure and the consequences that the process has brought to the country as a whole.

Since the request of Portugal to join the European Economic Community in 1977 until the signing of the treaty in 1985, eight years of negotiations, agreements and declarations passed by, in which the country slowly adapted itself to the demands that could be integrated into the block. The country's economic situation has changed significantly in twenty years as it was incorporated to the European Community. Additionally, adherence to a unified currency, with the adoption of the euro in 1994, implied an acceptance of a single monetary authority, depriving the state of an important tool of macroeconomic management which is now used in a supranational level.

Keywords: Portugal, international economics, European Economic Community, economic policy, international trade.

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT ..... **III**
SUMÁRIO ..... **IV**
LISTAS DE SIGLAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS ..... **V**
INTRODUÇÃO ..... **I**
Exposição do tema 1
Metodologia utilizada 5
O Sistema de Contas Nacionais (SNA) como ferramenta de análise histórico-econômica 7
Sobre as fontes 8
organização do trabalho 9
CAPÍTULO 1:ANTECEDENTES, A ECONOMIA PORTUGUESA EM LONGO PRAZO, 1930 A 1985 ..... **11**
1.1 Considerações Iniciais 12
1.2 Antecedentes: a herança salazarista (1928-1968) 15
1.3 O Caetanismo (1968-1974) 23
1.4 A revolução dos cravos: política econômica (1974 a 1976) 24
1.5 O caminho para a integração: 1976 a 1985 30
1.6 Uma interpretação 31
1.7 Algumas Considerações 40
CAPÍTULO 2: A ECONOMIA PORTUGUESA NA CEE, 1986-1995 ..... **43**
2.1 O processo de Adesão 43
2.1.1. O Tratado de Adesão *45*
2.2 Ajustes da Política Econômica 48
2.2.1. 1985 a 1987 ..... *50*
2.2.2. 1987 a 1991 ..... *52*
2.2.3. 1992 a 1995 ..... *56*
2.2.4. O Processo de Privatizações *61*
2.3 Análise do Ambiente Econômico: 1986 a 1994 63
2.4 Algumas Considerações 78
CAPÍTULO 3: A ECONOMIA PORTUGUESA NA CEE (1996-2006) **81**
3.1 A CEE no Ambiente Político Português 81
3.1.1. Governos Guterres, 1995 a 2002 ..... *82*
3.1.2. Governo de Durão Barroso, 2002 a 2004 ..... *88*
3.1.3. Governo Santana Lopes, 2004 a 2005 ..... *88*
3.2 Efeitos dos ajustes da política econômica do período anterior 89
3.3 Da "estratégia nacional" à "inserção subalterna": o lugar da economia portuguesa na Divisão Internacional do Trabalho 94
3.4 Análise do Ambiente Econômico: 1996 – 2005 100
3.5 Algumas Considerações 114
CAPÍTULO 4. BALANÇO DA ECONOMIA PORTUGUESA: 1986-200 ..... **118**
4.1 Evolução do produto 118
4.2 Agregados macroeconômicos: consumo, poupança e investimento 120
4.3 Setor Externo 126
4.4 O Governo e o Setor Público 129
4.5 Emprego e Desemprego 130
4.6 Distribuição de Renda e Indicadores Sociais 131
4.7 Algumas Considerações 134
CONCLUSÃO **137**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **145**
ANEXO 1 . CRONOLOGIA DO PROCESSO DE UNIFICAÇÃO EUROPEU (1941-2005) **150**

LISTAS DE SIGLAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE SIGLAS

AUE	Ato único Europeu
BCE	Banco Central Europeu
BENELUX	Iniciais dos nomes ***BE****lgië*, ***NE****derland* e ***LUX****embourg* e se relaciona com a união aduaneira dos países Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, surgida em 1958. Após a adesão da Alemanha, França e Itália, deu origem à Comunidade Econômica Europeia.
BP	Banco de Portugal
CCEE	Comitê de Cooperação Econômica Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CPE	Comunidade Política Europeia
DGS	Direção Geral de Segurança
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EEE	Espaço Econômico Europeu
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
FECOM	Fundo Europeu de Cooperação Monetária
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRITAL	União Aduaneira entre a França e a Itália
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEC	Imposto Especial de Consumo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto de Rendimentos Singulares
IVA	Imposto de Valor Adicionado
LEO	Lei de Enquadramento Orçamentário
MCE	Mercado Comum Europeu
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC	Pacto de Estabilidade e de Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
SCN	Sistema de Contabilidade Nacional
SME	Sistema Monetário Europeu
SNA	Sistema de Contas Nacionais
UE	União Europeia
UE-15	Primeiros 15 países que formaram a Comunidade Econômica Europeia (França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Irlanda, Reino Unido, Dinamarca, Grécia, Espanha, Portugal, Finlândia, Suécia e Áustria).
UEM	União Econômica e Monetária
UEP	União Europeia de Pagamentos
VAB	Valor Adicionado Bruto

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1: Portugal, taxas médias do crescimento do PIB real, de 1930 a 1985.

Gráfico 1.2: Portugal, Constituição e dissolução de empresas de 1977 a 1985.

Gráfico 1.3: Portugal, Evolução da taxa de desemprego de 1976 a 1985.

Gráfico 1.4: Portugal, déficit da Balança Comercial em % do PIB, de 1953 a 1985.

Gráfico 1.5: Portugal, Pauta de Importações de 1977 a 1985, em % do total de importações.

Gráfico 1.6: Portugal, Pauta de Exportações de 1977 a 1985, em % do total de exportações.

Gráfico 1.7: Portugal, Receitas e Despesas Públicas de 1977 a 1985, em % do PIB.

Gráfico 2.1: PIB per capita de Portugal e UE-15, de 1986 a 1995 (em mil Euros).

Gráfico 2.2: Origem setorial do produto em Portugal entre 1986 e 1995 (em % do Valor Adicionado Bruto – VAB).

Gráfico 2.3: Portugal, Produto Interno Bruto e tendência temporal linear, 1986 – 1995, em milhões de Euros.

Gráfico 2.4: Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo e tendência temporal linear, 1986 – 1995, em milhões de Euros.

Gráfico 2.5: Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em Portugal, entre 1986 e 1995.

Gráfico 2.6: Evolução da taxa de inflação em Portugal e UE-15, de 1986 a 1995.

Gráfico 2.7: Evolução da taxa de câmbio do dólar americano, em Portugal de 1986 a 1995.

Gráfico 2.8: Evolução da taxa básica de juros em Portugal e UE-15 de 1986 a 1995.

Gráfico 2.9: Movimento de capitais em Portugal. de 1986 a 1995, valores em % do PIB.

Gráfico 2.10: Fluxo de capitais entre Portugal e CEE de 1986 a 1995.

Gráfico 2.11: Contas públicas portuguesas, 1986 a 1995.

Gráfico 3.1: Emigração e Imigração em Portugal de 1985 a 2004, em total de indivíduos.

Gráfico 3.2: Evolução real do PIB pm de Portugal e UE-15, de 1996 a 2005 (em mil Euros).

Gráfico 3.3 : Origem setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (em % do Valor Adicionado Bruto – VAB).

Gráfico 3.4: Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo e tendência temporal linear, 1996 – 2005, em milhões de Euros.

Gráfico 3.5: Composição da Formação Bruta de Capital Fixo em Portugal, entre 1996 e 2005, em % do PIB.

Gráfico 3.6: Evolução da taxa de inflação em Portugal e UE-15, de 1996 a 2005.

Gráfico 3.7: Investimento Estrangeiro de 1996 a 2005, valores em % do PIB.

Gráfico 3.8: Fluxo de capitais entre Portugal e UE de 1996 a 2005.

Gráfico 3.9: Contas públicas portuguesas, 1996 a 2006. Em % do PIB .

Gráfico 4.1: Evolução real do PIB em Portugal de 1985 a 2005.

Gráfico 4.2: Evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do Investimento Português no exterior (IPE) de 1985 a 2004, em milhares de Euros.

Gráfico 4.3: Evolução dos Fluxos Financeiros entre UE e Portugal, de 1986 a 2005, em milhares de Euros.

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 1.1: Principais Grupos Econômicos Portugueses em 1973.

Quadro 1.2: Síntese de Medidas tomadas pelos Governos Provisórios, 1974-1976.

Quadro 1.3: Fusões de empresas nacionalizadas em 1994-1997

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1.1: Evolução econômica de Portugal de 1901 a 1973, indicadores selecionados.

Tabela 1.2: Evolução anual do PIB de Portugal de 1930 a 1985.

Tabela 1.3: Origem setorial do produto em Portugal entre 1976 e 1985,em % do PIB.

Tabela 1.4: Consumo Privado em Portugal entre 1976 e 1995, em % do PIB .

Tabela 1.5: Formação Bruta de Capital Fixo, em Portugal, de 1976 a 1985, em % do PIB.

Tabela 1.6: Portugal, Comércio Externo de 1976 a 1985.

Tabela 2.1: Evolução do PIB de Portugal e UE-15 entre 1986 e 1995 (em milhões de Euros).

Tabela 2.2: Origem setorial do produto em Portugal entre 1986 e 1995 (em % do Valor Adicionado Bruto – VAB).

Tabela 2.3: Variação setorial do produto em Portugal entre 1986 e 1995 .

Tabela 2.4: Consumo Privado em Portugal entre 1986 e 1995, em % do PIB .

Tabela 2.5: Comércio Externo de Portugal entre 1986 e 1995.

Tabela 2.6: Comércio Externo de Portugal por tipos de produtos, entre 1986 e 1995.

Tabela 2.7: Evolução da População ativa, emprego e desemprego em Portugal e UE-15.

Tabela 2.8: Empresas constituídas e fechadas em Portugal, de 1986 a 1995.

Tabela 2.9: Evolução do volume de títulos e ações emitidas em Portugal de 1986 a 1995.

Tabela 2.10: Distribuição de Renda em Portugal 1980, 1990 e 1995.

Tabela 3.1: Evolução de origens e destinos do comércio externo português, anos selecionados, em % do volume total negociado.

Tabela 3.2: Evolução das importações e exportações portuguesas para a UE-15 por grupos de produtos, anos selecionados, em % do total.

Tabela 3.3: Evolução do PIB de Portugal e UE-15 entre 1996 e 2005 (em milhões de Euros).

Tabela 3.4: Origem setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (em % do Valor Adicionado Bruto – VAB).

Tabela 3.5: Variação setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 .

Tabela 3.6: Consumo Privado em Portugal entre 1996 e 2005, em % do PIB .

Tabela 3.7: Comércio Externo de Portugal entre 1996 e 2005.

Tabela 3.8: Comércio Externo de Portugal por tipo de produto entre 1996 e 2005. Em % do total negociado, em milhares de Euros.

Tabela 3.9: Evolução da População ativa, emprego e desemprego em Portugal e UE-15, anos selecionados.

Tabela 3.10: Empresas constituídas e fechadas em Portugal, de 1996 a 2005.

Tabela 3.11: Evolução do volume de títulos e ações emitidas em Portugal de 1996 a 2005. Em % do PIB.

Tabela 3.12: Indicadores sociais de Portugal e EU-15 (1997).

Tabela 3.13: Distribuição de Renda em Portugal 1989, 1995 e 2000.

Tabela 4.1: Composição setorial do PIB em Portugal de 1986 a 2005.

Tabela 4.2: Consumo Público e Privado português de 1985 a 2005, em % do PIB.

Tabela 4.3: Poupança portuguesa, anos selecionados, em % do PIB.

Tabela 4.4: Investimento português de 1986 a 2005, em % do PIB.

Tabela 4.5: Evolução do Comércio Externo Português, anos selecionados.

Tabela 4.6: Composição das Importações e Exportações de Portugal por Tipo de Produto, anos selecionados.

Tabela 4.7: Contas do Governo português de 1986 a 2005, em % do PIB.

Tabela 4.8: Emprego e desemprego em Portugal e UE-15, anos selecionados.

Tabela 4.9: Evolução dos Indicadores da saúde em Portugal e UE-15, para cada 100 mil habitantes, anos selecionados.

Tabela 4.10: Evolução do PIB per capta de Portugal e UE-15, em milhares de Euros, anos selecionados.

Tabela 4.11: Evolução do IDH de Portugal entre 1977 e 2000.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – do qual obtive bolsa de mestrado no ano de 2010. Agradeço o apoio deste órgão e da direção do Departamento de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo que me escolheu para receber tal bolsa.

Inúmeras pessoas participaram, direta ou indiretamente, da realização deste trabalho, o que torna impossível relacionar todas sem cometer omissões. Entretanto, atrevo-me a mencionar algumas delas.

Primeiramente, agradeço pela orientação do professor Dr. Wilson do Nascimento Barbosa que generosamente me aceitou como sua aluna e orientanda. Aos professores Dr. Lincoln Secco e Dr. José Rodrigues Mao Júnior, agradeço pelo tempo, paciência, conselhos e sugestões que tornaram possível a conclusão do presente trabalho.

A todos os meus familiares, e em especial à Dra. Maria João Silva do Carmo que me possibilitou o tempo, os recursos e o apoio, inclusive para as viagens feitas a Portugal e Espanha, as visitas a universidades, bibliotecas e livrarias necessárias à elaboração deste trabalho, sou também grata.

Aos amigos Edward Dettmann pelo auxílio na logística envolvida ao longo do processo de elaboração da presente dissertação, e ao Dr. Tomysberg pela paciência e companheirismo constantes.

Finalmente, agradeço ao professor Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza cuja incansável generosidade, incentivo, sabedoria e paciência foram essenciais ao desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

"E não me digais que não convém tirar a público afrontas públicas de toda uma nação, porque a isso se responde que, se são públicas, nenhum descrédito move quem as repete, antes vos honra mostrando-vos disposto para a emenda e vos melhora abrindo-vos caminho para conhecerdes o engano em que viveis."

Anônimo (século XVIII)

INTRODUÇÃO

EXPOSIÇÃO DO TEMA

Pensar a União Europeia implica considerar todo um processo de integração econômica, dado através de uma série de etapas após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Este teve seu ápice na unificação monetária com a adoção da moeda única – o Euro – por quinze países (UE-15) que criaram em conjunto o Banco Central Europeu.

As motivações para que tal processo se iniciasse, no momento histórico em que ocorreu, segundo Sidney Pollard[1], englobam dois fatores: (a) o cenário de destruição econômica e política das potências europeias após duas guerras que se sucederam no espaço temporal de apenas uma geração; e (b) o desejo de administrar confrontos entre os inimigos históricos – Alemanha e França – bem como, novos conflitos num palco que envolvia além dos países continentais, a Grã-Bretanha.

Adicionalmente, tem-se a busca europeia para reinserir-se econômica e politicamente num quadro global de divisão do poder entre Estados Unidos e União Soviética. Seria ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1941, com a assinatura da *Carta do Atlântico* por Roosevelt e Churchill que o processo se iniciaria concretamente. Essa carta permitiu o acesso norte-americano aos recursos do Império Britânico em troca do apoio daquele país aos exércitos aliados. Assim, o acordo marcou o início de uma aliança que caracterizaria as relações entre os países da Europa – notadamente do bloco ocidental – com os EUA pelo restante do século XX. Marcou também, a transição da hegemonia econômica sobre o mundo capitalista das mãos da Grã-Bretanha para os Estados Unidos da América. Ou seja, o fim do domínio britânico e o início da soberania norte-americana sobre o cenário econômico internacional, sendo também a gênese do processo de integração dos países do continente europeu.

As etapas do processo de integração foram muitas, com diversos Tratados, fases intermediárias, criação de instituições e longas negociações que culminaram com a adoção da moeda única, o Euro, em 1999. No entanto, os países membros da União Europeia ainda não estavam prontos para a próxima etapa do processo. Em junho de 2005, uma Constituição Europeia Unificada foi rejeitada por referendo popular. Tal fato, para Hobsbawm[2], mostra que embora a União Europeia almejasse uma política em comum, era "*espetacularmente incapaz*

[1] POLLARD, Sidney. ***The International Economy since 1945***. London: Routledge, 1997. Pp.91-92.
[2] HOBSBAWM, E. ***Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991***. Lisboa: Perspectiva, 1995, p.538.

de até mesmo fingir ter uma". O que pode revelar apenas uma união baseada em interesses econômicos.

Uma reflexão sobre o papel de Portugal no processo de integração exige que se leve em conta as transformações que este país atravessou para que pudesse se tornar parte da CEE. As opções de inserção na economia europeia e internacional para Portugal, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não eram exatamente alvissareiras. Por um lado, politicamente preso a uma ditadura de inspiração fascista, que duraria décadas e arremessaria a economia portuguesa em um atraso econômico caracterizado pela primarização da produção, incipiência de política monetária, e primarismos fiscais do tipo de concessão de privilégios a grupos ligados à ditadura de Salazar, Portugal se aferrava às colônias ultramarinas que então explorava, como resquícios do antigo e falido império de outros séculos.

Por outro lado, qualquer esforço produtivo latente no campo de produtos dotados de maior tecnologia ou divisão do trabalho mais elaborada esbarravam no arcaísmo Salazarista, o que inviabilizou qualquer modernização ou mesmo especialização estrutural produtiva da economia portuguesa por mais de três décadas. Restava-lhe, no início dos anos 1980, uma posição de exportador de produtos primários e ofertante de serviços pouco intensivos em capital, como o turismo, ao comércio exterior.

Para Secco[3], apesar de Portugal ser membro da Aliança Atlântica[4] desde sua formação em abril de 1949, o país encontrava dificuldades para integrar-se ao resto da Europa. Uma justificativa para tal estaria na ditadura de Salazar, e também no seu autorreconhecimento como um "império" que possuía "províncias" ultramarinas. Tornou-se, portanto, necessário que o país adotasse a descolonização e o fim da visão tradicional imperialista para que pudesse pertencer à Europa. Tal se deu após a revolução de 1974 e somente em 12 de junho de 1985, onze anos depois, ocorreu a assinatura da *Ata da Adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Econômica Europeia* (CEE).

Os anos posteriores à *Revolução dos Cravos* foram de crise econômica, e de acordo com Freitas[5], o ano de 1975 encerrou-se com uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de

---

[3] SECCO, Lincoln. ***A revolução dos Cravos***. São Paulo: Alameda, 2004.

[4] A própria assinatura do Tratado do Atlântico Norte é vista por Arrighi e Silver (2001, p.287) como uma etapa dos países que desejavam vir a se tornar parte do que seria o bloco econômico unificado do continente europeu, sem que se levassem em conta, as características dos regimes de tais países e suas afinidades com o Bloco do Ocidente ou do Leste.

[5] FREITAS, Miguel Lebre. ***A convergência de Portugal na União Europeia*.** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002

4,3% em relação aos anos anteriores. As exportações e as importações decresceram 14,1% e 22,7%, respectivamente, e também caiu muito o valor relativo ao comércio com as ex-colônias, as remessas financeiras dos emigrantes, o turismo, e a produção agrícola. O aumento do déficit público e do desemprego somaram-se aos indícios de uma crise que só não teve maiores proporções porque foi acompanhada de um aumento do consumo privado interno. Este foi fruto dos que se beneficiaram das políticas sociais postas em prática logo após o 24 de abril. Apesar da crise, os salários reais haviam crescido 12% em 1974 e 9% em 1975[6].

Porém, deve-se entender a fase das negociações para a adesão de Portugal à CEE, de 1977 a 1985, como um processo lento. Ele pode ser dividido do ponto de vista econômico, em 4 períodos, a saber[7]:

> - (1) de *normalização*, em 1976-77, em que se procurou restabelecer as condições de funcionamento das empresas, incentivando a confiança dos empresários e o controle da dívida externa;
>
> - (2) de *mudança*, em 1978-79, quando se acentuou a tendência restritiva anterior, recorrendo-se a vultosos empréstimos estrangeiros e ao primeiro acordo com o FMI objetivando obter equilíbrio econômico externo;
>
> - (3) de *retorno às dificuldades no equilíbrio externo*, em 1980-83, em consequência de uma política expansionista interna associada à crise internacional; e
>
> - (4) de *estabilização econômica*, de 1983-84, com o segundo acordo com o FMI ainda buscando equilibrar as contas externas.

No momento em que os portugueses finalmente aderiram formalmente à CEE, ainda se sentiam os custos deste último programa do FMI: o desemprego e a inflação tinham

---

[6] Dados do Instituto Nacional de Estatística – INE, disponíveis em http://www.ine.pt.
[7] ANICA, Aurízia. ***Contribution to the EDUVINET "European Identity" subject***. Faro, Portugal: Universidade do Algarve, 1997.

aumentado; os salários reais e o consumo privado tinham decrescido. Neste contexto, compreende-se que até os mais entusiastas da adesão tivessem dúvidas quanto à capacidade e à vontade dos portugueses para aplicarem adequadamente os recursos disponibilizados pela CEE.

Compreender de que forma se processaram as alterações advindas do ingresso no bloco econômico, permite entender a dinâmica e as consequências da entrada de um país subdesenvolvido e com poucos recursos naturais, num bloco de países que unificam suas economias para crescer através de medidas políticas. Elas devem permitir um planejamento de produção e circulação de riquezas, atendendo a uma agenda que beneficie seus interesses.

Observado em um escopo mais amplo, Portugal representa no contexto europeu, um caso de "ex-potência" decadente, cujas formas de estabelecimento de poder ultramarino e dominação econômica se cristalizaram no colonialismo mantido à força após o século XIX. Apresenta também o fenômeno de regressão econômica de longo prazo, indo de nação mercantil a produtora primária – em moldes bastante análogos aos impostos à colônia, sobretudo no emprego dos fatores produtivos, e do atraso tecnológico – em pouco menos de dois séculos.

Dessa forma, adquire relevância (a) discutir a atuação do Estado como agente ativo numa esfera mais abrangente do que apenas como regulador da economia; e (b) estudar o processo histórico econômico de Portugal. Assim, ao longo dos vinte anos de sua integração ao bloco europeu – no qual se observou uma predominância de controle e planejamento econômico supranacional – pode Portugal servir de base para se (c) compreender de que forma o desenvolvimento econômico se deu aí atrelado a tal controle e planejamento. Processo este que ultrapassou as fronteiras políticas e consolidou interesses de blocos transnacionais.

Portugal aderiu ao bloco econômico europeu, oficialmente, em 1986, mas para tanto teve que se adequar às normas exigidas pelo regimento do então Mercado Comum Europeu. Desde o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia em 1977, até à assinatura do tratado em 1985, decorreram oito anos de negociações, assinaturas de acordos e declarações, onde o país lentamente se adequou às exigências para que pudesse ser integrado ao bloco.

A situação econômica do país se alterou significativamente nos vinte anos em que integra a Comunidade Europeia. Adicionalmente, a adesão à unificação da moeda, com a

adoção do euro em 1999, implicou a aceitação de uma autoridade monetária única, retirando do Estado importante ferramenta de controle macroeconômico. Esta passou a ser utilizada de modo supranacional, obedecendo a um planejamento que pode não contemplar as necessidades particulares do país. Secco[8] sintetiza o quadro ao afirmar que "*Agora é a vez da Europa 'unida'. Mas com seus centros de decisão em Berlim, Paris... Não em Lisboa*."

Portanto, ao se estudar a trajetória da economia portuguesa ao longo dos vinte anos de participação no Bloco Econômico Europeu, permite-se acompanhar as mudanças em sua estrutura e as consequências que o processo trouxe para o país como um todo, analisando-se as diferentes áreas envolvidas.

Deseja-se assim, com a presente pesquisa, responder às seguintes indagações:

- Em quais condições se deu a integração da economia portuguesa à Comunidade Econômica Europeia?
- Que impactos tal integração teve sobre a posição que o país ocupa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)?
- Quais as consequências que a adesão provocou nas alterações sociais em geral verificadas pós-revolução de 1974, especificamente em relação aos padrões de distribuição de renda?
- A integração monetária do país à CEE, e a aceitação do planejamento feito pelo Bloco permitiu melhorar o desempenho macroeconômico de Portugal?

METODOLOGIA UTILIZADA

Entendido o processo de desenvolvimento como algo múltiplo, dotado de interrelações multidisciplinares e imbuído de historicidade[9], tem-se que a perspectiva de estudar a história de Portugal na Comunidade Econômica Europeia "sob a óptica do desenvolvimento econômico", implica um exercício predominantemente de análise de transformações econômicas, o que incorre na aplicação de metodologia de análise histórico-econômica. Segundo Elias Tuma (1971, p. 13):

---

[8] SECCO, Lincoln. ***A revolução dos Cravos***. São Paulo: Alameda, 2004. p.203.

[9] Conforme as principais correntes de pensamento desenvolvimentista, como FURTADO (1967), KINDLEBERGER (1979) e SEN (2000).

> A mudança econômica implica direção, um certo grau de permanência ou irreversibilidade, um certo grau de generalidade, e um processo ou a taxa de mudança. O conceito de mudança econômica aplica-se independentemente da direção da mudança, se o progresso ou o declínio, mas também se aplica à estagnação como a ausência de mudança. Porque o conceito de mudança é neutra, tanto quanto a direção está em causa, é da responsabilidade do investigador para identificar o sentido de acordo com os critérios especificados. Só então ele pode começar a investigar a história econômica da unidade em questão.

Assim, um estudo sobre integração territorial e desenvolvimento econômico envolve, necessariamente, a incorporação não apenas de movimentos de padronização nas relações produtivas ou de comércio exterior, ou mesmo de suas consequências sociais, mas também de fatores não econômicos, posto que estes consistem na raiz primária dos fenômenos econômicos.

As atividades econômicas, reconhecidamente, possuem um caráter de fluxo periódico[10], cujas regularidades obedecem a fatores externos à economia (sazonalidades climáticas, por exemplo) e a fatores ligados ao uso de tecnologia, às variações demográficas, à eficiência dos fatores produtivos, à oferta e demanda creditícia e à taxa de lucro.

Além disso, a variável estratégica na explicação do nível de atividade econômica, seja no período de um ano ou em uma série histórica, é o investimento. Aliado ao estoque existente de capital, o investimento amplia a capacidade econômica produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo, gerando, com suas oscilações, os ciclos econômicos. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora a os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento; por outro lado, cada investimento consiste uma adição de capital, e desde logo compete com a geração mais velha desse equipamento, num paradoxo apontado, entre outros, por Michal Kalecki[11] como inerente à própria economia capitalista.

---

[10] Para tanto, veja-se o capítulo 1 – "O fluxo circular da vida econômica" – da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de J. A. Schumpeter.

[11] KALECKI, M. ***Teoria da Dinâmica Econômica***. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965, p. 149).

O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS (SNA) COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE HISTÓRICO-ECONÔMICA

O estudo da história econômica envolve, portanto, a incorporação de elementos de teorias econômicas e/ou métodos quantitativos às ferramentas de análise de que dispõe o historiador, com a construção de uma metodologia própria, a partir das questões e problemas que venham a surgir em área de domínio autônomo.

A metodologia do Sistema de Contas Nacionais (SNA – System of National Accounts), desenvolvida e adotada pela ONU durante a década de 1940, é considerada uma ferramenta de análise primária para grande parte dos economistas, e para historiadores econômicos[12]. Tal metodologia segue os princípios de um padrão básico dos chamados "fundamentos macroeconômicos" de seus países-membros.

De maneira simplificada, tem-se a renda, ou o produto gerado e disponibilizado por um dado país (representado pela letra "Y"). Partindo da hipótese da validade da *Lei de Circulação* de Say[13], tem-se que a renda ofertada a um país é equivalente ao seu dispêndio. Assim:

(i) Renda de um país = Renda despendida = Renda ofertada = Y

Essa renda, de acordo com J. M. Keynes, em sua *Teoria Geral*, pode ser consumida ou não (o consumo é representado pela letra "C"). A parcela da renda que não é consumida no processo econômico torna-se, do lado da oferta, *investimento* (representado pela letra "I") e, do lado da demanda, *poupança* (letra "S"). Na equação (a), em uma economia em que não se diferencie o setor externo e as contas do governo[14], tem-se:

---

[12] Segundo Fernand Braudel: *"(...) Uma história totalizadora, globalizadora, seria possível se conseguíssemos incorporar ao campo da economia do passado os métodos modernos de certa contabilidade nacional, de certa macroeconomia. Seguir a evolução da renda nacional e da renda nacional per capita, (...), tratar de medir a distância - diferente segundo as épocas - entre produto bruto e produto líquido seguindo os conselhos de Simon Kuznets, cujas hipóteses a respeito me parecem fundamentais para compreender o desenvolvimento moderno - tais são as tarefas que desejaria propor aos jovens historiadores. Em meus livros abre-se de quando em quando uma janela a esses panoramas que unicamente se adivinham; mas uma janela não é suficiente. Seria indispensável realizarem então uma investigação, se não coletiva ao menos coordenada."* (BRAUDEL, 1993: pp. 125-126). É importante notar que Braudel, ao admitir a utilidade e necessidade do uso de instrumentos quantitativos que possibilitem uma visão retrospectiva da economia – mesmo no período pré-capitalista - diferencia implicitamente o uso de ferramentas metodológicas de sua análise.

[13] Princípio desenvolvido pelo economista Jean-Bapiste Say (1767 – 1832), em 1803, em sua obra *Tratado de Economia Política*.

[14] Com a ressalva de que as contas desses dois setores da contabilidade nacional podem ser entendidas como Consumo, Investimento e Poupança.

(a) Renda de um país = Renda despendida = Renda ofertada = Y

(b) Renda despendida = Y = consumo + poupança = C + S

(c) Renda ofertada = Y = consumo + investimento = C + I

(d) Y = C + S = C + I

Seriam estes alguns dos chamados *agregados macroeconômicos*, indicadores que permitem à análise econômica, o uso dos modelos estáticos e dinâmicos de suas relações de produção, distribuição e circulação de riqueza[15].

Observar de que forma os indicadores econômicos portugueses variaram nos vinte anos após a adesão à Comunidade Europeia irá permitir perceber a verificação – ou não – das hipóteses de trabalho.

SOBRE AS FONTES

Para elaborar o presente trabalho, usam-se como fontes:

1. Documentos oficiais referentes à inserção de Portugal na CEE.

2. Dados quantitativos, como indicadores socioeconômicos e séries numéricas obtidas nos órgãos oficiais do país, como: Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), Secretarias e Ministérios relacionados ao trabalho, comércio exterior, investimento e demais atividades econômicas. Dados de séries históricas da Base de Dados do Banco de Portugal.

3. Dados quantitativos oficiais do EUROSTAT, instituto de dados estatísticos da União Europeia.

4. Bibliografia sobre o tema.

5. Relatórios locais e globais do Fundo Monetário Internacional.

---

[15] SOUZA, L. ***Contas Nacionais***. São Paulo: LCTE, 2007.

As séries históricas precisaram ser uniformizadas já que além da mudança da unidade monetária (Euro) em 1999, há também a mudança de metodologia empregada nas contas nacionais do país nos anos 1990.

Há que se destacar também a discrepância entre os dados históricos da base de dados do Banco de Portugal com os do Instituto Nacional de Estatística (INE), levando a pesquisa sobre as causas de tais diferenças e uniformização das séries. Assim, usou-se sempre que possível a conversão dos valores para porcentagem do PIB, facilitando a comparação e minimizando as diferenças presentes nas metodologias de ambos os institutos.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Faz-se necessário explicar os cortes temporais que limitam os capítulos que se seguem. Em primeiro lugar, usou-se o ano da adesão oficial de Portugal ao bloco econômico europeu – 1986 – para marcar a distinção entre as fases antes e após a entrada do país no Mercado Comum Europeu – MCE.

Um segundo corte temporal se dá entre meados da década de 1980 e meados da primeira década deste século. Em 1995, tomou posse a Comissão votada pelo Parlamento da Comunidade Econômica Europeia,CEE, dando início à ingerência direta da Comunidade sobre as autoridades econômicas dos governos europeus, entre eles o de Portugal[16]. Adicionalmente, o ano marcou o final de uma sucessão de três governos chefiados pelo Partido Social Democrata, com Cavaco Silva à frente da chefia de gabinete, no cargo de Primeiro-Ministro, o que permitiu uma certa continuidade na orientação dada às políticas adotadas.

A metade da década de 1990 também contempla mudanças importantes na metodologia de coleta e composição das informações estatísticas econômicas dos países-membros, novamente entre eles, Portugal, no sentido de uma padronização dos dados[17]. Portanto, o ano de 1995 justifica-se como um marco cronológico em uma tentativa de interpretação.

Os capítulos foram dispostos em ordem cronológica. O primeiro apresenta uma descrição histórica dos antecedentes do processo de unificação, incluindo a herança

[16] Para tanto, veja-se Almeida (2005, p.505).
[17] Conforme INE, ***Estatísticas Históricas Portuguesas***,Vol.I. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

salazarista com suas políticas econômicas nacionalistas, protecionistas e incentivadoras da criação de monopólios, e uso das províncias ultramarinas como mercados expandidos da metrópole. Adicionalmente, estuda-se o período conhecido como Caetanismo, bem como um breve relato das medidas de política econômica tomadas logo após a Revolução do Cravos, de abril de 1974. O capítulo contempla também uma retrospectiva da primeira metade dos anos 1980 com destaque para a decisão de entrada na Comunidade Econômica Europeia, os marcos históricos e as mudanças e adaptações da economia do país de modo a atender as exigências para a adesão ao bloco integrado que se deu em 1986.

O segundo capítulo apresenta informações relativas aos ajustes da política econômica efetuados de modo a atender às exigências do bloco europeu. Há também uma análise do ambiente econômico português no período de 1986 a 1995. Adicionalmente, o capítulo trás a descrição das alterações no quadro político do país em função da entrada na CEE.

Para o terceiro capítulo, apresenta-se uma análise do ambiente econômico português no período de 1996 a 2005 com destaque para os efeitos dos ajustes de política econômica na segunda década de participação portuguesa no bloco econômico europeu.

Por fim, o quarto capítulo apresenta uma análise dos dados da economia portuguesa nos vinte anos posteriores à adesão ao Mercado Comum Europeu (MCE) com uma abordagem mais direta das variáveis macroeconômicas, partindo da perspectiva do Sistema de Contas Nacionais da ONU, e da análise dos diferentes setores econômicos. Assim, estudam-se variáveis como o produto interno bruto, o consumo, o investimento e a poupança, além da evolução do desempenho no setor externo, com destaque para o balanço de pagamentos e os parceiros internacionais. São analisados também dados relativos ao emprego, seguridade social e distribuição de renda, permitindo vistas da evolução de tais indicadores ao longo do período. Há ainda em anexo uma cronologia das principais etapas do processo de unificação.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES, A ECONOMIA PORTUGUESA EM LONGO PRAZO, 1930 A 1985

Cercado ao Sul pelo Mar Mediterrâneo, a Oeste pelo Oceano Atlântico, e a Norte e Leste pela Espanha, ao longo de sua história, Portugal sofreu forte influência destes dois elementos: o mar e a Península Ibérica. Por um lado, havia a vocação marítima, adquirida pela escassez de terras e pobreza produtiva destas; por outro, a luta constante com os reinos que viriam a compor a vizinha Espanha. Estes dominantes na Península e constituíam uma barreira ao contato terrestre com os demais povos europeus. O mar permitiria a Portugal estabelecer alianças com Inglaterra e Holanda – parceiros comerciais e políticos em várias ocasiões. Foi o mar também que possibilitou a expansão portuguesa para a África, Ásia e América do Sul, dando origem ao chamado Império Português.

Dada sua localização geográfica, chegou-se à defesa de *uma visão atlântica do destino português*. Tal visão se opunha à de um Portugal integrado com o restante do continente, o qual passaria a ser *verdadeiramente europeu,* entendido o conceito de europeu como "pertencente à civilização ocidental e à modernidade".

Segundo Luís Reis Torgal,

> Europa não significava o continente, nem uma estrutura econômica e muito menos uma estrutura política supranacional, mas um patrimônio cultural, marcado pelo Cristianismo, por valores éticos e jurídicos assentes na tradição.[18]

Se, para as forças que ficaram no poder de 1928 a 1974, a primeira visão era a dominante, aqueles que tomaram o poder com a Revolução de 1974 apoiavam claramente a segunda. Havia ainda uma visão que defendia uma integração dos países de língua portuguesa, motivada por uma defesa de Portugal como país ímpar no quadro mundial. Este grupo buscava a criação de um Mercado Comum para os países que haviam feito parte do Império colonial português, com um estreitamento de laços no âmbito econômico que levariam à manutenção da dependência das ex-colônias em relação à metrópole[19].

O germe de uma unificação europeia data de 1321, com Pierre Dubois. Se as bases de tal ideia sofreram mutações ao longo dos séculos, pode-se, no entanto aceitar que o processo

---

[18] Segundo TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo, e Europa. IN:TENGARRINHA, José (org.) ***História de Portugal***. São Paulo: Unesp, 2001, p.395

[19] Idem,, pp.391-401.

nela idealizado no século XIV foi posto em ação no século XX, ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Em agosto de 1941, deu-se a assinatura da *Carta do Atlântico,* por Roosevelt e Churchill. Essa carta permitiu o acesso norte-americano aos recursos do Império Britânico, em troca do apoio daquele país aos exércitos aliados[20]. O acordo marcou o início de uma aliança que caracterizaria as relações entre os países da Europa – notadamente do bloco ocidental – com os EUA, pelo restante do século XX. Marcou também, a transição da hegemonia econômica sobre o mundo capitalista das mãos da Grã-Bretanha para aquelas dos Estados Unidos da América. Ou seja, era o fim do domínio britânico e o início da soberania norte-americana sobre o cenário econômico internacional. Era também a certidão de nascimento do processo de integração dos países do continente europeu.

O processo de unificação teve diversos marcos[21] importantes como a criação da BENELUX em 1947, a formação do Conselho da Europa em 1949, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951. Finalmente, a assinatura do Tratado de Roma em 1957, onde se criou oficialmente a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Portugal teve diferente participação nesses eventos.

1.1 Considerações Iniciais

Portugal começou sua busca pela integração econômica com os demais países do bloco ocidental europeu já em meados da década de 1960. Segundo Antônio Romão[22],o período que vai de 1960 a 1980 pode ser dividido em três fases, nesse caminho de busca pelo seu lugar na Divisão Internacional de Trabalho (DIT):

(1) Entre 1960 e 1967, o país assinou a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) junto com Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido. O acordo representava uma tentativa de oposição aos movimentos da CEE e uma tentativa de manter os mercados compradores de produtos portugueses, principalmente a Inglaterra. Neste período destacam-se: o início das guerras coloniais na África; uma saída maciça de mão-de-obra portuguesa em direção aos

---

[20] Conforme ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral. ***Portugal e a Europa. Ideias, Factos e Desafios***. Lisboa: Sílabo, 2005. pp.187-193.

[21] No anexo 1 do trabalho consta a cronologia completa dos eventos que marcaram o processo de unificação europeu.

[22] Conforme Romão, Antônio. A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia IN: ***Revista Análise Socia***l. Vol.XVIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Disponível em HTTP://analisesocial.ics.ul. pt/documentos acesso em 14/03/2010, pp. 1091-1094.

países europeus, especialmente França e Alemanha; e também um primeiro movimento de abertura à entrada dos capitais estrangeiros. Esta iniciada em 1965, marca o inicio de internacionalização da economia portuguesa.

(2) De 1968 a 1973, pode-se identificar uma maior ênfase na busca de Portugal pela integração à economia europeia ocidental. As medidas que tomou para tal efeito foram uma maior abertura da indústria à participação estrangeira, à entrada de capitais externos no país e uma ênfase nas exportações como diretriz para o crescimento econômico do país. Nesta fase se concretiza uma primeira tentativa de acordo com a CEE, que não vai adiante. Isto pelas restrições que esta apresentava à política colonial e imperialista portuguesa. O período é marcado pela ascensão ao poder de Marcello Caetano, um defensor da integração portuguesa à CEE. Ele tomaria medidas de abertura do mercado português ao capital externo. Como tal, o Investimento Direto Estrangeiro no país subiu de 67 milhões de escudos em 1966 para 2,7 bilhões de escudos em 1973. As empresas estrangeiras aumentam seu ritmo de instalação no país. O ano de 1973 se encerrou com 270 delas instaladas e funcionando. Metade desse número atuava na atividade terciária, ou estava ligada às atividades de exportação, sem atuar diretamente no sistema produtivo português.

(3) A fase seguinte sucede 1974 e a Revolução dos Cravos, e vai de 1975 a 1985. Pode ser caracterizada como uma etapa de consolidação do processo mais ativo da busca por se inserir na economia do continente. Assim, como resultado, no ano de 1978, 55,5% do montante das exportações portuguesas se destinavam à CEE e 45,5% das importações vinham desse mesmo bloco. O Investimento Direto Estrangeiro no país no período somou 21,6 bilhões de escudos, o dobro do acumulado nos anos de 1968 a 1973. Já a entrada de empresas estrangeiras no país também se acelerou. O ano de 1978 se encerrou com 360 empresas transnacionais instaladas e funcionando no mercado português. Dessas, 100 estavam atuando diretamente com exportação, 78 trabalhavam com comércio e distribuição interna, 22 lidavam com negociação imobiliária e turismo sendo as demais 160 empresas ligadas a outros ramos do setor terciário.

O que se pode observar do descrito nessas fases é que o processo de busca pela integração ao bloco econômico do continente levou à adaptação de uma estrutura produtiva. Esta era fraca e dominada por monopólios nacionais nos anos 1950. Adaptava-se com vistas a atender uma expectativa de posicionamento na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) para o contexto internacional em geral que os demais países do bloco europeu ocidental em particular, lhe destinaram.

O processo representou o aumento do endividamento externo (de 1974 a 1980, a dívida externa do país passou de 46 para 324 bilhões de escudos[23]); um aumento no Investimento Direto Estrangeiro; e a entrada de empresas transnacionais no país sem, no entanto, haver um repasse de tecnologia ou uma atuação mais marcada no setor secundário.

Como consequências, o sistema produtivo português passou a atuar na produção de bens de consumo (alguns produtos primários, têxteis para vestuário e calçados) e bens industrializados (especialmente na montagem de aparelhos elétricos, automóveis e eletrônicos cujas partes componentes vinham do exterior). Adicionalmente, o país não possuía uma base de produção de bens de capital e nem tecnologia para produzir os bens que apenas montava[24].

Politicamente, as três fases citadas anteriormente foram marcadas por mudanças bem delineadas com (i) a primeira fase inserida no quadro de Ditadura salazarista; (ii) a segunda, ainda inserida na Ditadura, porém com Marcello Caetano à frente do governo; e (iii) a terceira, onde se destaca a Revolução dos Cravos em Abril de 1974, com os dois primeiros anos marcados por uma sequência de golpes e contragolpes, cinco governos provisórios e mudanças de chefias de governo. Em seguida, o país abandonou suas breves pretensões socialistas e dois partidos (ou coligações de partidos) se revezaram no poder desde então. Foram o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), mas ambos adotaram uma postura pró-integração econômica com a comunidade europeia.

Os socialistas, que venceram as eleições de 1976, ficaram apenas dois anos no poder, para serem substituídos pelos representantes da centro-direita, o PSD. Estes reverteriam as poucas medidas reformistas adotadas pelo governo anterior. Cavaco Silva daria inicio a um período de dez anos à frente da nação, sendo depois seguido por António Guterres do PS.

---

[23] Conforme dados de AMARAL, Luciano. Convergência e crescimento econômico em Portugal no Pós Guerra IN: ***Revista Análise Social***. Vol.XXXIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1998. Disponível em HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos, acesso em 14/03/2010 pp.761-762.

[24] Segundo ROMÃO, Antônio. A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia IN: ***Revista Análise Social***. Vol.XVIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Disponível em http://analisesocial.ics. ul.pt /documentos, acesso em 14/03/2010, p. 1103.

1.2 ANTECEDENTES: A HERANÇA SALAZARISTA (1928-1968)

> O Salazarismo, como os outros "fascismos", manifesta em primeira linha um sistemático anticomunismo e um não menos sistemático antiliberalismo e antidemocratismo (...) Salazar via com mágoa que o pós-guerra trouxe a "vitória das democracias" já que a sua esperança apontava para a afirmação de Estados fortes e de cunho nacionalista (...), a lógica antidemocrática de Salazar não lhe permitiu aprovar a formação de uma Europa comunitária, democrática e igualmente contrária ao comunismo de sistema.[25]

O Estado Novo foi um período de ditadura instaurada em Portugal após uma breve tentativa de implantação da República Liberal no início do século XX. Tal ditadura foi imposta pelos militares. Em 1926, o professor da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar foi chamado para assumir a pasta das finanças onde obteve "carta branca" sobre todos os demais ministérios no tocante a orçamento e gastos. Em 1932, seria nomeado presidente do Conselho de Ministros, cargo que ocupou ininterruptamente até 1968, quando, por questões de saúde, foi substituído por Marcello Caetano, um outro professor vindo da universidade.

O governo de Salazar, ao longo dos quase quarenta anos de sua duração, pode ser caracterizado como autoritário, nacionalista e imperialista, buscando, a todo custo, manter o que restava do Império Português no mundo[26].

O caráter do governo salazarista em relação às políticas externas define-se facilmente pela expressão que o mesmo cunhou em 1965 a respeito da posição portuguesa frente ao restante do mundo: "*orgulhosamente sós*"[27]. Assim, durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal declarou sua neutralidade no conflito. Após a guerra, buscou voltar-se para o Atlântico, com apoio ao bloco chefiado pelos EUA e a manutenção de sua tradicional aliança com a Grã-Bretanha. Contudo, sem aceitar imposições políticas de seus aliados, o que levou Salazar a recusar inicialmente a ajuda do Plano Marshall, por temer interferências norte americanas nos assuntos internos portugueses e em sua política imperialista.

A posição de Salazar frente ao cenário externo fez com que o país só fosse aceito como membro na ONU após aplicar um estratagema jurídico na década de 1950. Então

---

[25] Segundo TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo, e Europa. IN:TENGARRINHA, José (org.) ***História de Portugal***. São Paulo: Unesp, 2001, p.398.
[26] De acordo com SARAIIVA, José Hermano. ***História concisa de Portugal***. 22aEd. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003, pp.350-359.
[27] Conforme SOARES, Mário. ***Do salazarismo ao caetanismo, caminho difícil***. Rio de Janeiro: Lidador, 1973, p.54

transformou as colônias em "províncias ultramarinas" numa resposta às críticas internacionais sobre a atuação colonialista portuguesa em pleno século XX[28].

A adesão ao Pacto do Atlântico que Salazar assinou, deu-se em consonância com o anticomunismo sistemático que adotava. Assinou os tratados de Roma e os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) em 1960, para manter a posição que via como sendo um destino manifesto português. Era o de integrador econômico dos territórios ultramarinos à economia europeia já que tais territórios eram complementos naturais à Europa, segundo afirmava. Mas sempre criticou a ideia de uma Europa continental, ou federalista. Desde 1936 classificava tal possibilidade de "*fantasia de Estados Unidos da Europa*"[29].

Em relação à política interna, Soares[30] resume assim o período salazarista:

> Salazar caracterizou o seu regime pelos seguintes pontos: 1) antiparlamentarismo e antidemocratismo (o liberalismo estaria na origem de todos os males na concepção filosófica de Salazar); 2) nacionalismo agressivo inspirado nas ideias de Maurras; 3) ruralismo reacionário, apresentando a indústria como o inimigo do "bom povo"; 4) integrismo católico; 5) concepção imperial mussoliniana das relações metrópole-ultramar (consolidadas no Acto Colonial); 6) dirigismo econômico assegurado através do corporativismo.

O apoio ao regime de Salazar veio de diversas áreas. Dos grandes proprietário rurais aos industriais, banqueiros, oficiais superiores do exército e a igreja estavam do lado do regime. Este, para enfrentar aqueles que dele discordavam, adotou medidas de repressão extrema: os partidos políticos e sindicatos foram proibidos, o direito à greve foi eliminado, os lideres oposicionistas foram presos ou mortos. Muitos foram exilados e o Estado criou o órgão de repressão, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE[31].

Em termos econômicos, Salazar representou os interesses dos grandes latifundiários, na medida em que favoreceu a concentração de terra. Tal se pode comprovar com os dados do Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, realizado em 1968: 0,15% das

---

[28] Segundo MATTOSO, José (org.) ***História de Portugal – Portugal depois da guerra: Estado Velho, mundo novo***.Vol. XIV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008., pp.215-217.
[29] Conforme afirma TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo, e Europa. IN:TENGARRINHA, José (org.) ***História de Portugal***. São Paulo: Unesp, 2001, p.405.
[30] SOARES, Mário. ***Do salazarismo ao caetanismo, caminho difícil***. Rio de Janeiro: Lidador, 1973, p.54.
[31] Idem, p.178

propriedades tinham mais de 500 ha, (39,5% da área agrícola total), 0,32% tinham entre 200 e 500 ha (30,3% da área agrícola total) contra 77,8% das propriedades com menos de 4 ha[32].

No entanto, as políticas econômicas tomadas durante o período do Estado Novo, não buscaram apenas favorecer os setores ruralistas. Para João Confraria[33], o controle do mercado foi a forma que o Estado usou para organizar a atividade econômica, defendendo os direitos à propriedade privada e o capital, desde que segundo seus ditames do que seria prioritário e necessário. Adicionalmente, houve a autoimposição de limites à intervenção do Estado na economia. Ela seria regida pelo corporativismo nacionalista, com primazia frente a qualquer interesse estrangeiro. As políticas macroeconômicas visavam alcançar a estabilidade do valor da moeda e do nível de preços. Ao Estado ficou a responsabilidade pelo investimento em Educação, especialmente na expansão da infraestrutura física, e um gasto crescente com o setor militar, quando na década de 1960, o país passou a atuar belicamente nas colônias africanas.

Durante os primeiros 20 anos da ditadura salazarista, as reformas financeira e tributária permitiram recursos para as obras públicas. A construção de estradas no período fez com que o total construído passasse de 13.000 km em 1928, para 30.000 km em 1948. Os órgãos e instituições públicos passaram a ocupar prédios próprios do Estado no lugar dos cedidos por instituições religiosas. A segunda Guerra Mundial melhorou a situação econômica do país que passou a abastecer os dois lados do conflito com matérias primas e minérios valorizados à época, como no caso do volfrâmio[34].

Em relação ao protecionismo de sua economia interna, o Estado Novo buscou controlar a concorrência interna, e aplicar protecionismo aduaneiro, como forma de evitar a concorrência externa, com destaque especial para a indústria, quase inexistente antes de 1928. Para todo o setor industrial, Salazar criou uma política de regulação dos investimentos a serem feitos. Ou seja, os empresários deveriam ter autorização do governo para investir em determinada área de produção, ainda que o investimento usasse financiamento obtido no próprio Banco de Portugal. As autorizações, ou concessões visavam evitar concorrência e duplicidade de investimentos. Se no início da década de 1930, as concessões regulavam 100% das indústrias transformadoras portuguesas, na década de 1960 tais indústrias eram responsáveis por 60% do emprego no setor secundário do país. O resultado dessa política

---

[32] Segundo CUNHAL, Álvaro. ***A revolução Portuguesa, O passado e o Futuro***. Lisboa: Avante, 1994, pp.70-72
[33] CONFRARIA, João. Política Económica IN: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. ***História Econômica de Portugal***. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, pp.397-403.
[34] De acordo com SARAIVA, José Hermano. ***História Concisa de Portugal***. Lisboa: Europa-América, 2003.

industrial levou à criação de monopólios e oligopólios com a tutela do Estado. Este determinava os investimentos a serem feitos e as empresas a atuarem no país e em suas "províncias ultramarinas".[35]

Para Cunhal, a atuação do Estado levou à formação dos grupos monopolistas dominantes. As chamadas leis de reorganização industrial de 1945 e os planos de fomento adotados em seguida levaram à nomeação dos membros de altos cargos dos grupos empresariais para o Conselho Econômico Interministerial. Tal levou à evolução de um quadro em que "*os grupos monopolistas criados pelo poder político se tornaram os seus senhores*"[36] já que eles mesmos decidiam quem devia atuar, onde e como.

Um dos beneficiários dessa política industrial foi António Champalimaud, que contava com total cumplicidade do chefe de governo do Estado Novo, como declara o próprio Champalimaud. Dá como exemplo um episódio ocorrido quando da decisão a respeito da concessão para sua fábrica de cimentos da Matola em Moçambique. Salazar teria afirmado que: "*Seria preferível a fábrica ficar na posse de uma empresa já com história de provas dadas de que queira desenvolver a indústria de Moçambique, em vez de tornar-se propriedade de estrangeiros*". E tal justificativa foi por diversas vezes usada em relação ao empresário que passou a dominar a produção de cimentos, produtos químicos e de siderurgia em regime de quase monopólio, seja na metrólope, seja no ultramar[37].

Da mesma forma, Salazar iria instigar a atuação dos empresários portugueses em todos os segmentos. Um outro exemplo refere-se ao setor do turismo. Quando houve interesse por parte das cadeias norte americanas Ritz e Hilton em se instalar no país, nos anos 1950, em conversa com o empresário Ricardo Espírito Santo do setor bancário, Salazar teria afirmado "*É uma vergonha terem de vir os americanos construir um hotel! Será que os nossos empresários não têm capacidade para isso?*"[38]. Tal discurso foi a pista e o grupo Espírito Santo assumiu a construção do Hotel Ritz em Lisboa, com financiamento do Estado e hoje pertencente ao grupo multinacional Four Seasons.

O resultado da atuação governamental levou ao surgimento e fortalecimento de sete grupos econômicos principais, descritos no Quadro1.1. Tais grupos eram de propriedade de

---

[35] Idem, p.400.
[36] Segundo CUNHAL, Álvaro. ***A revolução Portuguesa, O passado e o Futuro***. Lisboa: Avante, 1994, pp.14-16.
[37] Conforme afirma ANTUNES, José. ***Champalimaud***. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1997. p.77
[38] Idem, p.98.

um pequeno número de famílias com relações endogâmicas, o que concretamente as transforma em apenas uma família[39].

Segundo Costa *et al*. [40]:

> Lima Mayer, Mello, Champalimaud, Espírito Santo, Pinto Bastos, Bensaúde, Urlich são todos da mesma grande família. Concorrentes e mesmo por vezes adversários, porém a História teceu uma teia de alianças familiares que foi falando mais alto.

Por exemplo, o grupo CUF (Companhia União Fabril) era da família Melo. A família Espírito Santo dominava bancos e seguradoras e casara uma filha com António Champalimaud, que controlava o grupo com seu nome. Assim, a economia portuguesa era dominada por um pequeno grupo de famílias que se beneficiaram de proteções, monopólios, financiamentos e privilégios iniciados ainda no século XIX, seja com os monopólios reais de exploração dos tabacos e demais produtos vindos do Brasil, seja com as companhias de monopólio das colônias africanas e asiáticas. As famílias financiavam o Rei que, em troca lhes fornecia cargos na administração do reino, privilégios e concessões. Assim criaram as fortunas que chegaram ao século XX e ainda dominam absolutas na economia do século XXI[41].

Nas palavras de Costa *et al*.[42], a elite portuguesa é:

> Uma classe dominante estruturalmente dependente do Estado e impregnada de uma cultura econômica e social em que quase tudo assentava na segurança de acumular sem riscos, sem inovação tecnológica, sem investimento, sem concorrência, sem reivindicações sociais, encostada à pauta, ao cartel corporativo, ao condicionamento, ao relacionamento promíscuo com o alto funcionalismo e à diligência repressiva das polícias e forças armadas.

---

[39] De acordo com COSTA, Jorge *et alli*. ***OS donos de Portugal, cem anos de poder econômico (1910-2010)***.Porto:Afrontamento, 2010.p.40-44
[40] Idem, p.45.
[41] Idem, p.36.
[42] Idem, p.49.

Quadro 1.1: Principais Grupos Econômicos Portugueses em 1973.

Grupo	Setores de atuação	Principais Empresas
CUF (Família Mello)	Bancos, seguros, químicos, refinaria de petróleo, minas, metalurgia, construção civil, estaleiros, transportes marítimos, tabaco, têxteis, celulose, papel, imobiliárias, hotelaria, sociedades coloniais.	Banco Totta & Açores, Seguros Império, Eminco, UFA, Estaleiros Lisnave e Setenave, Tabaqueira, Cia Portuguesa de Cobre, Sonadel, Tinco, Compal, Sicel, Monpor, Sitenor, Petrosul, etc. Mais de 100 empresas, era o principal grupo em valor de capital nominal.
Champalimaud	Cimento, aço, papel, bancos, sociedades coloniais, comerciais, e seguradoras.	Empresa de Cimentos Leiria; Cimentos Tejo; Siderurgia Nacional; Banco Pinto && Souto Mayor; Seguradoras Mundial e Confiança; Ferrominas; Comentna; Sepsa; etc. Num total de 80 empresas.
Espírito Santo	Petróleo, papel, cimento, bancos, seguradoras, pneus, cervejas, e hotelaria.	Banco Espírito Santo, Seguradora Tranquilidade, Sacor, Petróleo de Angola (Petrangol), Sores, Rádio Marconi, Hotel Ritz, etc.
Português do Atlântico	Bancos, seguros, vidros e 43 empresas em diversos setores.	Covina de Feteira-Bordalo, Celnorte, Fapobol de Brandão e Miranda, Soc. Central de Cervejas, Vidros M.Vinhas, Têxteis Magalhães, etc.
Borges & Irmão	Pneus, produtos químicos, pesca, material de construção, fármacos e sociedades de investimento.	Mabor, Cia Portuguesa de Pesca, Gelmar, Icesa, Eurofil, Luso-fármaco.
BNU - Banco Nacional Ultramarino (Família Ulrich)	Bancos, navegação e seguros.	Banco Nacional Ultramarino, Seguradora Fidelidade, etc.
Fonsecas & Burnay	Bancos.	Banco Fonsecas, Santos & Viana com Banco Burnay, ligado a sociedades estrangeiras como Diamag, Efacec, ITT, Chrysler, etc.

Fonte: Dados retirados de CUNHAL, Álvaro. ***A revolução Portuguesa, O passado e o Futuro***. Lisboa: Avante, 1994 e de COSTA, Jorge *et alli*. ***OS donos de Portugal, cem anos de poder econômico (1910-2010)***.Porto:Afrontamento, 2010. Quadro elaborado pela autora.

No século XX, os principais grupos econômicos portugueses estavam configurados como descrito no Quadro 1.1. Porém as elites econômicas comportavam também um poderoso grupo de proprietários agrícolas, que estavam inseridos na Assembleia Nacional, no poder executivo, e ainda possuíam ligações familiares com os banqueiros e industriais. O grupo era heterogêneo em suas demandas e tinha duas vertentes:

> (a) os defensores da abertura de mercados, com predomínio dos produtores e exportadores de vinhos, cortiça, lã e azeite; e
>
> (b) e os defensores do protecionismo, grupo dominado pelos produtores de cereais que desejava a permanência dos subsídios do Estado aos produtos e a manutenção de preços internos controlados pelo governo salazarista.

Dentre os resultados econômicos obtidos durante o Estado Novo, destacam-se alguns períodos de crescimento econômico inseridos num contexto internacional que favoreceu o país, como durante a Segunda Guerra Mundial. Ali favoreceu as exportações portuguesas para os dois lados envolvidos no conflito. Assim, na Tabela 1.1 podem-se observar alguns indicadores selecionados:

Tabela 1.1: Evolução econômica de Portugal de 1901 a 1973, indicadores selecionados.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Anos	**Crescimento médio do PIB**	**Crescimento do PIB per Capita**	**Receita Pública***	**Despesa Pública***	**Dívida Pública ***	**Importações***	**Exportações***
1901-1920	- 1,7 %	1,4 %	6,9 %	9,0 %	71,3 %	9,2 %	4,0%
1921-1945	4,0 %	1,6 %	10,8 %	12,2 %	52,5 %	15,7 %	7,7%
1946-1973	5,6 %	6,4 %(**)	13,5 %	14,7 %	23,5 %	22,3 %	13,6%

Fonte: Segundo dados de Monteiro, Luis (2010, pp.30-39). (*) em porcentagem do PIB. (**) os dados não incluem a população que emigrara, embora esta remetesse dinheiro a Portugal com regularidade.

Os indicadores mostram uma recuperação da economia após o caótico final de século XIX, em que ocorreu a "bancarrota do Estado"[43]. Os investimentos públicos no período em questão não eram expressivos e acompanharam os Planos de Fomento. Assim, o Primeiro Plano de Fomento, que vigorou de 1953 a 1958, assistiu a uma inversão de 1,9% do PIB. O Segundo Plano de Fomento, de 1959 a 1964, resultou num total de 2,8% do PIB em investimento. Em termos de infraestrutura, o país passou de uma rede de estradas de 13.000 km em 1928 para 30.000 km no início da década de 1970. Na década de 1950, iniciou-se a construção do metrô de Lisboa. Em paralelo, o Estado criou diversos institutos para pesquisa relacionada a obras, como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de 1952; e a Junta de Energia Nuclear em 1954. Em relação à matriz energética, o Estado investiu na construção de hidrelétricas, passando de uma geração total de 150 Mega Watts em 1950, para 1085 Mega Watts em 1960. Nessa década, construíram-se mais três hidrelétricas e duas termoelétricas no país onde se obteve um total de 2200 Mega Watts no começo de 1970[44].

[43] De acordo com MATTOSO, José (org.) ***História de Portugal – Portugal depois da guerra: Estado Velho, mundo novo***.Vol. XIV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008., pp.215-217

[44] Segundo informações de MONTEIRO, Luís. ***Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30***. Lisboa: Bnomics, 2010, pp.38-42.

Já o comércio externo continuou numa rota de crescimento das importações em ritmo muito mais forte do que as exportações, levando a um déficit comercial crescente, conforme se apresentará no item 1.6 deste mesmo capítulo.

Na década de 1960, as guerras coloniais passam a ter destaque no orçamento do Estado, ocupando 19% do total da despesa pública em 1967, um valor que correspondeu a 5% do PIB daquele ano. Em relação aos resultados, no setor da educação os investimentos públicos resultaram numa queda da taxa de analfabetismo que chega à década de 1970 na casa dos 25%[45].

Em termos de participação setorial na economia, temos um declínio do papel da agricultura, que passou de 41% do PIB em 1937 para 31% do PIB em 1958. No mesmo período, a indústria cresceu de uma participação de 14% do PIB para 18%, graças à proteção do Estado, ao acesso privilegiado aos recursos dos territórios coloniais, e taxas de juros baixas do Banco de Portugal (2,0% ao ano de 1944 a 1965)[46].

As finanças do país puderam se manter estáveis durante todo o regime salazarista graças à elevada poupança interna, às remessas de emigrantes e às receitas de turismo. A taxa de poupança do país subiu de 17,5% do PIB na década de 1960 para 29,6% no início dos anos 1970. Já a emigração continuou ocorrendo em grande escala, com destinos preferidos para o Brasil, países da Europa ocidental e Estados Unidos da América. Para os territórios da África, a taxa de emigração permaneceu baixa e o Estado precisava subvencionar os custos de transporte para atrair emigrantes. As remessas vindas dos emigrantes chegaram ao máximo no início da década de 1970, atingindo 8,2% do PIB. As atividades ligadas ao setor de turismo se expandiram, passando de um total de 500 mil turistas em 1940 para 4,3 milhões em 1970, a maioria vindos da Grã-Bretanha[47].

No final da década de 1960, Salazar foi afastado do poder em função de incapacitação física. Marcello Caetano foi chamado a assumir o Governo por um período de seis anos. Então, buscou salvar o que restou do regime salazarista, adequar o país às exigências impostas pelo cenário externo e as pressões crescentes no âmbito interno.

---

[45] Idem, p.41.
[46] Idem, p.42.
[47] Idem, p.43.

1.3 O CAETANISMO (1968-1974)

A subida ao poder de Marcello Caetano é interpretada por alguns como representando o triunfo de uma corrente política do país que tentara se destacar em 1958 e 1961, sem sucesso. Tal grupo era representante dos financistas e militares. Defendia uma reforma no país, com uma maior aproximação da Europa e uma solução política que levasse ao final das guerras coloniais. O lema de Caetano era "evolução na continuidade" e basicamente apoiava-se numa estratégia de promover um processo lento que definiu como "autonomia progressiva" para as colônias, aliada a uma política econômica desenvolvimentista, aberta à aproximação com a Europa e ao capital externo. Buscava valorizar os setores industriais sem, no entanto, defender a permanência do protecionismo salazarista ao setor[48]. Tal postura levaria à perda de apoio dos grupos econômicos dominantes.

O Caetanismo teve duas fases distintas: num primeiro momento, o governo tentou implantar o liberalismo econômico mantendo o esforço de guerra, enquanto tentava dar um certo ar de legitimidade ao sistema político. Para tanto, diminuiu o rigor da censura, remodelou a PIDE e deu-lhe o nome de Direção Geral de Segurança (DGS), permitindo o retorno de alguns exilados políticos ao país. Em seguida, num segundo momento, sacrificou todos os passos liberalizantes tomados anteriormente, em favor de um esforço de guerra colonial. Tal indispôs contra ele certos setores que o apoiavam, tanto no cenário militar quando no cenário empresarial, inclusive criando atritos com a Igreja Católica. Esta passou a atacar a Ditadura de forma aberta nos púlpitos. O resultado desta segunda fase foi o final do regime, com a Revolução de Abril em 1974.

Caetano conseguiu uma renovação nos bancos da Assembleia em 1968 e, com isso, alterou a Lei Eleitoral (23/12/1968), a Lei Sindical (08/1970), a Lei de Imprensa (05/1072) e a Lei de Fomento Industrial (05/1972). Além de reformas feitas nas estruturas da previdência social, que passou a contemplar a população rural; do sistema de saúde e da educação que teve o número de anos de estudo obrigatórios aumentado de 4 para 6 anos. Tal ação, aos planos Marcello Caetano chamou de Estado Social. Assim, a despesa pública voltada aos benefícios sociais cresceu de 1,7% do PIB em 1960 para 3,8% em 1970 e atingiu 6,8% no inicio de 1974[49].

---

[48] De acordo com MATTOSO, José (org.) ***História de Portugal – Portugal depois da guerra: Estado Velho, mundo novo***.Vol. XIV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008., pp.215-217

[49] Conforme RAMOS, Rui *et alli*. ***História de Portugal***. 3a.ed. Lisboa:esfera dos livros, 2010, pp.696-700.

As políticas específicas em relação ao quadro colonial permaneceram as mesmas dos anos salazaristas. O envio de tropas às colônias se manteve e o próprio Marcello Caetano afirmaria mais tarde que a situação foi ficando insustentável, na medida em que o recrutamento de homens tornou-se mais difícil. As tentativas de recrutamento das populações nativas não obteve êxito, e as pressões dos altos oficiais em relação à situação encontraram voz através do General Spínola (segundo oficial em comando das Forças Armadas e amigo pessoal de Champalimaud). Este, desobedecendo a ordens diretas do próprio Caetano, em 1974, mandou imprimir seu livro *Portugal e o Futuro* onde contestava os caminhos tomados pelo chefe do governo português em relação à questão colonial[50].

Para Cunhal[51], as tentativas liberalizantes de Marcello Caetano fracassaram e levaram ao fim do regime ditatorial imposto no começo do século XX. O Governo criou antagonismos com a Igreja Católica, com as Força Armadas, com os intelectuais, as elites internas que condenavam a abertura comercial e a aproximação com a Europa, e os exilados do regime salazarista, perdendo o apoio em todos os flancos. Adicionalmente, o choque do petróleo aumentou a insatisfação no país. O conjunto da obra culminaria na Revolução em abril de 1974[52].

Em relação à aproximação com a Europa, o Governo de Marcello Caetano, em 1972, assinou um tratado de livre comércio com a CEE que incluía diversos produtos e vigoraria até 1985. Então se esperava poder negociar a entrada na comunidade. Os entraves principais à discussão nesse momento eram a existência das colônias[53]. Em menos de quatro anos tal entrave estaria eliminado e o país iniciaria as negociações para a adesão portuguesa à Comunidade Europeia.

1.4 A revolução dos cravos: política econômica (1974 a 1976)

Os anos 1970 assistiram a grandes mudanças no quadro político e econômico português. Tais mudanças foram catalisadas pela revolução de Abril de 1974 que marcou o fim do Estado Novo. A revolução constituiu-se numa revolta militar correspondente a um descontentamento geral da população, civil e militar. Deu-se em relação à conjuntura que o país vivia. As guerras coloniais e a ditadura na metrópole eram motivos de insatisfação

---

[50] De acordo com CAETANO, Marcello. ***Depoimento***. Rio de Janeiro: Record, 1974, p.192.
[51] Segundo CUNHAL, Álvaro. ***A revolução portuguesa. O passado e o Futuro***. Lisboa: Avante, 1994, pp.82-84.
[52] De acordo com RAMOS, Rui *et alli*. ***História de Portugal***. 3a.ed. Lisboa:esfera dos livros, 2010, p.704.
[53] Como afirma MONTEIRO, Luís. ***Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30***. Lisboa: Bnomics, 2010, p.44.

popular, com uma situação externa de Choque do Petróleo e crise inflacionária que levariam ao fim de Bretton Woods. Havia uma retração no crescimento das economias mundiais, afetando diretamente a economia portuguesa, que passou a apresentar em 1973, uma taxa de crescimento do PIB de 2,7% contra a taxa média anual de 6,9%, observada na década de 1960[54].

O General Costa Gomes, Comandante-chefe em Angola, resume assim a Revolução:

> O que tornou inevitável a revolta do 25 de Abril foi a necessidade de resolver o problema da guerra em África As revindicações dos oficiais do quadro permanente foram quase na totalidade satisfeitas...o problema colonial era, não só o mais importante, como aquele que os oficiais conheciam melhor, tendo certamente chegado à conclusão de que só poderia ser solucionado depois de derrubar o regime então existente[55].

Costa Gomes, António Spínola e Kaúlza Arriaga haviam sido nomeados em 1970 para Comandantes-chefes em Angola, Guiné e Moçambique, respectivamente. Os três possuíam ambições políticas e discordavam frequentemente das ordens vindas de Lisboa, onde se reuniram na metade de 1973 para conspirar. Após a publicação do livro de Spínola em fevereiro de 1974, Marcello Caetano chegou a sugerir aos três generais que tomassem o poder do presidente, mas eles declinaram de participar no golpe. As divergências com Caetano se aguçaram e após desobediência clara, Costa Gomes e Spínola foram destituídos em 14 de março. Iniciou-se um processo que culminaria com a Revolução em 25 de Abril e a queda do regime.

O Golpe foi planejado como uma operação militar e teve à frente o major Otelo Saraiva de Carvalho, ligado a Spínola. Optou-se por desvincular os generais diretamente da ação dando autoria da mesma às Forças Armadas e seus capitães, despersonalizando o movimento e somente chamando os generais no final. Com 80% das tropas em África, a Revolução ocorreu sem grandes incidentes ou antagonismos. Costa Gomes, juntamente com Spínola e outros representantes das Forças Armadas formaram a Junta de Salvação Nacional que passou a comandar o país. A censura foi abolida, eleições livres conclamadas, o DGS foi extinto com detenção em massa de seus agentes, libertação dos presos políticos e autorização

---

[54] De acordo com ROCHA, Edgar. Crescimento Econômico em Portugal nos anos 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho IN***: Revista Análise Social.*** Vol.XX, Lisboa: Universidade de Lisboa Disponível em HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos acesso em 14/03/2010 pp.622-623.

[55] Conforme FERREIRA, José Medeiros. Após o 25 de Abril IN: TENGARRINHA, José (org.) ***História de Portugal***. São Paulo: Unesp, 2001, p.417.

para o regresso dos exilados. Marcello Caetano e o presidente deposto, Américo Tomaz partiram para o Brasil. Era o fim da Guerra na África e do Estado Novo[56].

De modo sintético, pois não é objetivo da pesquisa em questão tratar dos detalhes deste episódio da História portuguesa, pode-se resumir os anos de 1974 a 1976 como sendo um período conturbado para o país e os antigos territórios coloniais. Contragolpes e golpes ocorreram, cinco governos provisórios se sucederam, e em abril de 1975 realizaram-se as primeiras eleições nacionais com participação maciça da população (91,7% dos recenseados compareceram às urnas num processo em que o voto não é obrigatório). O grande vencedor foi o PS com 37,9% dos votos. No entanto, novos golpes e tentativas de invalidar a eleição ocorreram. Somente no início de 1976 haveria alguma estabilidade política no país[57].

O Quadro 1.2 apresenta uma síntese das principais medidas econômicas e de proteção social que foram tomadas pelos governos provisórios dos anos de 1974 a 1976.

Quadro 1.2: Síntese de Medidas tomadas pelos Governos Provisórios, 1974-1976.

Governo	Período	Medidas Tomadas
I Governo Provisório	15-5-1974 a 10-7-1974	Nacionalização da RTP (Rádio e TV Portuguesa), permitiu o acesso das mulheres à magistratura, fixou salário mínimo e atualizou pensões e aposentadorias. Assumiu a administração da Cia de águas de Lisboa.
II Governo Provisório	17-7-1974 a 30-9-1974	Fixou o Direito à reunião e à greve. Nacionalizou os Bancos Emissores (Banco de Portugal, Banco de Angola e Banco Ultramarino), reconheceu a independência da Guiné-Bissau. Aumentou o valor do salário mínimo, e dos salários do funcionalismo público.
III Governo Provisório	30-9-1974 a 26-3-1975	Fixou o Direito à associação e atividade dos Partidos Políticos, a Lei de Imprensa, Lei Eleitoral e preparou as eleições para a formação da Constituinte. Aprovou a Lei de Intervenção do Estado nas Empresas, aprovou as primeiras medidas de arrendamento de terras incultas, tabelou preços de produtos básicos e assinou protocolo relativo à Independência de São Tomé e Príncipe.
IV Governo Provisório	26-3-1975 a 8-8-1975	Aprovou a Lei Sindical, aumentou o salário mínimo, criou uma sobretaxa aos produtos importados para tentar diminuir o déficit da Balança Comercial, publicou a Lei da Reforma Agrária (29-5-1975) e a Lei do Arrendamento Rural. Nacionalizou diversas empresas no setor da siderurgia, transportes, estaleiros, cimentos, energia, celulose, tabacos, etc.
V Governo Provisório	8-8-1975 a 12-9-1975	Continuação das nacionalizações.
VI Governo Provisório	19-9-1975 a 22-7-1976	Nacionalização das empresas de pesca e transportes. Expropriação de terras de grandes propriedades rurais e aumento de pensões e aposentadorias

Fonte: Dados de CUNHAL, Álvaro. ***A revolução portuguesa. O passado e o Futuro***. Lisboa: Avante, 1994, pp.104-105, quadro elaborado pela autora.

[56] De acordo com RAMOS, Rui *et alli*. ***História de Portugal***. 3a.ed. Lisboa:esfera dos livros, 2010, p.713.
[57] Idem. pp.733-745.

Especificamente, as políticas de proteção ao trabalho sofreram uma melhoria neste período. Assim, em 1975 foi criado o subsídio ao desemprego universal e normatizados processos que tornaram mais difícil a demissão de funcionários. Adicionalmente, aumentou o número de empregados sindicalizados. A criação de um salário mínimo abrangeu mais de 50% dos trabalhadores portugueses. Em relação à Educação, a partir de 1974, as despesas governamentais com estudantes e educação se elevaram significativamente e passaram de 1,8% do PIB em 1973 para 3,7% em 1978. Também foram aplicadas políticas relacionadas ao setor da saúde, que elevaram as despesas governamentais de 2,1% do PIB em 1973 para 3,6% do PIB em 1978[58].

A política iniciada por Caetano de abertura comercial foi posta de lado e substituída por um protecionismo que proibia a atuação de empresas privadas em setores[59] como a produção de cimento, fertilizantes, refinaria, petroquímica, aço, produção e distribuição de energia, água, gás, telefonia, correios, bancos e seguros. Adicionalmente, no setor monetário, todos os bancos emissores de moeda foram nacionalizados e o monopólio de emissões passou para o Banco de Portugal. Os bancos comerciais foram nacionalizados e o governo fixou taxas de juros, limites de crédito, tornou obrigatória a aceitação de cheques e os bancos compraram compulsoriamente a dívida pública[60].

A Constituição de 1976 deu legitimidade a algumas medidas de cunho econômico, tomadas logo após a Revolução com destaque para as nacionalizações de empresas privadas. Em 1976, o Estado era responsável por 24% do Valor Adicionado Bruto (VAB) e 45% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). No entanto, essa orientação de ação do Estado, adicionada ao quadro de queda das remessas dos emigrantes, e perdas de lucros com as possessões coloniais, levou a contas públicas deficitárias e a uma intervenção do FMI em 1977-1979.

Em relação às mudanças na Agricultura ocorridas com a Revolução de 1974, destacam-se a Lei de Bases da Reforma Agrária e a Lei do Arrendamento rural de 1977. A primeira legalizou as ocupações de terras feitas logo após a revolução que se converteram em unidades coletivas e cooperativas de produção. A segunda alterou as relações de utilização da

---

[58] Idem, p.283.
[59] Lei n.46/77 de 8-7-1977. Essa lei sofreu diversas revisões nos anos seguintes e os setores foram reduzidos.
[60] De acordo com dados de LAINS, Pedro e FERREIRA SILVA, Álvaro (orgs.). *História **Económica de Portugal. O século XX***. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2005, pp.406-410.

terra colocando um limite de seis anos para arrendamentos, recompensa aos benefícios feitos pelos rendeiros e outras garantias semelhantes[61].

Ao final de Julho de 1976, haviam sido nacionalizadas cerca de 245 empresas: 24 bancos e empresas de crédito, 36 seguradoras, 16 empresas do setor de energia, 5 de petróleo, 8 de fabricação de produtos minerais não metálicos, 1 fábrica de vidros, 1 indústria de ferro e aço, 2 de construção de material de transportes, 2 mineradoras, 4 empresas de produção química, 6 de celulose e papel, 5 de tabaco, 7 de bebidas, 8 de pesca, 1 de agricultura, 96 empresas de transportes terrestres, 8 de transportes marítimos, 1 de transportes aéreos, 10 empresas atuantes no setor de cinema e televisão, e 4 editoras e tipografia[62]. No entanto, o processo de adesão à CEE iria reverter quase todos esses processos e as privatizações seriam feitas (como se apresenta nos próximos capítulos).

As nacionalizações afetaram diretamente o grupo de famílias citadas no Quadro 1.1. Alguns empresários e seus diretores foram presos, após uma tentativa frustrada de contragolpe em 1975. Eles saíram do país, quando libertados. Os Mello, os Espírito Santos e os Champalimaud, entre outros, assistiram do exterior à nacionalização das cerca de 250 empresas, que eram proprietárias de outras 2.000. O processo de nacionalizações é descrito por Mattoso[63] como sendo uma faca de dois gumes:

> Ameaça o patronato mas alivia-o. (...) Os empresários, em crise econômica e isolados socialmente têm um momento de trégua, militantes políticos e sindicais aliam-se, (...) e arrastam jovens quadros de empresas, interessados em substituir, em nome da nova ordem, os velhos patrões. Inicia-se assim um dos mais rápidos e extensos processos de circulação de elites realizado sem a precedência de uma revolução sangrenta. As nacionalizações são decretadas sem determinação de indenizações e poupam sistematicamente o capital estrangeiro. Deixam nas mãos do Estado um gigantesco grupo financeiro e industrial. (...) são o cerne da aliança social entre os quadros superiores da geração ascendente: conselheiros da Revolução, cúpulas políticas dos partidos, tecnocratas que começaram suas carreiras ainda no governo de Marcello Caetano. A lógica social desta aliança não tem, portanto, contrapartida no funcionamento da economia. São opostos os sistemas de valores e atitudes produtivas de seus componentes. É-lhes, por isso, impossível definir regras estáveis para o jogo econômico.

---

[61] Conforme LAINS, Pedro e FERREIRA SILVA, Álvaro (orgs.). *História* ***Económica de Portugal. O século XX***. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2005, pp.180-182.

[62] De acordo com CUNHAL, Álvaro. ***A revolução portuguesa. O passado e o Futuro***. Lisboa: Avante, 1994, pp. 128-129.

[63] Segundo MATTOSO, José (org.) ***História de Portugal – Portugal em transe***.Vol. XV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008, p.153.

No Quadro 1.3 podem-se observar as mudanças operadas nos grandes grupos econômicos com o processo de nacionalizações. Nota-se que o processo de nacionalizações reestrutura os setores de forma a aumentar a sua concentração, o que seria muito importante quando da privatização dessas mesmas empresas alguns anos depois. A maioria delas voltaria para o controle das famílias originais na metade da década de 1980. Porém, após uma fase de reorganização administrativa e fortalecimento em virtude do monopólio ou oligopólio protegido, mais uma vez, pelo Estado. Este saneia e reorganiza as empresas e as torna mais eficientes[64].

Quadro 1.3: Fusões de empresas nacionalizadas em 1994-1997

Setor	Empresas afetadas	Empresa resultante
Bancário	Banco de Angola, Banco da Agricultura, Banco Pinto de Magalhães.	União dos Banco Portugueses
	Banco Português do Atlântico, Banco do Algarve, Banco Fernandes de Magalhães.	Banco Português do Atlântico
	Banco Fonseca & Burnay, Banco do Alentejo, Casa Pancada e Moraes.	Banco Fonseca & Burnay
	Banco Viseense, Crédito Predial.	Crédito Predial
Seguros	Tranquilidade, Nacional, Garantia.	Tranquilidade
	Império, Tagus, Seguros Alentejo, Douro.	Império
	Mundial, Confiança, Continental Resseguros, Pátria.	Mundial
	Bonança, Ultramarina, Confiança, Comércio e Indústria, União Seguros.	Bonança
Petróleo	SACOR, Petrosul, Sonap, Cidla.	Petrogal
Química	CUF, Nitratos de Portugal, Amoníaco de Portugal.	Quimigal
Papel	Companhia Portuguesa de Celulose, Socel, Celtejo, Celnorte, Celulose do Guadiana.	Portucel
Eletricidade	Cia Portuguesa de eletricidade, União Elétrica Portuguesa, Chenop, Cia de Eletricidade das Beiras, Companhia reunida de gás e eletricidade.	EDP
Transportes	Fusão de todas as empresas do setor de transportes rodoviários.	Rodoviária Nacional
Cimentos	Tejo e Leiria (Champalimaud), Cibra, Cinorte, Cabo Mondego, Sagres, Cia de Cimentos do Algarve.	Cimpor
Cervejas	Fusão de todas as empresas.	Unicer (região norte) e Centralcer (região centro e sul)
Tabacos	Todas são fundidas e é estabelecido o monopólio a empresa resultante.	Tabaqueira

Fonte: Dados retirados de COSTA, Jorge. ET alli. ***Os donos de Portugal – cem anos de poder econômico (1910-2010)***. Porto:Afrontamento, 2010, quadro elaborado pela autora.

[64] Conforme afirma COSTA, Jorge. ET alli. ***Os donos de Portugal – cem anos de poder econômico (1910-2010).*** Porto:Afrontamento, 2010, pp.266-269.

De 1974 a 1977, a economia portuguesa procurou se reestruturar, mas os quadros interno e externo não favoreceram os indicadores. O PIB teve um crescimento de -5% em 1975, o déficit da Balança Comercial alcançou 13,6% do PIB em 1976. O déficit das contas públicas atingiu 11% do PIB em 1978, como se passa a detalhar no item 1.6 a seguir.

Para minimizar o quadro econômico, as reservas oficiais em divisas foram gastas entre 1974 e 1977. No período, metade das reservas de ouro do país foi dada como garantia de empréstimos de curto prazo a bancos estrangeiros. Em 1977, seria necessário vender 172 toneladas de ouro para honrar tais empréstimos. Em 1983, seriam vendidas mais 50 toneladas para, novamente, pagar empréstimos externos. O país recorria à venda de Títulos da Divida Pública para obter recursos e, em 1975, emitiu títulos representando 7,14% do valor do PIB. No entanto, o período de instabilidade econômica ainda estava longe de se encerrar[65].

1.5 O CAMINHO PARA A INTEGRAÇÃO: 1976 A 1985

Na arena política, as eleições de 25 de Abril de 1976 levaram à vitória o Partido Socialista. Em 23 de Julho tomou posse o I Governo Constitucional, tendo Mário Soares na pasta de Primeiro Ministro. O mandato se encerraria em 23 de Janeiro de 1978, quando teria início o II Governo Constitucional, constituído por uma coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social. Mais uma vez, o cargo de Primeiro Ministro ficou com Mário Soares. Em 29 de Agosto de 1978, o Presidente da República, Ramalho Eanes, desfez o governo e nomeou Nobre da Costa para Primeiro Ministro. Apenas três meses depois, o Presidênte constituiu outro governo, desta vez com Motta Pinto à frente da pasta de Primeiro-Ministro. Mais uma vez, oito meses depois, o presidente mudaria seu Primeiro-Ministro e Lourdes Pintassilgo assumiria o cargo à frente do Ministério.

As eleições de dezembro de 1979 deram a vitória à coligação eleitoral formada pelo Partido Social-Democrata, o Centro Democrático Social e o Partido Popular Monárquico. O VI Governo Constitucional tomou posse a 3 de Janeiro de 1980, com Sá Carneiro no cargo de Primeiro Ministro. Seu falecimento em dezembro daquele ano levaria à formação de um novo governo, desta vez chefiado por Pinto Balsemão, que ficaria no cargo até 1983 quando as eleiçoes de 25 de abril deram vitória a uma coligação do Partido Socialista e o Partido Social

[65] Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

Democrata. Mário Soares voltou naquele ano e se manteve na pasta de Primeiro Ministro até 1985. A Presidência da República, no entanto, esteve nas mãos do General Ramalho Eanes, de 14 de Julho de 1976 a 9 de Março de 1986[66].

A sucessão de nove governos constitucionais em nove anos não alterou significativamente o objetivo de se adequar às exigências para a adesão ao bloco europeu em 1985. Pelo contrário, os processos iniciados na Revolução de 1974 foram revertidos e alterados, para que se pudesse atender aos ditames do processo de entrada na CEE.

1.6 Uma interpretação

Uma observação da economia portuguesa no período 1930 a 1985 mostra um ritmo de crescimento muito baixo de seu PIB, como consta da Tabela 1.2 e do Gráfico 1.1. O crescimento médio do PIB português nesse período não ultrapassou a taxa de 3,5% anuais. As duas primeiras décadas (1930 e 1940) não chegaram a atingir a média de 3% anuais, apesar do ano de 1948 apresentar a maior taxa de crescimento de todo o período (19,2% de crescimento anual), seguido do maior decréscimo do produto na série (1949 com taxa negativa de 9,8%).

Depois de 1930, a economia mundial enfrentou a grande depressão e a segunda Grande Guerra que em combinação com a orientação nacionalista da ditadura resultou num crescimento do PIB per capita em Portugal de 1,8% ao ano. Já a década seguinte se beneficiaria do conflito e o país passou a exportar para ambos os lados registrando um crescimento médio anual de seu produto de 3,62%. Foi na época do pós-guerra que a Europa iniciou uma fase de crescimento econômico e Portugal seguiu o ritmo do restante do continente[67].

A década de 1950 apresentou um crescimento médio de 4,53% ao ano; e a década de 1960, de 4,85%. Já a década de 1970 teria um refreamento do ritmo do crescimento do PIB no país, indo para 3,25% anuais. Finalmente, os cinco primeiros anos da década de 1980 apresentaram crescimento de 3,78% ao ano. Todas essas observações encontram-se abaixo das taxas médias de crescimento europeu e mundial[68] para o mesmo período.

---

[66] Conforme MATTOSO, José (org.) ***História de Portugal – Portugal em transe***.Vol. XV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008, pp.113-119.

[67] Segundo MATEUS, Abel. A evolução do PIB . IN: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. ***História Econômica de Portugal***. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, p.127.

[68] Conforme KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. Como complemento, ver KUZNETS, S. Crescimento Econômico Moderno, Abril Cultural, 1983 (1966).

Exceto pelo ano de 1948, em nenhum outro se verificou crescimento ou recessão com taxa superior a 12%. Isso mostra uma economia com forte tendência à estagnação econômica, como se pode ver pela linha de tendência adicionada ao Gráfico 1.1.

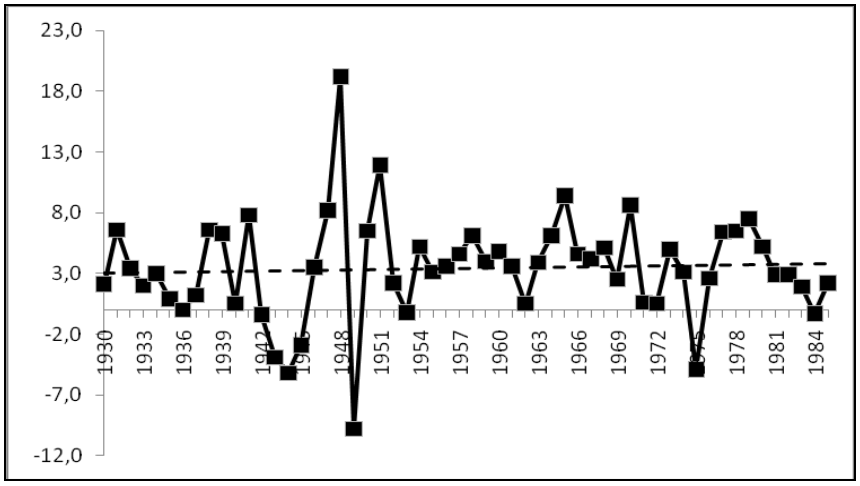

Gráfico 1.1: Portugal, taxas médias do crescimento do PIB real, de 1930 a 1985.

Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

Tabela 1.2: Evolução anual do PIB de Portugal de 1930 a 1985.

(1) Ano	(2) Variação %	(3) Ano	(4) Variação %	(5) Ano	(6) Variação %
1930	2,1	**1949**	-9,8	**1968**	5,1
1931	6,6	**1950**	6,5	**1969**	2,5
1932	3,4	**1951**	11,9	**1970**	8,6
1933	2,0	**1952**	2,2	**1971**	0,6
1934	3,0	**1953**	-0,2	**1972**	0,5
1935	0,9	**1954**	5,2	**1973**	5,0
1936	0,0	**1955**	3,1	**1974**	3,1
1937	1,2	**1956**	3,6	**1975**	-4,9
1938	6,6	**1957**	4,6	**1976**	2,6
1939	6,3	**1958**	6,1	**1977**	6,4
1940	0,5	**1959**	4,0	**1978**	6,5
1941	7,8	**1960**	4,8	**1979**	7,5
1942	-0,4	**1961**	3,6	**1980**	5,2
1943	-3,9	**1962**	0,5	**1981**	2,9
1944	-5,2	**1963**	3,9	**1982**	2,9
1945	-2,9	**1964**	6,1	**1983**	1,9
1946	3,5	**1965**	9,4	**1984**	-0,3
1947	8,2	**1966**	4,6	**1985**	2,2
1948	19,2	**1967**	4,2		

Fonte: Dados em milhões de escudos obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

Em termos setoriais, podemos observar na Tabela 1.3, a evolução da participação setorial no PIB pós Revolução dos Cravos, entre 1976 e 1985, com queda no setor agrícola e de pesca com 14,5% e 26% respectivamente. A indústria de transformação manteve uma participação crescente com variação positiva de 5,5% nos dez anos. Por fim, o setor terciário apresentou queda na sua participação do PIB, tanto nos segmentos da construção com queda de 35,5%; quanto dos serviços bancários e de seguros, que apresentou queda de 16,5%. Já o grupo do comércio, hoteis e restaurantes, teve um aumento de 13%. O setor com maior crescimento no período, em termos de participação no PIB, foi o grupo de eletricidade, gás e água, fato este justificado pelas obras efetuadas pelo Estado português na reforma e aumento da infraestrutura básica do país[69].

Tabela 1.3: Origem setorial do produto em Portugal entre 1976 e 1985 (em % do PIB).

(1) Setores	(2) 1976	(3) 1977	(4) 1978	(5) 1979	(6) 1980	(7) 1981	(8) 1982	(9) 1983	(10) 1984	(11) 1985	(12) Variação 1976-1985
Agricultura, Caça, Silvicultura e Exploração Florestal	10,97%	11,12%	10,34%	10,07%	9,42%	9,76%	10,18%	10,15%	9,49%	9,38%	-14,5%
Pesca	1,04%	1,00%	1,01%	0,93%	0,92%	0,88%	0,73%	0,71%	0,74%	0,77%	-26,0%
Indústria extrativa	0,45%	0,47%	0,46%	0,57%	0,55%	0,56%	0,53%	0,50%	0,49%	0,51%	13,3%
Indústria de transformação	25,06%	25,36%	25,34%	26,42%	27,69%	25,67%	24,03%	24,53%	26,26%	26,44%	5,5%
Eletricidade, gás e água	1,02%	1,49%	2,11%	1,98%	1,92%	1,64%	2,18%	3,27%	4,16%	4,54%	345,1%
Construção	10,38%	10,32%	10,45%	10,66%	9,11%	10,30%	10,50%	9,65%	7,56%	6,69%	-35,5%
Comércio, hoteis e restaurantes	17,09%	16,11%	16,82%	17,30%	18,56%	18,74%	18,48%	18,79%	19,17%	19,32%	13,0%
Transporte e comunicações	5,61%	5,75%	5,89%	5,85%	5,38%	5,70%	6,13%	6,59%	6,93%	7,49%	33,5%
Bancos, seguros e imóveis	11,48%	10,96%	12,04%	10,32%	9,32%	9,74%	10,65%	9,85%	9,51%	9,60%	-16,4%
Outros serviços	16,89%	17,43%	15,56%	15,89%	17,12%	17,00%	16,61%	15,96%	15,69%	15,25%	-9,7%

Fonte: Dados em milhões de escudos obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com cálculo de participação percentual efetuado pela autora.

[69] Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

O consumo privado, conforme se observa na Tabela 1.4, apresentou leve queda nos dez anos anteriores à adesão na CEE, com aumento de consumo dos produtos não duráveis, especialmente do setor de alimentação, bebidas e tabaco, e queda dos produtos duráveis. De igual modo, houve queda no consumo de serviços.

Tabela 1.4: Consumo Privado em Portugal entre 1976 e 1995, em porcentagem do PIB (*)

(1)	(2) 1976	(3) 1977	(4) 1978	(5) 1979	(6) 1980	(7) 1981	(8) 1982	(9) 1983	(10) 1984	(11) 1985
Consumo privado	69,78%	66,41%	66,26%	66,17%	66,85%	68,81%	68,44%	67,40%	69,65%	67,20%
Bens não duradouros	36,84%	34,88%	36,04%	37,10%	36,91%	37,95%	37,34%	36,70%	38,22%	36,41%
Alimentação, bebidas e tabaco	20,82%	19,54%	21,89%	22,74%	21,76%	22,66%	22,45%	22,06%	23,29%	22,47%
Vestuário e calçado	7,49%	6,76%	6,06%	6,26%	6,31%	6,30%	5,88%	5,65%	5,66%	5,35%
Bens energéticos	1,18%	1,19%	1,10%	1,23%	1,52%	1,76%	1,74%	1,79%	1,71%	1,57%
Outros	7,35%	7,39%	6,98%	6,86%	7,31%	7,24%	7,26%	7,20%	7,56%	7,03%
Bens duradouros	6,43%	5,95%	5,65%	5,78%	6,75%	6,85%	6,31%	6,16%	5,73%	5,58%
Automóveis	1,54%	1,44%	1,55%	2,00%	2,17%	2,70%	2,58%	2,82%	2,58%	2,67%
Outros	4,90%	4,51%	4,10%	3,78%	4,58%	4,15%	3,73%	3,34%	3,15%	2,90%
Serviços	26,50%	25,57%	24,58%	23,30%	23,19%	24,00%	24,79%	24,54%	25,70%	25,22%

Fonte: Dados em milhões de escudos obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com cálculo de participação percentual efetuado pela autora.

A Formação Bruta de Capital Fixo também não mostrou grandes alterações no período de 1976 a 1985, chegando ao final da série com valores próximos ao início da mesma, como se pode ver na Tabela 1.5.

Tabela 1.5: Formação Bruta de Capital Fixo, em Portugal, de 1976 a 1985, em % do PIB.

(1)	(2) 1976	(3) 1977	(4) 1978	(5) 1979	(6) 1980	(7) 1981	(8) 1982	(9) 1983	(10) 1984	(11) 1985
Formação bruta de capital fixo	26,4%	31,5%	29,5%	33,2%	29,9%	34,1%	33,6%	31,8%	28,0%	26,3%
Máquinas e aparelhos	6,7%	7,8%	7,7%	7,4%	8,3%	9,1%	8,9%	8,2%	7,5%	6,8%
Material de transporte	5,3%	6,6%	5,8%	5,1%	4,9%	6,3%	5,2%	5,0%	3,5%	3,2%
Construção	12,6%	14,9%	13,9%	18,5%	14,5%	16,3%	17,0%	16,5%	15,2%	14,4%
Outros	1,8%	2,1%	2,0%	2,1%	2,2%	2,4%	2,4%	2,1%	1,8%	1,9%

Fonte: Dados em milhões de escudos obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com cálculo de participação percentual efetuado pela autora.

De igual modo, a constituição e dissolução de empresas não se alterou significativamente no período, como se pode constatar pelo Gráfico 1.2 onde as linhas de

tendência adicionadas mostram uma estagnação na constituição de novas empresas, bem como no fechamento destas:

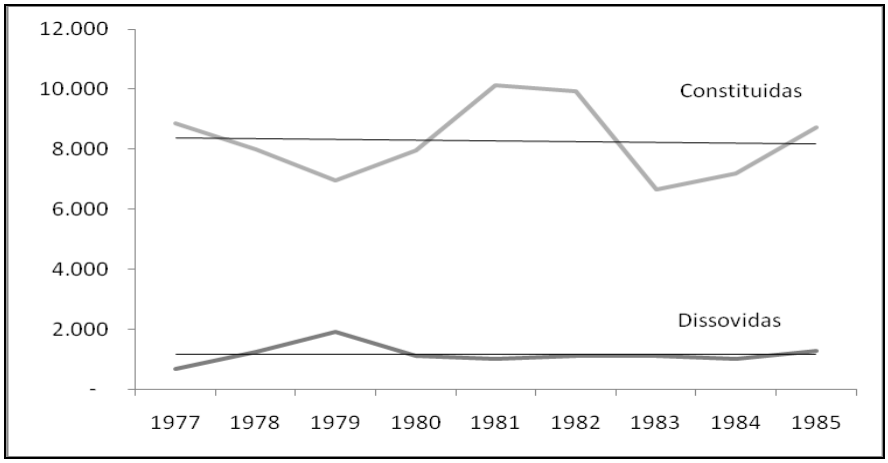

Gráfico 1.2: Portugal, Constituição e dissolução de empresas de 1977 a 1985.

Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

Os dados relativos à taxa de desemprego, no entanto, mostram um aumento deste ao longo de toda a série, chegando a 1985, com uma taxa de quase 10% de desemprego, como se observa no Gráfico 1.3.

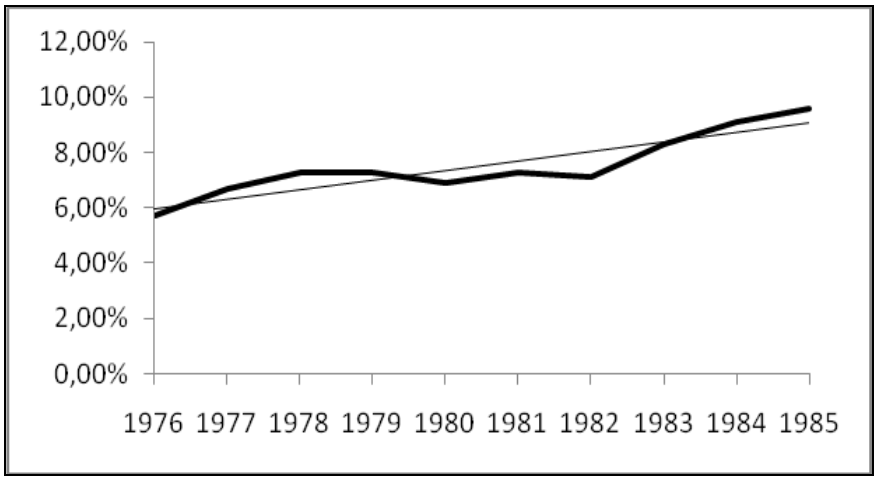

Gráfico 1.3: Portugal, Evolução da taxa de desemprego de 1976 a 1985.

Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal, Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

Uma observação de longo prazo dos dados relativos ao comércio externo português permite observar no gráfico 1.4 que o déficit comercial português é crônico desde o Pós-Guerra. Ou seja, a demanda por importações foi caracteristicamente maior do que a capacidade da oferta agregada portuguesa obter ganhos de escala no comércio exterior.

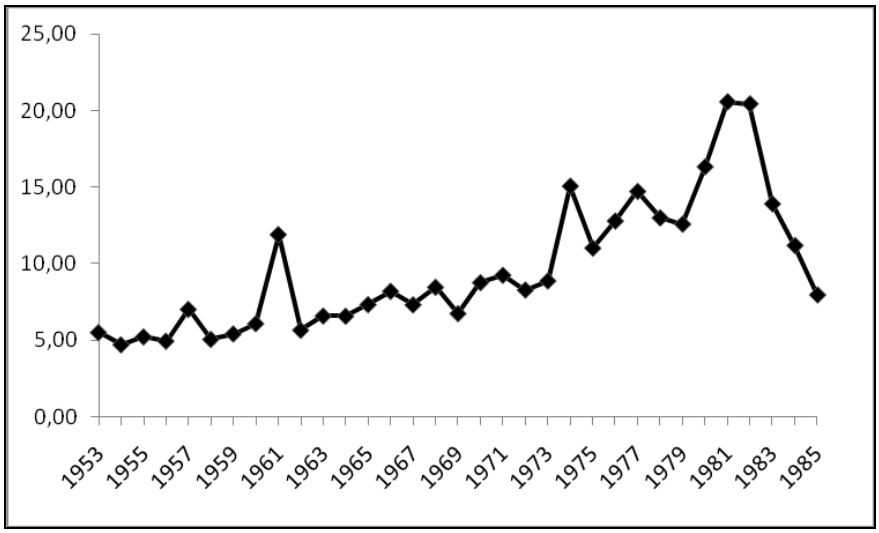

Gráfico 1.4: Portugal, déficit da Balança Comercial em % do PIB, de 1953 a 1985.

Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal, Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

Observa-se mesmo que o déficit, em determinados momentos da série (1961, 1974 e 1981), ameaça adquirir comportamento exponencial, o qual foi contido através de desvalorizações cambiais, que tiveram impacto sobre o nível doméstico de preços do país[70].

Um detalhamento do período que contempla os anos anteriores à adesão ao MCE, na Tabela 1.6, mostra que os termos de troca variaram de 40,5% em 1976 para 72% em 1985 revelando uma forte deterioração dos mesmos a chegar a quase 100%. Somente nesse período,

[70] Consideremos para tanto a seguinte relação:
e = E*(p/P), em que:
e = taxa de câmbio real
E = taxa de cambio nominal
p = preços reais
P = Preços nominais
Uma desvalorização cambial (que aproxime *E* de *e*, por exemplo), terá impacto sobre a relação entre os preços nominais e reais.

o país presenciou uma desvalorização do escudo de 344% em relação ao câmbio do dólar norte-americano, uma tendência que só seria alterada a partir da adesão à CEE em 1986[71].

Tabela 1.6: Portugal, Comércio Externo de 1976 a 1985.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Ano	Exporta-ções	Importa-ções	Saldo da Balança Comercial (2)-(3)	Termos de Troca (2)/(3)	Termos nominais de compra (1990=1,00)	Poder de compra das exportações (6)x(2)	Diferença (3)-(7)
1977	77.927	192.615	-114.688	40,50%	0,03	2.594,60	-190.020,40
1978	106.762	232.854	-126.092	45,80%	0,05	4.869,99	-227.984,01
1979	176.833	335.995	-159.162	52,60%	0,08	13.360,47	-322.634,53
1980	233.141	487.242	-254.101	47,80%	0,10	23.223,75	-464.018,25
1981	257.550	630.474	-372.924	40,90%	0,11	28.341,20	-602.132,80
1982	333.878	779.668	-445.790	42,80%	0,14	47.628,91	-732.039,09
1983	513.988	922.932	-408.944	55,70%	0,22	112.875,85	-810.056,15
1984	767.932	1.182.838	-414.906	64,90%	0,33	251.965,22	-930.872,78
1985	977.746	1.355.907	-378.161	72,10%	0,42	408.457,77	-947.449,23

Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

A composição da pauta pode ser vista nos Gráficos 1.5 e 1.6 e permite observar que há um aumento nas importações de produtos ligados ao setor energético. Também aumentam as compras de Bens de Consumo Duráveis. Já na pauta de exportações, não há alterações significativas com exceção do setor de serviços. Ali ocorre uma queda e a série se encerra com 17,96% do total de exportações de 1985 contra 25,44% de participação do setor em 1977.

[71] Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

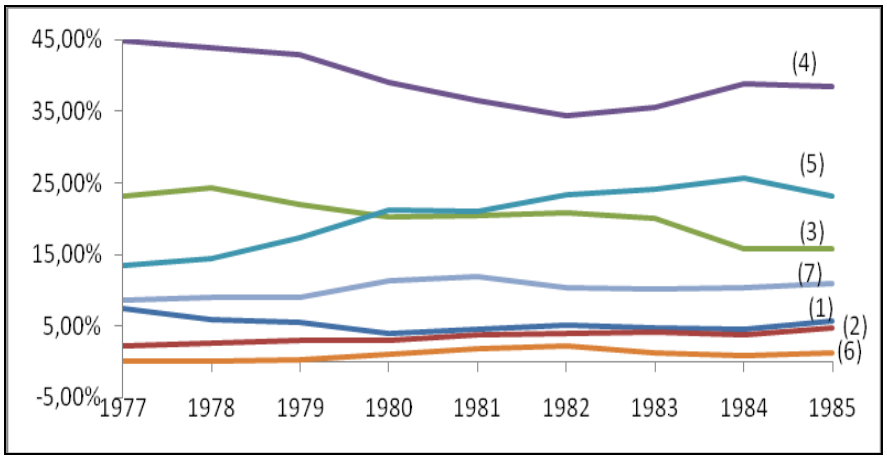

Gráfico 1.5: Portugal, Pauta de Importações de 1977 a 1985, em % do total de importações.

(1) Bens de consumo não duráveis; (2) Bens de consumo duráveis; (3) Bens de Investimento; (4); Bens intermediários; (5)Energéticos; (6) Outros Bens ; (7) Serviços.
Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

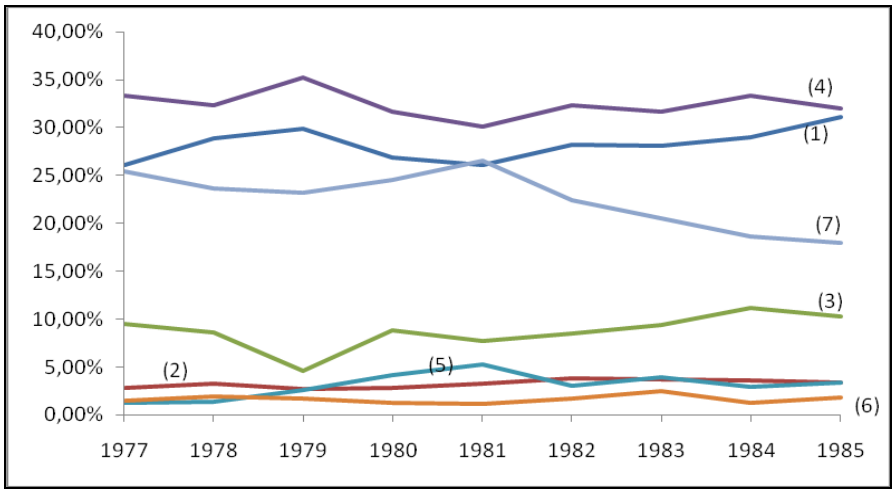

Gráfico 1.6: Portugal, Pauta de Exportações de 1977 a 1985, em % do total de exportações.

(1) Bens de consumo não duráveis; (2) Bens de consumo duráveis; (3) Bens de Investimento; (4); Bens intermediários; (5)Energéticos; (6) Outros Bens ; (7) Serviços.
Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

Os dados mostrados anteriormente revelam um quadro de estagnação da economia portuguesa no período de 1976 a 1985, em que as contas públicas continuaram a se deteriorar. O gráfico 1.7 exibe a tendência de aumento da arrecadação e gasto públicos sem, no entanto, haver uma aproximação entre ambos em todo o período.

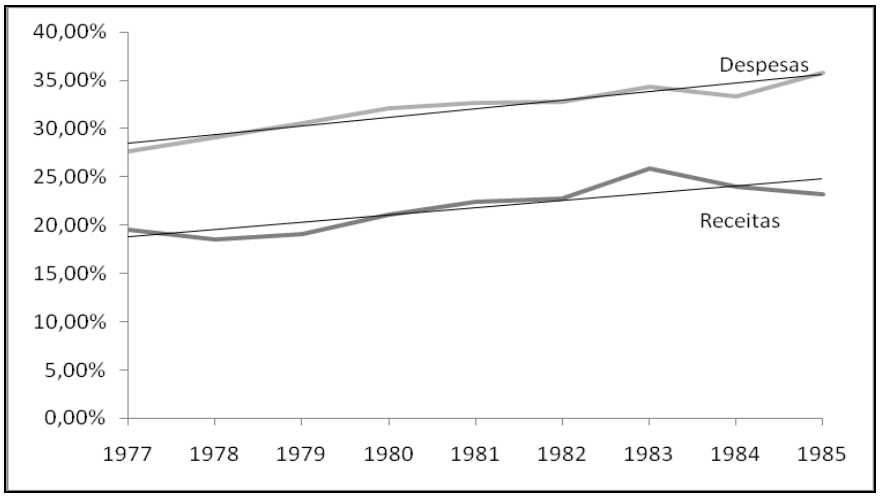

Gráfico 1.7: Portugal, Receitas e Despesas Públicas de 1977 a 1985, em % do PIB.

Fonte: Dados obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com gráfico construído pela autora.

Em 1977, o FMI interveio na economia e entrou em ação o primeiro plano de estabilização (1977-1979), com desvalorização da moeda, queda consequente dos salários reais, e subida das taxas de juros. Ainda assim, o quadro geral se mateve. Se em 1975 o governo havia emitido Títulos da Dívida correspondentes a 7,15% do PIB, em 1985, emitiria o correspondente a 25,43%.

Contudo, em 1982, o déficit da balança corrente atingiu os 13,5% do PIB, e o orçamento público chegou ao déficit de 13% do PIB. O FMI implementou o segundo programa de estabilização (1983-1984), com desvalorização de 12% da moeda portuguesa. Houve desvalorizações mensais programadas de 1%. Os salários perderam 15% de seu valor e novos impostos foram criados. O ano de 1984 assistiria a uma taxa de inflação de 29,3%, uma taxa de desemprego de 10,8% da população economicamente ativa, e uma dívida externa de 90% do PIB[72].

Apesar de não haver melhora significativa nos indicadores, o país seguiu todas as determinações do FMI e buscou se adequar às exigências da CEE, para que o processo de Adesão se concretizasse; e no ano de 1986, Portugal pudesse finalmente ser parte da Europa.

[72] Segundo informações de MONTEIRO, Luís. ***Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30***. Lisboa: Bnomics, 2010, pp.44-46.

1.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Após mais de 40 anos de ditadura com o controle efetivo do país nas mãos de Salazar, ocorreu a Revolução dos Cravos, em abril de 1974. Durante pouco mais de 2 anos, os rumos e estruturas portuguesas foram alteradas, numa tentativa de instaurar uma economia planificada, de inspiração socialista. No entanto, a tentativa não foi adiante e a opção pela adesão à CEE levou ao desmonte da estrutura criada pela Revolução. As nacionalizações se transformaram em privatizações, a economia se liberalizara e os mercados estavam abertos. O protecionismo e o nacionalismo fascista da ditadura haviam terminado.

Os dez anos que antecederam a adesão portuguesa à CEE foram marcados por um crescimento nas taxas de variação anual do PIB, com valores entre 19,62% no ano de 1976 e 22,76% em 1985. Em termos setoriais, a participação setorial no PIB entre 1976 e 1985 apresentou queda no setor agrícola e de pesca com 14,14% e 11,48% respectivamente. A indústria de transformação manteve uma participação crescente com variação positiva de 10,51% nos dez anos. Por fim, o setor terciário apresentou queda na sua participação do PIB, tanto nos segmentos da construção com queda de 12,27%; quanto dos serviços bancários e de seguros que apresentou queda de 18,79%. Já o grupo do comércio, hoteis e restaurantes, teve um aumento de 8,59% na sua participação na economia do país, variando de 17,1% em 1976 para 19,3% em 1985. O setor com maior crescimento no período, também em termos de participação no PIB, foi o grupo de eletricidade, gás e água, fato este justificado pelas obras efetuadas pelo Estado português, na reforma e aumento da infraestrutura básica do país[73].

O consumo privado apresentou leve queda nos dez anos anteriores à adesão na CEE, com aumento de consumo dos produtos não duráveis – especialmente do setor de alimentação, bebidas e tabaco – e queda dos produtos duráveis. De igual modo, houve queda no consumo de serviços. No entanto, o consumo de automóveis de passeio aumentou entre 1976 e 1985, mostrando uma demanda reprimida no período anterior. Era possivelmente estimulada pela construção e reforma de estradas, já que o país começou a trocar sua malha predominantemente ferroviária, por outra rodoviária nesse período.

Em termos de comércio externo, as importações continuaram sua trajetória de superação das exportações. O saldo da Balança Comercial manteve-se em débito por todo o período. Os termos-de-troca variaram de 40,5% em 1976 para 73,7% em 1985.

[73] Conforme dados originais disponíveis no endereço http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

Adicionalmente, o país teria uma desvalorização de sua moeda de 344% frente ao dólar norte-americano, uma tendência que só cessou a partir da adesão em 1986[74].

As taxas de desemprego do país se elevaram. Se, em 1976, 5,7% da População Economicamente Ativa (PEA) estava sem emprego, o ano de 1985 viu essa porcentagem atingir 9,7%. O número de novas empresas abertas no país passou de 8.862 em 1976 para 8.732 em 1985[75].

O governo recorria à venda de Títulos da Divida Pública para obter recursos e, em 1975, emitiu títulos, representando 7,14% do valor do PIB. No ano de 1985 foram emitidos títulos equivalentes a 25,43% do PIB, mostrando um aumento crescente do endividamento público. As reservas de ouro do país foram usadas para pagamento de empréstimos de curto prazo e o endividamento externo permaneceu alto. O Investimento Direto Estrangeiro representava 0,7% do PIB em 1976. Em 1985 atingiu 1,27% do PIB[76].

De forma ampla, a economia portuguesa se reestruturou para atender às exigências impostas pelo processo de adesão, que exigia o fim do modelo protecionista, então com uma forte atuação do Estado na determinação e financiamento da economia. Assim, passou-se a um modelo aberto, com livre trânsito de empresas e capitais, onde as antigas defesas aduaneiras e tarifárias seriam substituídas pela livre circulação de mercadorias e a total submissão às exigências dos países europeus. Isto para que Portugal pudesse ser aceito como membro do MCE.

Algumas permanências, no entanto, podem ser destacadas. O poder econômico continuou centralizado nas mãos de um pequeno grupo de famílias que, mesmo fora do país, não perdeu o controle das atividades de suas antigas empresas.

Durante o exílio dos anos pós-revolução, tal grupo aproveitou para expandir suas áreas de atuação nas ex-colônias portuguesas, como Brasil e Angola, conseguindo privilégios e favores dos governos locais[77]. No final da década de 1980, retornaram a Portugal para tomar

---

[74] Conforme dados originais disponíveis no endereço http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.
[75] Idem.
[76] Idem.
[77] Um exemplo pode ser encontrado no livro de Costa *et alli*, ***Os donos de Portugal*** (2010, p.284) sobre as atividades em exílio da família Espírito Santo que *"(...)é no Brasil que as facilidades são maiores e onde a reorganização e a acumulação acelerada encontra maiores ajudas. Em setembro de 1975, Manuel Ricardo Espírito Santo participa num jantar do FMI, sentando-se à direita de Robert MacNamara, o presidente da instituição. Pouco tempo depois, o então presidente do Banco Mundial abre créditos agrícolas no Brasil, para onde os Espírito Santo transferem parte dos quadros das suas empresas instaladas na África. Nos anos 1990, muitas delas ainda ali permaneciam, dirigindo os investimentos do grupo de café na Bahia ou de arroz irrigado em Goiás.Mas a ditadura militar é que foi mais generosa e, contra a própria lei do país, autoriza o grupo a*

parte no processo de privatizações, que lhes devolveria as antigas empresas, agora reestruturadas e mais aptas a lidar com o novo cenário globalizado e sem o controle ou interferências de política econômica do Estado.

controlar um banco, quando o limite legal era de 30% de capital estrangeiro. Além disso, cede gratuitamente os alvarás "num presente de dois milhões do governo brasileiro" para o surgimento do Banco Inter-Atlântico, em dezembro de 1976. Um banco de investimentos com presença da Manufacturers Hannover e Citibank, além de capital brasileiro de David Guimarães (Banco Irmãos Guimarães, 25%) e Almeida Braga (grupo Icatu), de ascendência portuguesa. O então embaixador da ditadura brasileira em Londres, Roberto Campos, economista ultraliberal, e ex-ministro do planeamento no governo do golpe militar dos anos 60, seria o interlocutor do grupo. O mesmo economista que seria membro do júri do doutoramento de Cavaco Silva na Universidade de York, nos anos 1980. (...)já em 1975, a família Espírito Santo seria uma gestora de fortunas na Suíça para o capital em fuga de Portugal (...) em 1978 adquirem uma posição minoritária no Biscayne Bank (hoje Espirito Santo Bank of Florida, onde o ditador chileno Augusto Pinochet escondeu nos anos 90, cerca de três milhões de euros).Em finais de 1983, o grupo volta a arrumar-se, agora entre o offshore de Luxembrugo, onde instala o ES Finantial Holding, e o das Bahamas, onde cria a ES Resources."

CAPÍTULO 2: A ECONOMIA PORTUGUESA NA CEE, 1986-1995

Em junho de 1985, o governo português assinou o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia e, a partir de primeiro de janeiro de 1986, passou efetivamente a pertencer ao bloco europeu. Este capítulo apresenta informações relativas aos ajustes da política econômica efetuados pelo governo português de modo a atender às exigências para a adesão e, portanto, permitir a conclusão do processo de entrada de Portugal na CEE. Além dos aspectos de política econômica, pretende-se explicitar alterações no quadro político do país à época de sua entrada no bloco, bem como, no primeiro decênio de sua participação na CEE. Por fim, efetuar uma análise do ambiente econômico português no período de 1986 a 1995.

2.1 O processo de Adesão

A assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia só ocorreu sete anos após a abertura das negociações. Os principais motivos para tal demora pareciam ligar-se à situação corrente da economia portuguesa: (1)déficit na balança comercial, (2)demanda interna sob forte recessão influenciada pela alta das taxas de juros, (3) desvalorização do escudo frente à moeda norte-americana e (4)diminuição dos investimentos do setor público. Tal situação levava a posições avessas à adesão por parte de outros países do bloco. De toda a forma, o quadro da economia portuguesa devia-se à implantação extensiva das medidas recessivas previstas pelo Segundo Plano de Estabilização de 1978, imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em troca de ajuda financeira[78].

A economia portuguesa, após a adoção das medidas do Segundo Plano de Estabilização do FMI, apresentou como resultados mais visíveis, uma renda anual *per capita* que equivalia a 53% da média da renda anual *per capita* dos demais países da Comunidade Econômica Europeia em 1985. A inflação nesse mesmo ano beirava os 20% e o déficit orçamentário era de mais de 10% do seu Produto Interno Bruto, o que representava mais do dobro da média dos países membros da CEE[79]. Tais disparidades entre os indicadores

---

[78] Conforme Almeida, Rui Lourenço Amaral de. ***Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios***. Lisboa:Edições Sílabo, 2005, pp.276-279.

[79] Dados de Abreu, Marta, *Da Adesão à Comunidade Europeia à participação na União Econômica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984 a 1998*. IN ***Boletim Econômico do Banco de***

econômicos portugueses e dos países integrantes do bloco levaram a reações de oposição à entrada de Portugal na comunidade.

Os principais problemas econômicos do país à época podem ser sintetizados como: (1) um setor industrial não era competitivo dentro do continente; (2) o setor público respondia pela maioria dos investimentos do setor produtivo; (3) a política monetária limitava-se ao controle de câmbio e administração da taxa de juros. Outra crítica que a economia portuguesa recebeu dos avaliadores da CEE estava no fato do mercado financeiro estar nas mãos do setor público desde o processo de nacionalizações ocorrido entre 1974 e 1976, com amplo financiamento do Banco de Portugal[80].

A adesão de Portugal foi condicionada a uma reforma estrutural prevista e imposta pela CEE. Nela destaca-se um processo de busca por privatizar as estruturas econômicas do país, em paralelo a uma liberalização dos mercados, limitando-se o Estado à suposta promoção de investimentos ligados às obras de infraestrutura – rodovias, ferrovias, portos, telecomunicações, energia e de educação com vistas à formação técnica – cujos recursos eram fornecidos pela CEE com o intuito de promover algum desenvolvimento dos mercados regionais[81].

Dentro do bloco europeu havia restrições à entrada de Portugal, principalmente por parte da França e Itália, que exigiam reformulações profundas nas políticas agrícolas portuguesas, dados alguns pontos de competição entre aqueles países que conferiam vantagem à agricultura portuguesa e comprometiam as politicas de proteção da agrcultura interna italiana e francesa[82]. A Grécia também levantou obstáculos e só aceitou a entrada portuguesa após obter autorização para elevar seus próprios subsídios agrícolas.

Adicionalmente, as organizações agrícolas da CEE exigiram a adoção de medidas que protegessem os agricultores dos Estados membros de uma possível concorrência de Portugal e Espanha. Isso incluiu, na prática, a extinção da maioria das agencias públicas reguladoras e empresas estatais envolvidas na produção, distribuição e comercialização dos produtos

---

***Portugal*.** Abril 2001. Disponível em: http://www.bportugal.pt/ publish/bolecon /docs /2004-1.pdf acesso em 15/11/2009.pp. 17-18.

[80] Idem, p.17

[81] Mateus, Augusto. *A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios*. IN: ***Análise social***, vol.XXVII, 1992, pp.655-671. Disponível em www.analisesocial.ics.ul.pt/ documentos/ 1223054629Q6yOU5 pa6Gx45O K0.pdf. Acesso em 10/10/2009. p.655

[82] Na época da adesão, o peso da agricultura no PIB de Portugal era de 5,2% contra 3% nos demais membros da CEE. De igual modo, 18,9% da população ativa portuguesa atuava no setor agrícola enquanto a média da Comunidade era de 7%. A exportação de produtos agrícolas por Portugal com destino aos países da Comunidade era de 12,9%, muito superior 8,7% do conjunto dos países integrantes da CEE. (conforme dados de Avillez, Francisco, *A agricultura portuguesa: balanço de duas décadas de integração europeia* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. p.131).

primários do país, como se pode observar pelas diretrizes impostas no Tratado de Adesão analisado no item 2.1.1 a seguir.

Havia também a preocupação dos países-membros quanto às disparidades regionais, não só pela tradicional atração à migração da mão de obra portuguesa, que poderia se deslocar mais facilmente para os países do bloco, mas também o prejuízo social e econômico que a abertura de mercado português poderia causar.

Para Romão[83], o pedido de adesão da Espanha também criou entraves à entrada portuguesa. A solução apresentada pelas autoridades da CEE foi a entrada simultânea de ambos já que antes da entrada na CEE, os dois países tinham poucas relações comerciais entre si – cerca de 5% contra 35% a 40% dos pequenos países da CEE[84].

Por fim, havia dificuldades e entraves dentro do próprio governo português, que não conseguia obter um consenso dentro das diversas forças políticas existentes quanto à importância a ser dada às exigências dos avaliadores da CEE. Mário Soares e Sá Carneiro viam a adesão como uma prioridade de seus governos, o que Pinto Balsemão viu de forma oposta passando a atuar de modo bem mais lento em relação às reformas exigidas pelo bloco para aceitar a adesão portuguesa[85].

2.1.1. O Tratado de Adesão[86]

O Tratado de Adesão da República Portuguesa e do Reino da Espanha à Comunidade Econômica Europeia, assinado a 12 de junho de 1985, no Mosteiro dos Jerônimos, admitiu finalmente os dois países à CEE. Assinado pelos chefes de estado de todos os países membros e pelos dois aspirantes, o Tratado de Adesão, com 340 páginas, é composto por 403 Artigos além de trinta anexos predominantemente legislativos.

O corpo principal do documento é dividido em cinco partes, de cunho legislativo e normativo, com diversas menções aos tratados anteriormente assinados pelos países membros da CEE.

---

[83] Idem, p.278.
[84] Segundos dados de REIZINHO, Eduardo J. Costa, *A adesão portuguesa à CEE*, IN: ***Cadernos de Economia***, n.1, dezembro de 1987, pp. 341-344.
[85] Idem, p.343.
[86] *Conforme análise da cópia xerográfica do documento: Actos relativos à adesão do Reino da Espanha e da República Portuguesa às Comunidades Europeias*, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, de 15.11.1985, disponível em http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/index.htm#accession acessado em 12/08/2009.

A primeira parte do Tratado, com nove artigos, trata de maneira introdutória o tema, apresentando a aceitação dos pedidos de entrada na CEE de Portugal e Espanha. Em síntese, essa parte do documento afirma a sujeição de Portugal e Espanha à legislação comum da CEE, e a acordos preexistentes nela[87].

A segunda parte, com dezoito artigos, regula as alterações a serem verificadas nas instituições e comissões da CEE com a adesão dos dois novos membros. Por exemplo, no "rodízio" de países na presidência do Conselho da CEE, houve a pronta introdução dos dois países requerentes (Artigo 11). Segundo o Artigo 14 do documento, dos 76 votos no Conselho, ocorria a seguinte distribuição:

ALEMANHA	10
BÉLGICA	5
DINAMARCA	3
ESPANHA	8
FRANÇA	10
GRÉCIA	5
IRLANDA	3
ITÁLIA	10
LUXEMBURGO	2
PAÍSES BAIXOS	5
PORTUGAL	***5***
REINO UNIDO	10
TOTAL	76

Nota-se que a maioria dos votos poderia ser obtida facilmente segundo o interesse de países majoritários, como Alemanha, França, Reino Unido e Itália, o que criava uma diferenciação óbvia na representatividade da CEE. As inserções de Espanha e Portugal se deram, por outro lado, de maneira bastante assimétrica. Os espanhois tinham oito votos; os portugueses, apenas cinco. Isso colocava Portugal no status da Grécia e da Bélgica, no equilíbrio político da CEE. Mesmo a exigência do próprio Artigo 14 de um número mínimo de cinquenta e quatro votos e oito países para a tomada de deliberações, tornava-as muito mais acessíveis aos países majoritários do que aos demais.

A terceira parte, com dois artigos apenas, indicava as adaptações dos atos adotados pelas Instituições. Em suma, como na primeira parte, adicionavam-se os nomes de Portugal e Espanha à legislação vigente relativa às instituições da CEE.

---

[87] Documento citado, artigos 01 a 09.

A quarta parte é a mais extensa e se compõe de 360 artigos determinando as medidas transitórias que Portugal e Espanha devem tomar para adequar suas instituições e taxas alfandegárias à nova forma de comércio entre os membros da CEE. Esta parte inclui secções determinando nomenclatura e qualificação de produtos a serem comercializados no mercado interno de cada novo país membro, com exigências sanitárias, padronização de pesos, medidas, e embalagens. Destacam-se mais de 200 artigos regulando as atividades econômicas portuguesas especificando desde as quantidades dos produtos que poderiam ser importados e de que países, às quotas de produção interna, produto a produto, bem como formas de produção, determinação e qualificação de produtos. As atividades industriais – como o caso da produção de têxteis – foram também normatizadas de modo a se enquadrarem em quotas de produção determinadas, visando não afetar os preços praticados na CEE.

Nesse sentido, há uma série de normas demandando a retirada de impostos aduaneiros e subsídios à exportação praticados por Portugal em setores-chave desde a segunda metade do século XX, como: laticínios e produtos lácteos, carne bovina; produtos agrícolas em geral, pesca[88]. Há ainda uma normatização dos processos de convergência dos preços internos em direção aos praticados na CEE, bem como às alíquotas de taxas e impostos que deveriam ser eliminadas até 1992[89].

Adicionalmente, também nesta parte, encontram-se listas de órgãos reguladores portugueses a serem extintos – como a Junta Nacional de Frutas, a Junta Nacional do Vinho e a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais.

Por fim, há normas de como se deve dar o relacionamento comercial entre Portugal e Espanha, entre Portugal e cada país da CEE, bem como entre a Espanha e cada um desses países. As diferentes secções normativas destinadas a Portugal possuem secções semelhantes com determinações para a Espanha.

A quinta e última parte do Tratado, com quatorze artigos, contém as disposições finais de cunho jurídico sobre possíveis necessidades de dirimir questões relativas à aplicação dos artigos do Tratado com a indicação de fóruns para tratar de querelas entre os membros. Tais fóruns eram os próprios Tribunais de Contas e de Justiça da CEE[90].

Os trinta anexos são o detalhamento da legislação aduaneira citada no tratado, além da normatização e as diretivas para as relações comerciais entre os países membros, bem como

---

[88] Documento citado, Artigos 260 a 263.
[89] Documento citado, Artigos 290 a 341.
[90] Documento citado, Artigos 401 a 403.

listas detalhadas para padronização de produtos e serviços. Há também extensa legislação sobre profissões e atividades econômicas de modo a proceder a um processo de padronização de nomenclatura em todos os idiomas dos países membros.

2.2 AJUSTES DA POLÍTICA ECONÔMICA[91]

Em 1985, com sua economia enfrentando uma grave crise causada pela crise do petróleo e pelas medidas impostas pelo segundo programa de estabilização acertado com o pelo FMI, o Tratado de Adesão de Portugal à CEE foi assinado e o país assistiu ao financiamento externo de projetos de investimentos do governo português. Eles permitiriam, em tese, as mudanças da economia do país, desejadas pela Comunidade.

A assinatura do Tratado de Adesão exigiu que Portugal alterasse sua legislação interna quanto à movimentação de capitais, pessoas e serviços dentro do bloco. A convergência do país em direção à CEE, que previa para 1992 a unificação do Mercado, tornou-se uma prioridade em si do governo. Este ver-se-ia então, capitaneando um processo de ampla abertura do mercado interno, sem ter uma noção definida dos resultados de tal abertura.

Os seis meses entre a assinatura do Tratado de Adesão e a entrada efetiva foram importantes para as relações entre Portugal e Espanha, que deviam cumprir etapas de adaptação e melhoria em suas relações comerciais. Nesse período, destaca-se a participação portuguesa como observadora das discussões travadas na CEE, em torno do Ato Único Europeu. Ali pode inclusive anexar suas preocupações às decisões tomadas no período pelas autoridades do bloco, expressando-as da seguinte forma:

> Portugal considera que a passagem do voto por unanimidade para maioria qualificada no segundo parágrafo do artigo 49.º e no artigo 80.º , não tendo sido contemplada nas negociações de adesão de Portugal à Comunidade e alterando substancialmente o acervo comunitário, não deve lesar sectores sensíveis e vitais da economia portuguesa, devendo ser estabelecidas, sempre que necessário, as medidas específicas transitórias adequadas para prevenir as consequências negativas que possam advir para esses sectores.[92]

---

[91] Esta é a política econômica declarada do governo português. Para uma perspectiva da economia real no período, veja-se o item 2.3.

[92] Adendo ao *Acto Único Europeu*, disponível em http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/ Tratados/QUE /AUE-f.htm acessado em 12/12/2009.

Essa manifestação do governo português a respeito das alterações acordadas no Ato Único Europeu (AUE), assinado em fevereiro de 1986 e que reviu os Tratados de Roma para dar nova arrancada à integração europeia e permitir a consolidação do mercado comum mostram uma pequena reação em relação a decisões que, somadas ào Tratado de Adesão, mudavam as estruturas e instituições do país. Em síntese, o documento alterou as regras de funcionamento das instituições europeias, dando maior autoridade às mesmas, além de consolidar a atuação dos Fundos Estruturais – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Estes se tornaram um dos principais instrumentos para investimento nos países menos desenvolvidos economicamente dentro da CEE, como é o caso de Portugal.

Assim, é possível verificar o período de adesão efetiva portuguesa à CEE como dotado das seguintes características:

(1) Nele, o ambiente institucional português adaptou-se às demandas da CEE sem maiores ressalvas ou restrições;
(2) A interferência maior da economia portuguesa no comércio intraeuropeu foi objeto de reformas estruturais destinadas a eliminar a vantagem competitiva portugesa em relação aos demais países-membros;
(3) O ambiente econômico interno de Portugal foi considerado insufuciênte e passível de ajustes pela CEE.

Faz-se relevante, portanto, verificar como se deu tal ajuste e, portanto, neste item, abordam-se as políticas econômicas adotadas nos governos do Partido Social Democrata, PSD, chefiados por Cavaco Silva, de 1986 a 1995, a saber: (1) de final de 1985 a agosto de 1987 – sem a maioria no Parlamento; (2) de agosto de 1987 a final de 1991; e (3) de 1992 a outubro de 1995[93].

Destaca-se ainda que durante esses três governos do PSD iniciou-se a primeira presidência portuguesa do Conselho Europeu, de 1992 a 2007, além da Cimeira de 1992 em Maastricht onde se firmou o Tratado de mesmo nome.

[93] Em Portugal, ocorrem eleições diretas para o cargo de Presidente da República e para a escolha do Partido que deverá chefiar o Gabinete de Ministros. O partido eleito indica seu Secretário Geral para ocupar o cargo de Primeiro Ministro, sendo passível de veto por parte do Presidente da República. O Parlamento pode destituir o Gabinete e em acordo com a Presidência da República, organizar novas eleições para escolha do partido que vai chefiar o novo gabinete ministerial.

2.2.1. 1985 a 1987

O primeiro governo do PSD se beneficiou da euforia causada pela assinatura do Tratado de Adesão e presenciou uma melhoria da conjuntura internacional, com a redução do preço do petróleo, das matérias primas e do dólar. De modo geral, a economia cresceu à taxa de 5,9 % do PIB no ano de 1987 em relação ao ano anterior. O PIB *per capita* anual variou de 3.770 euros para 4.000 euros no ano seguinte.

Adicionalmente, a política monetária passou a ser integrada à zona comunitária, cumprindo as exigências constantes do Tratado de Adesão na trajetória em direção à convergência para uma moeda única. O controle da inflação e estabilização da moeda nacional passaram a ser metas a alcançar.

O período também foi marcado pelo início da liberalização dos movimentos de capitais. Entre 1986 e 1988, foi autorizado o estabelecimento de instituições financeiras estrangeiras em Portugal, bem como liberada a circulação de capitais para as áreas de comércio internacional dentro da CEE. Adicionalmente, foi dada continuidade à formação de um mercado de câmbio interbancário[94], criado no ano de 1985. Já o mercado de operações de títulos assistiu à criação de entidade reguladora com poderes de supervisão sobre as operações efetuadas para que se dinamizasse o mesmo.[95]

Em relação à política fiscal, em 1984 havia se iniciado uma reforma para cumprir as exigências da CEE. As medidas propostas por essa reforma foram implantadas em janeiro de 1986. Assim, destaca-se a criação do Imposto de Valor Adicionado, o IVA, a abolição de vários outros impostos menores – como o imposto ferroviário, imposto de turismo, imposto para Fundo de Socorro Social, e taxas setoriais como a que incidia sobre as especialidades farmacêuticas, além do fim de taxas aduaneiras para o comércio com os demais Estados membros da CEE.[96]

A tributação direta também sofreu alterações pela Comissão de Reforma Fiscal de 1984. Entre elas destaca-se a substituição de uma modelo de tributação de rendimento sobre indivíduos – dividido em múltiplas tributações como Imposto Profissional, Contribuição

---

[94] Necessário aos processos de compensação de transações bancárias efetuadas entre os países membros do bloco.

[95] De acordo com Vitor Magriço, *O setor financeiro duas décadas depois* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.359-371.

[96] Conforme Antonio Carlos dos Santos, *Política Orçamental e Fiscal 20 anos depois*, IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.437-445.

Predial, Imposto de Aplicações de Capitais, Imposto de Mais Valia[97], e todos estes adicionados por uma cobrança adicional na forma de um Imposto Complementar – por um modelo comum à CEE de tributação única de rendimento. Tal levou à implementação em 1986 do Imposto de Rendimentos Singulares, IRS para pessoas físicas e autônomos, e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, IRC, em substituição à Contribuição Industrial. A reforma criou ainda uma Contribuição Autárquica que incidiria sobre o valor patrimonial de edifícios urbanos e rurais, além de ter reformulado os benefícios fiscais.[98]

As políticas de cunho social implementadas no período em questão englobam a Lei de Bases de Segurança Social, criada em 1984[99], e a reforma da educação que foi aprovada em 1986[100] com o objetivo de adequação à CEE. Buscava aumentar a eficácia do sistema, já que havia altos índices de insucesso e abandono escolar. Quanto à área da saúde, sofreria uma reforma no ano de 1990.[101]

Em termos de investimentos, o período assistiu a um aumento de entrada de Investimento Direto Estrangeiro que, em 1986, chegou a US$ 166 milhões e, no ano seguinte, atingiu os US$ 367 milhões, tais valores, convertidos para porcentagem do PIB português dos dois anos, representam 0,87% e 1,04%, atraídos pelo baixo custo da mão-de-obra e a possibilidade de poder atuar nos países do mercado europeu sem pagar custos adicionais.[102]

Em agosto de 1987, o parlamento português aprovou uma moção de censura que pôs fim ao gabinete chefiado por Cavaco Silva. Foram então efetuadas novas eleições. O PSD saiu vitorioso com ampla margem e deu-se início a um novo governo chefiado por Cavaco Silva, o segundo do período analisado.

---

[97] Imposto relativo a ganhos com venda de imóveis e ganhos com negociação de ações.
[98] Idem, p.448.
[99] O Sistema Público de Segurança Social somente se desenvolveu após a revolução de 25 de Abril e consagrou seu caráter de *direito universalidade e de solidariedade entre gerações*. Assim, a Constituição da República Portuguesa afirma no seu artigo 63º que (1) Todos têm direito à segurança social; (2) Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um Sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários; (3) O sistema de Segurança Social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. A Lei nº 28/84 de 14 de Agosto de 1984 (Lei de Bases da Segurança Social de 1984) estabeleceu as regras de como o Estado deveria financiar as despesas sociais divididas em (1) auxílios em regimes onde não houvesse contribuição; (2) ações sociais; e (3) despesas de administração respectivas, nos três casos, deveriam ser financiadas pelo Orçamento do Estado. (De acordo com informações disponíveis em http://www.parlamento.pt/Actividade Parlamentar /Paginas/DetalheIniciativa .aspx?BID=29523, acesso em 21/12/2009)
[100] Lei 46/86 de 14 e outubro de 1986.
[101] Segundo Pereirinha e Nunes, *Política Social em Portugal e a Europa, 20 anos depois* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.283-302
[102] Almeida (2005, pp.301-303)

2.2.2. 1987 a 1991

A maioria absoluta no Parlamento, obtida nas eleições de 1987, deu a Cavaco Silva maior liberdade de ação e este foi um mandado em que muitas reformas foram implantadas. Dentre elas, destaca-se a Reforma da Saúde que, com a aprovação da Lei de Bases da Saúde, em 1990, firmou um caráter universalista e igualitário ao sistema. Adicionalmente, o país acatou os documentos relacionados às Políticas Sociais acordados pela CEE na época, como a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores que visava combater a exclusão no mercado de trabalho e na assistência social. Os documentos também norteavam a esfera de atuação do Estado que deveria garantir o direito ao trabalho, à habitação, educação e saúde, sendo essas suas áreas prioritárias de atuação. Em relação à organização, houve esforços de coordenação de políticas sociais que embora continuassem inseridas em ministérios diversos, passaram a ter exigência de coordenação comum para evitar duplicidade de ações. Nesse sentido, em 1990 foram criados os Comissariados Regionais do Norte e do Sul de Luta Contra a Pobreza, integrando ações de várias áreas e Ministérios.[103]

Em 1991 teve início a Política de Formação Profissional, orientada para a formação técnica de mão de obra jovem. A Reforma da Educação havia direcionado o sistema de ensino para priorizar a formação dos futuros ingressantes do mercado de trabalho de modo a facilitar sua inserção.[104]

Em Dezembro de 1989, o Conselho Europeu propôs a convocação de uma Conferência Intergovernamental para identificar as alterações a introduzir no Tratado a fim de se chegar a uma União Econômica e Monetária. Os trabalhos desta Conferência Intergovernamental e da conferência sobre a União Política (lançados quando do Conselho Europeu de Roma, em Dezembro de 1990) resultaram no Tratado da União Europeia formalmente adotado pelos Chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu de Maastricht em Dezembro de 1991 e assinado em 7 de Fevereiro de 1992.

O Tratado previu a criação da União Econômica e Monetária em 1999 em três fases a saber:

> (1) a primeira fase, iniciada em julho de 1990, permitiu ao Conselho avaliar os progressos alcançados em matéria de convergência econômica e monetária, e aos Estados-Membros adotarem as medidas propostas pelo Tratado (proibição de

---

[103] Segundo Pereirinha e Nunes, *Política Social em Portugal e a Europa, 20 anos depois* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.304-310.
[104] Idem, p.311.

> restrições aos movimentos de capitais, proibição para os bancos centrais de concessão de empréstimos a descoberto a autoridades e empresas públicas, proibição de medidas que possibilitassem o acesso privilegiado às instituições financeiras).
>
> (2) A segunda fase, se iniciou em janeiro de 1994, visava permitir aos Estados-Membros fazerem progressos significativos em matéria de convergência das suas políticas econômicas: com a adoção de regras para o financiamento dos Estados e foi criado pela Comissão um novo tipo de supervisão das finanças públicas. A coordenação das políticas monetárias passou a ser responsabilidade do Instituto Monetário Europeu (IME), criado na época para reforçar a cooperação entre os bancos centrais nacionais e para proceder aos preparativos necessários para a introdução da moeda única. Os bancos centrais nacionais tornaram-se independentes no decurso desta fase.
>
> (3) A terceira fase o início da UEM, conforme definido no Tratado. Durante esta fase, as regras orçamentais passaram a ser vinculativas e o Estado-Membro que as não respeitasse poderia ser punido. A política monetária foi unificada e confiada ao Sistema Europeu dos Bancos Centrais (SEBC), composto por bancos centrais nacionais e pelo Banco Central Europeu (BCE) que sucede ao IME. A terceira fase da UEM iniciou-se em 1 de Janeiro de 1999 com a adoção da moeda única.[105].

Dando continuidade às medidas adotadas no mandato anterior, o governo de Cavaco Silva aprofundou a liberalização do setor financeiro. Em 1988, o mercado de operações de títulos estava compatibilizado com seus pares na CEE, além de ter-se iniciado o processo de privatização de bancos estatais. Adicionalmente, em 1991, publicou-se o Código de Mercado de Capitais e o Regimento Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Elas permitiram dar respaldo legal às operações do mercado financeiro, em geral, e de títulos em particular[106]. Ainda assim, o setor financeiro português era fundamentalmente composto por operações bancárias e o setor de investimentos estava no seu início. A sua autorização para

---

[105] Conforme informações disponíveis em http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema / Sistema Europeu deBancosCentrais/UniaoEconomicaeMonetaria/Paginas/default.aspx acesso em 12/12/2009.

[106] Vitor Magriço, *O setor financeiro duas décadas depois* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006, p. 371.

funcionamento ocorreu em 1986 quando se formaram cinco empresas para atuar na área. Em 1991, havia quatorze empresas de investimento em funcionamento no país.[107]

Com a assinatura em 1987 do Ato Único Europeu, Portugal viu-se obrigado a compatibilizar seu sistema orçamentário e fiscal com o dos demais países membros da CEE. Adicionalmente, havia a pressão pela conclusão de tal compatibilização até o ano de 1992 para se adequar à entrada em vigor da União Econômica e Monetária (UEM). Assim, em 1991, foi aprovada uma Lei de Enquadramento Orçamentário, LEO[108], Além de determinar regras para a elaboração do orçamento, regulava também o acesso ao crédito público. Já em termos de tributos, foram concluídas as reformas e implementações criadas no governo anterior, com diversas discussões sobre possíveis exceções ao IVA. De igual modo, visando preservar determinados fluxos de renda fiscal, Impostos Especiais de Consumo (IEC) foram estabelecidos em 1989 – nomeadamente sobre óleos minerais, bebidas alcoólicas e tabacos. Assim, em 1989, o sistema tributário português estava em estágio avançado de compatibilização com os demais países da CEE[109].

A revisão constitucional que ocorreu no ano de 1989 também permitiu acelerar o processo de privatizações, através da Lei-quadro das privatizações[110] conforme detalhado no item 2.2.4.

Em termos de políticas monetárias, se até 1989, o principal objetivo das mesmas foi reduzir a inflação e promover o equilíbrios das contas externas, os anos de 1990 e 1991 assistiram a uma orientação diferente. Ela ficou conhecida como a Primeira Fase da União Econômica e Monetária em Portugal. Externamente, o quadro econômico favorável do final da década de 1980 deu lugar a um cenário de desaceleração com crise cambial. Internamente à CEE, ocorria a preparação para a adesão dos seus Estados membros ao Mecanismo de Taxas de Câmbio.

A respeito do Mecanismo de Taxas de Câmbio, cumpre explicar que o Sistema Monetário Europeu, criado a 5 de dezembro de 1978 por uma Resolução do Conselho Europeu, começou a funcionar em 13 de março de 1979 com três objetivos fundamentais:

(1) Estabilizar as taxas de câmbio para corrigir a instabilidade existente,

---

[107] Dados do INE conforme ***Estatísticas Históricas Portuguesas***, Volume 1. Lisboa: INE, 2001, p.415.
[108] Lei 6/91 aprovada em 20 de fevereiro de 1991 e alterada pela Lei 53/93, aprovada em junho de 1992.
[109] Conforme Antonio Carlos dos Santos, *Política Orçamental e Fiscal 20 anos depois*, IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.441-449
[110] Lei no.11/90 de 5 de abril de 1990.

(2) reduzir a inflação; e

(3) preparar a unificação monetária europeia.

Inicialmente, criou-se o ECU (*European Currency Unit*), uma moeda composta (ou conjunto de moedas), formada por percentagens de cada uma das moedas dos países participantes da CEE, determinadas em função da contribuição do PNB do país ao PNB total da Comunidade e às trocas comunitárias. O valor do conjunto era calculado multiplicando-se o peso atribuído a cada moeda pela sua taxa de câmbio em relação ao ECU – utilizado para especificar o orçamento comunitário, não sendo moeda de curso legal, servindo de meio de pagamento e reserva dos bancos centrais. Para assegurar os fluxos comerciais entre os Estados membros e o mercado único não poderia haver desalinhamentos das taxas de câmbio reais por flutuações excessivas das taxas de câmbio nominais das moedas de cada Estado membro, assim, foi criado um mecanismo de taxas de câmbio e intervenção (MTC) que estabelecia para cada uma das moedas uma taxa central de câmbio do ECU, e taxas de câmbio centrais ou paridades fixas de cada moeda em relação às restantes (pivots laterais). Em torno do conjunto, formada por todos as taxas de câmbio bilaterais, deviam estabilizar-se as diferentes taxas de câmbio das moedas participantes, sendo os bancos centrais responsáveis por intervir para tentar manter as suas moedas sempre dentro das margens de flutuação estabelecida.[111].

Em Portugal, o governo buscava "controlar a demanda interna" e "estimular a poupança" através da elevação das taxas de remuneração de depósitos a prazo. Porém, tais medidas apenas contribuíam para atrair captais especulativos para o país conforme explicam António Mendonça e Manuel Farto:

> (...) em 1990 tornou-se mais evidente o reduzido espaço de manobra da política monetária num ambiente de crescente liberalização dos movimentos de capitais e num regime de câmbios pré-anunciado. A excessiva previsibilidade da trajetória das taxas de juros nominais entre Portugal e o exterior continuaram a exercer um forte estímulo à entrada de capitais especulativos.[112]

As autoridades portuguesas interromperam o processo de liberalização de capitais na metade de 1990, criando barreiras administrativas de cunho temporário – nomeadamente,

---

[111] Conforme informações disponíveis no site: http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_ framework /l25082_pt.htm, acesso em 12/12/2009.

[112] Segundo António Mendonça e Manuel Farto. ***A política monetária nos últimos 20 anos***. IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. p.405

barreiras à aquisição de títulos com taxas variáveis por parte de não residentes. Logo depois, em outubro, o Banco de Portugal mudou novamente as regras de cotação cambial, passando a permitir flutuação dentro de uma faixa em conformidade com as diretrizes do Sistema Monetário Europeu (SME). Tal sistema previa a atuação do mercado de câmbio sem intervenção das autoridades monetárias a menos que as cotações atingissem determinado valor. A partir desse ponto, os bancos centrais deveriam agir comprando ou vendendo moeda para que a taxa recuasse até os valores limites estabelecidos. Dessa forma se procurava manter certa estabilidade de câmbio no período anterior à adoção da moeda única. Até o final de 1992, a liberalização do movimento de capitais em Portugal estaria completa.

Outra medida de destaque da política monetária foi a suspensão, em 1990, dos limites máximos de crédito. Em substituição a estes, foi adotada uma reserva obrigatória de 17% para garantia da liquidez das instituições creditícias. Em paralelo, de 1990 a 1991, houve a necessidade de diminuir a liquidez do sistema bancário (cerca de 12% do PIB) e para tanto o governo emitiu papeis da dívida pública em substituição aos depósitos a prazo das instituições bancárias junto ao Banco de Portugal. Ainda em 1991 foi também aprovada uma nova Lei Orgânica do Banco de Portugal[113] dando maior autonomia ao BP que passou a poder vetar o financiamento do Estado com suas linhas de crédito, bem como, definiu independência de decisão quanto à emissão de Bilhetes do Tesouro (Títulos da dívida pública portuguesa) e determinação de taxas de juros de curto prazo, e das reservas mínimas de caixa dos bancos. Ambas visando o controle direto do crédito e da liquidez, que redundaria indiretamente num controle do consumo e, portanto, da inflação.[114]

As eleições de 1991 deram novamente a vitória ao PSD e em 1992 Cavaco Silva voltou ao cargo de Primeiro Ministro do XII Governo que se estendeu até outubro de 1995 quando as eleições foram vencidas pelo Partido Socialista (PS) e uma nova fase se iniciou no país.

2.2.3. 1992 a 1995

Este período foi marcado por dois eventos inéditos para Portugal. Em primeiro lugar, o primeiro semestre do ano foi concomitante à Primeira Presidência Portuguesa da CEE sob a

[113] Decreto Lei 337/90 de 30/10/1990.
[114] De acordo com Mendonça, António e Farto, Manuel. *A política monetária nos últimos 20 anos* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.387-407.

chefia de Cavaco Silva. Em segundo lugar, ocorreu a Cimeira de Lisboa nos dias 26 e 27 de julho de 1992.

A primeira presidência portuguesa da CEE teve marcos importantes como: (1) a assinatura do Tratado de Maastrich a 7 de fevereiro de 1992; (2) a conclusão de etapas para o Mercado Interno em 1992; (3) a continuação do processo rumo à União Econômica e Monetária; (4) a criação do Fundo de Coesão Social para auxílio aos países menos desenvolvidos do bloco; (5) a crise na Iugoslávia; e (6) o novo quadro político europeu com o final da URSS; entre outros fatos relevantes. Vejamos em seguida algumas das transformações ocorridas no país nesse terceiro governo chefiado pelo PSD na figura de Cavaco Silva.

Embora o Tratado de Roma de 1957 houvesse previsto uma Política Comum de Transportes para todos os Estados membros, somente em 1992, com o Tratado de Maastrich, tal preocupação se tornou visível e levou ao aparecimento de diretrizes claras em relação à área com identificação da abertura desse mercado, principalmente no que se refere ao transporte de cargas. Desse modo, definiram-se as redes transeuropeias de transportes, onde os caminhões passaram a trafegar livremente entre os países membros da CEE, sem vistoria nas fronteiras entre os países membros. Para o transporte ferroviário, tal abertura ficou prevista para o ano de 2008, porém a orientação era de diminuir tal utilização em prol do transporte rodoviário em claro favorecimento às grandes empresas de transporte rodoviário de cargas. Nesse setor, Portugal se adiantara e em 1990 já havia lançado sua Lei de Bases do Sistema de Transportes[115]. Em termos práticos, as leis portuguesas e as normas da Comunidade resultaram na construção de várias autoestradas, triplicando a malha portuguesa. Porém, no caso português, a utilização das autoestradas possui densidade quatro vezes inferior à média da densidade verificada nos países membros da CEE[116]. Isso leva ao questionamento da necessidade de se expandir a malha em prazo tão curto.

Ainda relativo ao Tratado de Maastricht, com a sua assinatura ganhou prioridade a redução da inflação dos países membros da CEE para até 3% ao ano. A revisão da Lei Orgânica do Banco de Portugal, de 12 de setembro de 1995, considerou esta uma função primordial deste órgão. Assim, o país passou a orientar sua política monetária para a estabilidade cambial – considerada como essencial para manter a estabilidade dos preços, já que se tratava de uma economia aberta. Para tanto, em abril de 1992, o país aderiu ao

---

[115] Lei 10/90 de 17 de março de 1990.
[116] Segundo Fonseca, Carlos Correia, *Transportes e infraestrutura de transportes* pp.254-262 IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006

mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu (SME), passando a manter seu câmbio numa faixa de flutuação de mais ou menos 6%. Tal adesão fortaleceu a moeda portuguesa, porém não contribuiu para o controle da inflação que se elevou de fevereiro a junho desse ano, subindo de 8 para 9,5%[117]. Ficou assim longe da meta dos 3%.

O ano de 1992 se encerrou com um índice de inflação de 11,4% em Portugal, contra 4,1% de média na CEE. Tal fato levou autoridades do SME a mudar a faixa de flutuação cambial para mais ou menos 15%, como forma de tentar controlar melhor a situação já no início de 1993. Embora Portugal não tenha chegado a utilizar tal faixa, as crises do México em 1994 e a desvalorização de 7% da peseta em março de 1995 levaram a uma desvalorização do câmbio do escudo em 3,5%, uma intervenção considerada forte, já que a moeda estava inserida no Mecanismo de Câmbio da CEE.[118]

No período entre 1992 e 1995, Portugal passou por cinco crises cambiais que Margarida Abreu[119] sintetiza como:

1- Crise de setembro de 1992: causada pela flutuação da lira e da libra e os ataques à coroa dinamarquesa, a libra irlandesa, a peseta e o franco francês. Assim, uma série de movimentos especulativos ocorridos nos mercados de cambiais internacionais levou a uma desvalorização do escudo em 6% frente à paridade central do SME.

2- Crise de fevereiro e março de 1993: de cunho mais interno, a causa principal da crise, segundo a autora, reside na desconfiança externa de que as autoridades monetárias portuguesas pudessem enfrentar uma nova crise já que um ataque especulativo à Peseta espanhola acabara de ocorrer. Na verdade, a crise tornou-se uma profecia autorrealizável.

3- Crise de julho de 1993: Nova crise resultante de um ataque especulativo direto às moedas do SME e, portanto, ao escudo. As autoridades monetárias da CEE decidem ampliar a banda de flutuação em torno da paridade central em 15%

---

[117] Conforme ABREU, Marta. "Da adesão à Comunidade Europeia à participação na União Econômica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984 a 1998" IN ***Boletim Econômico do Banco de Portugal*.** Abril 2001. Disponível em: http://www.bportugal.pt/ publish/bolecon/docs/2004-1.pdf acesso em 15/11/2009.

[118] Idem, p.26.

[119] Segundo ABREU, Margarida. *As crises Cambiais do Escudo entre 1992 e 1995*. Lisboa: ISEG, 1998. pp. 571-581

enquanto elevavam as taxas de juros de curto prazo para tentar desencorajar novos ataques especulativos.

4- Crise de fevereiro a julho de 1994: acontece na contramão das demais moedas do SME e está associada a um conflito entre o Banco Central português e o governo em relação à política a adotar quanto à taxa de juros. Cavaco Silva afirma em rede nacional a queda da taxa de juros de curto prazo, o BP declara os riscos que tal redução traria ao câmbio e se instala um clima de instabilidade e descrença internacional nas políticas monetárias portuguesas.
5- Crise de março de 1995: um ataque especulativo atingiu as moedas mediterrâneas (escudo, peseta, franco e lira) e as autoridades monetárias portuguesas seguem os passos das autoridades espanholas desvalorizando também o escudo.

Em uma análise conjunta, Abreu[120] conclui que as cinco crises partilham como causas os ataques especulativos internacionais que se baseiam em previsões autorrealizáveis relativos ao comportamento das moedas e economias dos países vítimas de tais ataques, aliados aos conflitos políticos internos das autoridades portuguesas num quadro de abertura ao movimento de capitais – que a autora considera ter ocorrido de forma precoce – e que diminuiu a eficácia das intervenções do Banco de Portugal no mercado de câmbio já que "*as medidas de administração das taxas de juros mostraram-se inadequadas para sustentar uma ancoragem nominal da taxa de câmbio excessivamente rígida*".

Os anos de 1994 e 1995 assistiram a várias intervenções do Banco de Portugal no mercado cambial para impedir a variação do escudo fora das faixas recomendadas. Tais intervenções se davam na forma de leilões de crédito, que chegaram a uma periodicidade diária e só diminuíram no final do ano de 1995 quando o país estava com uma taxa de inflação de 3,4% ao ano[121] bem mais próxima da meta designada pelas autoridades monetárias da CEE.

Em termos tributários, em janeiro de 1993 entrou em vigor na CEE, o novo regime transitório do IVA com o objetivo de eliminar até 1996 as taxas aduaneiras entre os membros da comunidade. Este novo regime levou à isenção de cobrança do IVA das mercadorias produzidas em um estado membro com destino a outro. Portugal se antecipou à regulação, se

[120] Idem. p.579
[121] De acordo com Mendonça, António e Farto, Manuel. *A política monetária nos últimos 20 anos* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.410-412

adequando a essa alteração já em 1992, com o Decreto Lei 290/92. Adicionalmente, para poder fazer a convergência para um mercado único, a CEE determinou que as taxas de IVA deveriam se aproximar umas das outras numa faixa entre 15% e 25%, salvo para produtos especiais determinados pela comissão da CEE. Foi nesse ponto que Portugal se viu obrigado a eliminar a taxa de IVA zero para os seus produtos agrícolas, uma forma de subsidiar sua produção. Entretanto, outros estados membros como Bélgica e Reino Unido mantiveram tal isenção para seus produtos[122] o que leva a pensar numa concorrência desleal de preços.

Sobre o setor primário, deve-se destacar também a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) ocorrida no meio de 1992, sob a presidência portuguesa da CEE e que beneficiou os grandes produtores dos Estados membros da comunidade, prejudicando os pequenos. Em especial, a agricultura portuguesa que tendo perdido os subsídios do Estado passou a sofrer concorrência direta das grandes empresas estrangeiras do setor, em virtude da abertura de mercado de produtos agrícolas. Adicionalmente, a reforma do PAC levou à introdução de pagamento de auxílio aos produtores portugueses, com base na área cultivada e no número de animais possíveis, levando a uma dependência direta da ajuda do Estado. Isto para sua sobrevivência. O total de tais auxílios significou uma queda de 30% no nível de apoios governamentais recebidos pelo setor no ano de 1989[123], ou seja, o auxílio não se mostrou capaz de substituir a política de isenção tributária que antes subsidiava o setor.

Já nos setores secundário e terciário, em 1990, a CEE havia lançado uma Instrução diretiva para "Fusões e Cisões", onde pretendia normatizar tais operações dentro dos estados membros. Assim, estabeleceu regras fiscais que permitiam que a tributação de ativos e passivos anteriores à fusão fossem tributados após a operação. Tal evitaria que os Estados perdessem receitas. Portugal acatou a norma em julho de 1992, com data retroativa ao início daquele ano[124]. Ainda nesta norma, foi criado um mecanismo para evitar a dupla tributação para empresas matrizes e afiliadas em que se tributava somente 95% do lucro distribuído. Porém, nem todos os Estados membros adotaram tais normas. Até hoje existem zonas em que o sistema de tributação difere dos demais países membros. Portugal seguiu as instruções dadas pela CEE e acatou as normas de tributação com risco de perda de arrecadação.[125]

---

[122] Idem, pp.450-451

[123] Segundo Avillez, Francisco, *A agricultura portuguesa: balanço de duas décadas de integração europeia* IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.133-136.

[124] Decreto Lei 123/92de 2 de julho de 1992.

[125] Conforme Antonio Carlos dos Santos, *Política Orçamental e Fiscal 20 anos depois*, IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.458-459

Até a assinatura de Maastricht em 1992, os países da CEE deveriam administrar seus orçamentos individualmente. Após a assinatura do Tratado, passou a ser exigido que as decisões de cada país membro, relativas a seus orçamentos, passassem a respeitar limites rígidos. Nestes se visava evitar déficits – as normas serão ainda mais claras a partir de 1997 com a assinatura do Tratado e do Pacto de Estabilidade e de Crescimento (PEC) – sempre em nome de uma estabilidade que permitisse a criação da União Europeia.[126].

O terceiro governo liderado pelo Partido Social Democrata - PSD com Cavaco Silva à frente do gabinete ministerial se encerrou como um período de dez anos, em que reformas de cunho liberal foram postas em prática de modo contínuo e sistemático. Os mercados foram abertos, e quando não existiam, foram criados e regulamentados para funcionarem como tal; órgãos e instituições públicas reguladoras e interventoras na economia do país foram fechadas; empresas e bancos públicos foram privatizados; o sistema tributário foi alterado de modo a ficar compatível com os demais países pertencentes à CEE; políticas sociais foram revistas; os instrumentos de política monetária foram utilizados de acordo com os ditames do Sistema Monetário Europeu e o país se preparou para a integração na União Europeia e a vinda da moeda única.

O terceiro mandato de Cavaco Silva foi acusado, por parte de seus opositores, de ter sido o mais liberalizante e ter beneficiado as elites do país. No item 2.2.4, tem-se mais detalhes a respeito do processo de privatizações que se deu em Portugal no primeiro decênio da sua adesão à CEE.

2.2.4. O Processo de Privatizações

Com a união de mercados, a CEE direcionou seus países membros no sentido de priorizarem a privatização de suas empresas estatais, especialmente nos setores que não os de saúde, defesa e educação. No caso de Portugal, após a Revolução de Abril de 1974, o país havia nacionalizado 244 empresas de cunho privado que passaram, assim, às mãos do Estado.

Nos anos 1980, com o intuito de se adequar à CEE e poder ter seu pedido de adesão aceito, Portugal começou o processo inverso ao que levara a cabo na década anterior. Isto é, o de privatizações. Somente em 1989, com a segunda revisão constitucional, foi criada a norma

[126] Idem, p.459.

legal que marcou o final do processo de aprovação do *Regime de Alienação das Participações do Sector Público*.

Segundo Costa *et al*.[127]:

> Com Cavaco Silva como primeiro-ministro, as primeiras empresas a serem privatizadas, a partir de 1989, foram a Unicer, das cervejas, o Banco Totta e Açores, a Aliança Seguradora e a Tranquilidade, no setor financeiro e de seguros (...) finalmente, a lei-quadro das privatizações, em 1990, estabeleceu as regras que viriam a ser seguidas num processo galopante: a privatização passava a poder abranger a totalidade do capital da empresa, em vez de reduzida a 49% como antes. (...) Em consequência, os grandes grupos econômicos do passado reconstruíram a sua força.

Em relação à privatização do Banco Totta e Açores, o país presenciaria um escândalo quando, em 1993, o banco passou ao controle do grupo espanhol. O caso levou o primeiro ministro Cavaco Silva a pedir ao grupo espanhol que devolvesse o banco português, colocando à venda sua parte. A resposta da CEE veio na forma de uma determinação para que a lei portuguesa fosse alterada para se compatibilizar com as normas da comunidade. Por fim, o banco foi vendido no final de 1994 a Champalimaud, dono do mesmo banco antes da nacionalização de 1974, que fez a única oferta, em troca de ser dispensado de lançar sua oferta na forma de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA). Tal formalidade o teria obrigado a justificar a origem dos recursos para a compra que se propunha a fazer.

O governo português aceitou e o Totta voltou às mãos do capital português – aliás, voltou para as mãos de quem já o havia comprado quando da sua privatização em 1988 e quem, em 1999, o venderia novamente aos espanhois já que no final do século XX, Champalimaud fez um novo acordo para vender 40% da holding do seu grupo financeiro ao Santander. Com isso o Banco Totta e Açores passou ao controle de capital espanhol novamente, como se detalha no capítulo 3 a seguir.

Nos dois anos seguintes, seriam sete empresas privatizadas por ano, com o setor financeiro na liderança. Já em 1992, onze empresas seriam privatizadas. A maior parte, bancos e seguradoras com destaque para a Petrogal, Empresa Portuguesa de Petróleo. Até 1995, a média seria de sete empresas privatizadas por ano, mas em 1992, entraram em cena as empresas de telecomunicações com a Portugal Telecomunicações[128], a segunda área alvo das

---

[127] COSTA, Jorge *et alli*. ***OS donos de Portugal, cem anos de poder econômico (1910-2010)***. Porto: Afrontamento, 2010.p.270.

[128] O processo da privatização da Portugal Telecom levantou uma polêmica sobre sua relevância para a segurança do país. Tal levou à criação de regras especiais para permitirem a participação do Estado na empresa

privatizações. O montante arrecadado ao longo desses primeiros sete anos, foi de aproximadamente 7.000 milhões de dólares, um valor que alcançou cerca de 6,4% do PIB português e foi utilizado pelo governo português para reduzir o déficit público no período.[129]

As receitas obtidas com as privatizações passariam de 4,8 milhões de euros em 1987, para 845,8 milhões de euros em 1990, 1564 milhões de euros em 1992 e 1814,2 milhões de euros em 1995.O capital que estava exilado desde a Revolução regressou e voltou a controlar o setor financeiro[130].

Em dez anos, Portugal se adequou a todas as normas e sugestões vindas da CEE através de seus Tratados, Programas, Diretivas, Instruções e Livros. No próximo item examina-se de que forma os números da economia do país reagiram a tais ajustes e reformas.

Deve-se, porém, destacar que o partido político que havia liderado inteiramente o processo de adequação à Europa, não conseguiu de novo a aprovação popular. O Partido Socialista, PS, ganhou as eleições parlamentares de outubro de 1995. António Guterres assumiu o cargo de Primeiro Ministro e em janeiro de 1996, Jorge Sampaio, também pelo Partido Socialista, ganhou as eleições presidenciais, assumindo o cargo de Presidente da República onde permaneceria por dois mandados, até 2006.

2.3 ANÁLISE DO AMBIENTE ECONÔMICO: 1986 A 1994

Durante os primeiros dez anos de adesão à CEE, Portugal teve alterações significativas em seus indicadores macroeconômicos que se passa a analisar em seguida.

Primeiramente, pela Tabela 2.1 podemos verificar o crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) comparativamente ao crescimento do mesmo indicador na média dos países membros da CEE (UE-15). Observa-se que apesar da variação observada no período total ter sido alta – Portugal com 131% e UE-15 com 57% - os primeiro cinco anos tiveram um crescimento bem mais acelerado do que os cinco anos finais. Com a primeira metade da série obtendo uma variação de aproximadamente 68% no valor português contra 34% para a UE-15, já na metade final do período, a variação decresce muito para ambos, com Portugal

---

após a privatização, com o uso de ações especiais, as "*golden shares"* que levaram a uma disputa entre as autoridades europeias. Tal disputa se estendeu até os primeiros anos do século XXI.

[129] Conforme Mendes, Manuel Vieira. ***A reforma da administração pública em Portugal***. Disponível no endereço http://www.stfpn.pt/arquivo/seminario7Maio/Texto_integral_Eng_ VieiraMendes.pdf, acesso em 05/01/2010.

[130] Conforme COSTA, Jorge et alli. ***OS donos de Portugal, cem anos de poder econômico (1910-2010).*** Porto:Afrontamento, 2010.p.274.

obtendo 26% e a UE-15, com 14%. Depreende-se que a desaceleração do crescimento teve, entre outras causas, as crises financeiras internacionais, e uma queda no entusiasmo inicial provocado pela adesão que levou à entrada de empresas e capitais no país. Também houve quedas nos investimentos realizados para adequar as diferentes áreas da economia portuguesa às normativas da CEE.

Tabela 2.1: Evolução do PIB de Portugal e UE-15 entre 1986 e 1995 (em milhões de euros)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ano	**Portugal**	**Variação %(*)**	**UE-15**	**Variação % (*)**
1986	37.700	10,88	3.980.000	5,91
1987	40.000	6,10	4.191.000	5,30
1988	45.700	14,25	4.559.000	8,78
1989	52.700	15,32	4.958.000	8,75
1990	59.300	12,52	5.358.000	8,07
1991	69.100	16,53	5.864.000	9,44
1992	79.600	15,20	6.118.000	4,33
1993	77.700	(2,39)	6.137.000	0,31
1994	80.500	3,60	6.436.000	4,87
1995	87.100	8,20	6.696.000	4,04

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009. (*) cálculo efetuado pela autora.

No Gráfico 2.1 pode-se analisar a evolução do PIB *per capita* português e comparar com o do grupo de Estados membros da CEE. Destaca-se a taxa de 130% com que o primeiro cresceu durante a primeira metade dos dez anos estudados e também a menor velocidade com que tal crescimento ocorreu, se comparado com a CEE. Destaca-se o ano de 1992 como o momento em que o crescimento sofreu uma desaceleração, conforme explicado no item 2.2.3.

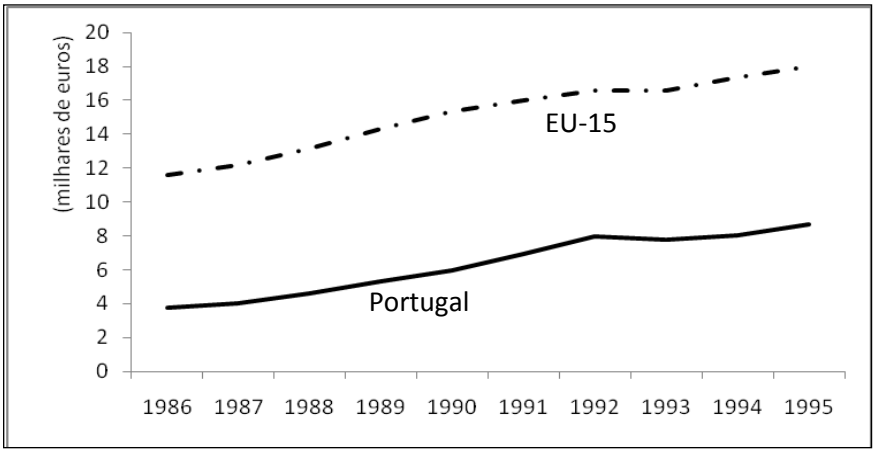

Gráfico 2.1: PIB per capita de Portugal e UE-15, de 1986 a 1995 (em mil euros)

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009.

A análise da origem do PIB português em termos setoriais na Tabela 2.2,revela a predominância do setor de serviços ao longo de toda a série.

Tabela 2.2: Origem setorial do produto em Portugal entre 1986 e 1995 (em porcentagem do Valor Adicionado Bruto – VAB)

	Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Grupo 1	Agricultura, pecuária, caça	6,83	7,15	5,34	5,86	6,06	4,89	4,06	3,54	3,90	3,89
	Pesca	0,79	0,71	0,66	0,63	0,60	0,60	0,57	0,45	0,40	0,39
	Indústria extrativa	0,60	0,68	0,69	0,66	0,67	0,62	0,58	0,51	0,47	0,43
Grupo 2	Indústria transformadora	30,15	28,75	29,47	29,18	27,57	26,39	25,44	25,23	24,31	24,08
Grupo 3	Eletricidade, gás e água	3,94	4,13	4,36	3,88	4,10	4,39	4,39	4,49	4,27	4,08
Grupo 4	Construção	5,39	5,79	6,03	5,69	5,70	5,61	5,71	5,70	6,36	6,71
Grupo 5	Comércio, hoteis e restaurantes	20,92	20,68	20,74	20,11	20,30	20,79	20,67	20,18	17,53	17,37
	Transporte e comunicações	7,34	7,20	6,97	6,91	6,77	7,00	6,85	6,73	6,24	6,45
	Bancos, seguros e imóveis	5,80	6,34	6,15	6,31	6,43	5,98	6,01	6,54	10,51	10,26
	Serviços diversos	18,24	18,56	19,59	20,75	21,80	23,73	25,73	26,62	26,00	26,33

Fonte: Dados em milhões de escudos obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com cálculo de participação percentual efetuado pela autora.

Uma análise da composição setorial no gráfico 2.2 permite visualizar como o setor da Indústria de Transformação (Grupo 2) vai perdendo progressivamente seu peso em detrimento do setor terciário com crescimento acentuado do setor bancário (Grupo5). Tal setor chega a dobrar sua participação no PIB, nos dez anos observados.

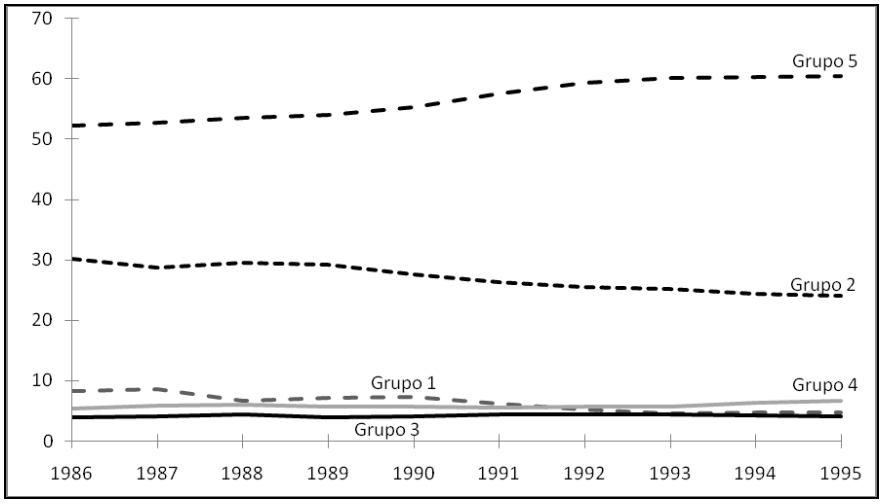

Gráfico 2.2: Origem setorial do produto em Portugal entre 1986 e 1995 (em porcentagem do Valor Adicionado Bruto – VAB)

Fonte: Dados em milhões de escudos obtidos do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009 com cálculo de participação percentual efetuado pela autora.

Destaca-se também a perda de importância do setor primário, tanto na vertente da produção agrícola, pecuária e caça, quanto no tradicional setor pesqueiro que passam a representar no final da série, a metade de suas participações no início da mesma. Adicionalmente, a análise da variação dos diferentes setores produtivos permite perceber uma desaceleração do crescimento de todos os setores na segunda metade da série, conforme consta na Tabela 2.3.

Tabela 2.3: Variação setorial do produto em Portugal entre 1986 e 1995 (*)

(1)	(2)	(3)	(4)
	1986 a 1995	**1986 a 1990**	**1991 a 1995**
Valor Adicionado Bruto VAB	206,37	88,43	41,52
- agricultura, pecuária, caça	74,64	67,19	12,83
- Pesca	50,79	43,25	-8,22
- indústria extrativa	122,92	111,27	-0,55
- indústria transformadora	144,73	72,35	29,12
alimentação, bebida e tabaco	*184,51*	*101,29*	*25,55*
têxteis, vestuário e couro	*154,60*	*75,96*	*25,63*
madeira e cortiça	*192,69*	*115,23*	*23,01*
papel e artes gráficas	*166,60*	*84,07*	*42,34*
química, petróleo e borracha	*18,45*	*-3,88*	*15,77*
minerais não metálicos	*152,26*	*71,83*	*32,58*
Metalurgia	*13,02*	*87,82*	*-7,83*
produtos metálicos, máquinas e elétricos	*210,59*	*92,86*	*43,23*
Outras	*265,15*	*90,63*	*50,99*
- eletricidade, gás e água	216,99	96,29	31,57
- construção	281,23	99,13	69,14
- comércio, hotelaria e restaurantes	154,43	82,81	18,29
- transporte e comunicações	169,44	73,78	30,44
- bancos, seguros e imóveis	442,03	109,02	142,67
- serviços diversos	342,14	125,11	57,00

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009. (*) cálculo efetuado pela autora.

Observa-se que as atividades do setor primário apresentam crescimento bem menor na segunda metade da série, talvez por influência das medidas adotadas em 1992 com a assinatura do PAC[131], que levou a uma perda de competitividade do setores até a resultados negativos para a pesca e a indústria extrativista. Tal tendência só não ocorre na área de serviços bancários, seguros e imóveis, onde os primeiros cinco anos possuem uma taxa de crescimento de 109%. Ali, os últimos cinco anos possuem um crescimento ainda maior, de

[131] Política Agrícola Comum, abordada no item 2.5.3.

142,67%, além de ser este o setor com o maior crescimento nos dez anos estudados, com variação de 442%. Ao se abrirem os subsetores componentes da indústria transformadora percebe-se que o observado no setor primário se repete. As indústrias de base, como no caso da metalurgia, por exemplo. Chegam os subsetores a apresentar desempenho negativo na segunda metade da série, comprovando o desaquecimento da produção industrial do país.

A despeito das conjecturas de política econômica dos governos portugueses – o que pode ser classificado como *política econômica aparente* – no período há um comportamento descrito das principais variáveis ligadas ao crescimento da economia portuguesa para análise. Assim, entre 1986 e 1995, o Produto Interno Bruto de Portugal desenvolveu-se de acordo com o exposto no Gráfico 2.3 a seguir.

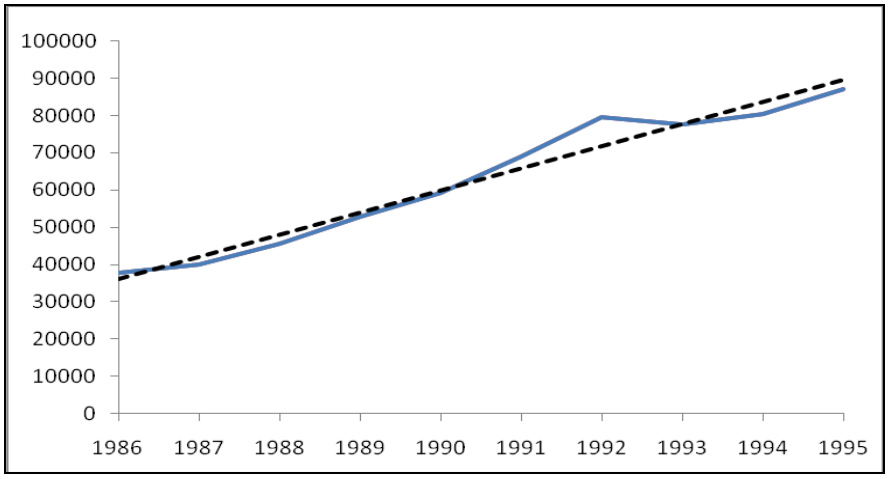

Gráfico 2.3: Portugal, Produto Interno Bruto e tendência temporal linear[132], 1986 – 1995, em milhões de Euros

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009, cálculos efetuados pela autora.

No final dos anos 1980, a economia portuguesa crescia abaixo de seu potencial, como se pode ver no desenvolvimento do PIB, notadamente abaixo da linha de tendência. Entre 1990 e 1992, houve crescimento real do produto, mas a pendente tendencial voltou a superar o

[132] Obtida através da seguinte regressão linear:
Y = a + b.X, em que:
Y = Produto Interno Bruto português, 1986 – 1995, em milhões de euros.
X = tempo, em anos.
a = 30320
b = 5930,90
R-Quadrado ajustado = 96,18%
F – estatístico = 227,4954354
Durbin-Watson = 1,198 número de observações = 10

desempenho tabulado do PIB de 1993 em diante. Trata-se de uma economia com ausência de dinamismo em seu crescimento.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) acompanha com grande proximidade o comportamento do produto, como se pode observar no Gráfico 2.4:

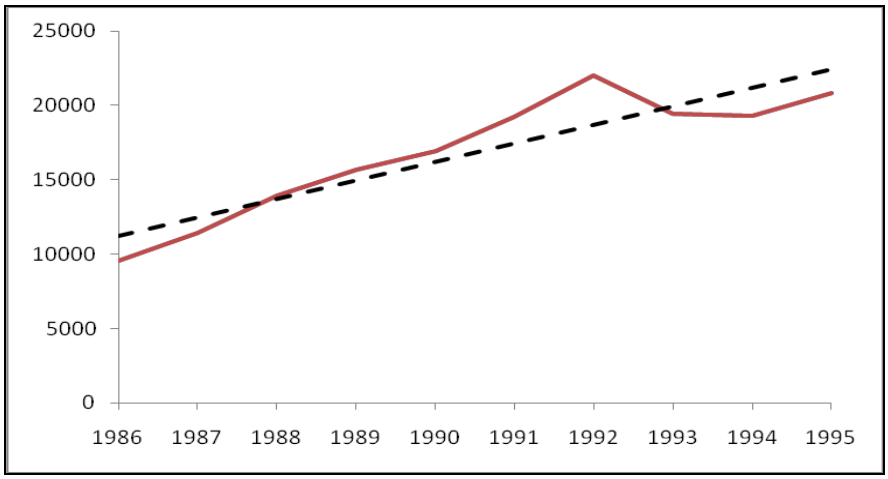

Gráfico 2.4: Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo e tendência temporal linear[133], 1986 – 1995, em milhões de Euros

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009. Cálculos efetuados pela autora.

A relação estatística entre FBCF e PIB atinge, em correlação linear simples, um coeficiente de 95,53%, o que mostra a estreita relação entre as duas variáveis, no período 1986 a 1995. Para se calcular a sensibilidade do Produto em relação a variações da formação bruta de capital fixo, estimou-se a seguinte equação:

$$\textbf{(I)} \quad \ln Y = a + b \ln X$$

em que**:**

Y = Produto Interno Bruto português, 1986 – 1995, em milhões de euros

X= Formação Bruta de capital fixo português, 1986 – 1995, em milhões de euros.

a = 0 e b = 1,1348

R-Quadrado Ajustado = 0,888833592

---

[133] Obtida através da seguinte regressão linear:
Y = a + b X , em que:
Y = Formação Bruta de Capital Fixo, 1986 – 1995, em milhões de euros.
X = tempo, em anos.
a = 9994,285719
b= 1243,71204
R-Quadrado ajustado = 0,811789649
F – estatístico = 39,8188365
Durbin-Watson = 1,235 número de observações = 10

F-estatístico = 162749,4214

N = 10 observações

O coeficiente "b" da equação denota uma elasticidade de 1,1348 do PIB para variações unitárias da FBCF para a economia portuguesa, entre 1986 e 1995.

Uma análise da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em seus componentes no Gráfico 2.5 permite constatar a queda no investimento em máquinas e equipamentos, bem como de materiais de transporte, principalmente na segunda metade da série estudada. Apesar do aumento observado no total da FBCF ao longo do período, o mesmo foi canalizado para construções e outras melhorias que não a aquisição de bens de produção. O ano de 1990 marcou o começo das crises cambiais que só se solucionariam após 1993, conforme abordado no item 2.2.3. Em 1992, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 4,6% em relação ao ano anterior, mas tal fato se deveu à entrada de investimento direto estrangeiro nas áreas de turismo e seguros. Adicionalmente, o ano teve um desempenho crescente na área de construção em função do aporte dos investimentos dos fundos estruturais da CEE voltados à construção de estradas e infraestrutura de base. O ano de 1993 marcou o pior resultado do índice com uma queda de 6% em relação ao ano anterior, com o aumento das taxas de juros internas do país – medida utilizada para tentar controlar suas crises cambiais e a inflação. O crescimento do investimento só voltou a ocorrer no ano seguinte[134].

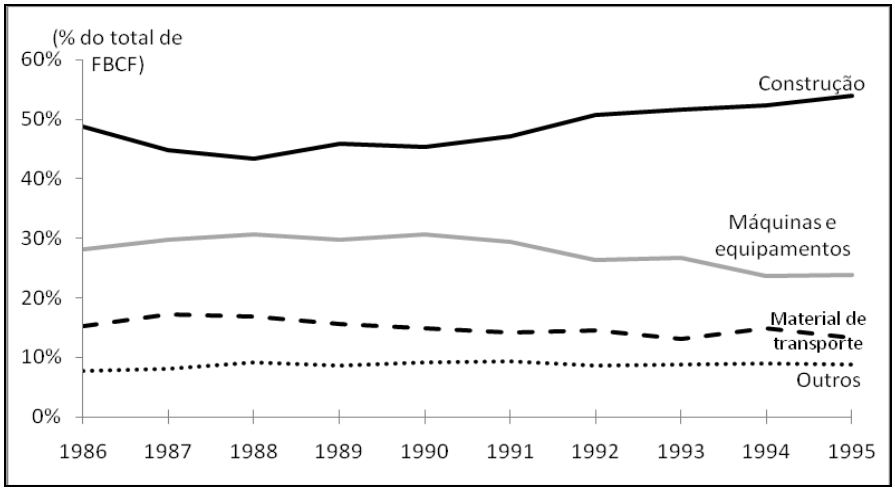

Gráfico 2.5: Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em Portugal, entre 1986 e 1995.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009, cálculos efetuados pela autora.

[134] Conforme Lopes, Emídio. *Estudo das determinantes do investimento do sector produtivo e em habitação*. IN: ***Relatório de Prospectiva e Planeamento***, N. 3/4, Lisboa: Banco de Portugal, 1997. Disponível em www.dpp.pt/pages/files/inv_sect_produtivo.pdf acesso em 22/03/2010.

Em relação às famílias, apesar do aumento da renda disponível, estas passaram a poupar menos no período analisado. Em 1985, a poupança das famílias representava 16,74% da renda das mesmas e em 1995, representava 9,23%. O consumo se elevou, portanto, e as operações de crédito às famílias se elevaram de 55,60% do total do crédito interno disponível em 1986, para 63,92% em 1995[135].

Tabela 2.4: Consumo Privado em Portugal entre 1986 e 1995, em porcentagem do PIB (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
	1986	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**
Consumo privado	**65,99**	**65,86**	**67,10**	**65,90**	**65,43**	**68,14**	**67,69**	**68,71**	**68,23**	**67,42**
Bens não duráveis	*35,56*	*35,19*	*34,72*	*33,57*	*33,70*	*34,14*	*32,96*	*33,04*	*32,00*	*31,96*
Alimentação, bebidas e tabaco	21,05	20,68	19,92	19,09	18,55	19,15	18,25	18,41	18,44	18,54
Vestuário e calçado	6,03	6,14	6,41	5,99	6,76	6,59	6,43	6,56	5,99	5,86
Bens energéticos	1,41	1,23	1,20	1,20	1,04	1,07	1,05	1,05	1,02	0,98
Outros	7,07	7,15	7,19	7,29	7,35	7,33	7,23	7,03	6,56	6,57
Bens duráveis	*5,32*	*6,14*	*7,62*	*6,96*	*6,77*	*7,15*	*7,50*	*7,03*	*6,87*	*6,59*
Automóveis de passageiros	2,20	2,51	3,84	3,21	3,09	3,42	3,76	3,51	3,69	3,56
Outros	3,13	3,63	3,78	3,75	3,68	3,74	3,74	3,52	3,18	3,03
Serviços	25,10	24,52	24,76	25,36	24,96	26,84	27,23	28,64	29,36	28,87

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 22/03/2010. (*) cálculo efetuado pela autora.

Já o consumo, conforme consta da Tabela 2.4, apresentou pouca variação no agregado mas com alterações na sua composição. Observa-se uma queda no consumo de bens não duradouros e correspondente crescimento do consumo de serviços, além de um aumento menor no consumo de bens duráveis.

A análise do comércio externo de Portugal no período, na Tabela 2.5, revela que o crescimento das importações superou as exportações de 1986 a 1995 e a Balança Comercial portuguesa ficou deficitária de forma crescente, apesar da desaceleração ocorrida nos últimos cinco anos da série, mais uma vez justificados pelas crises cambiais ocorridas no Sistema Monetário Europeu e pelas medidas adotadas em Portugal para combate às mesmas. Uma análise do período de 1976 a 1985 mostra que a Relação dos Termos de Troca sempre foi desfavorável a Portugal tendo atingido o valor mais baixo no ano de 1977 quando chegou a 48%. Entre 1986 e 1995, os termos de troca melhoram um pouco atingindo uma média de 65% ao ano, contra a média de 54% do período 1976-1985. A justificativa para tal desempenho inclui a valorização da moeda portuguesa inserida nos mecanismos de controle

[135] Segundo dados do Banco de Portugal, disponíveis em http://www.bportugal.pt/pt-pt/estatisticas/publicacoesestatisticas/slep/Paginas/SeriesLongasEconomiaPortuguesaposIIGuerraMundial.aspx, acesso em 22/03/2010.

do SME, bem como a mudança na pauta de exportação portuguesa que passou a incorporar bens de consumo não duráveis – como roupas e calçados – em oposição à pauta anterior predominantemente composta por produtos primários de baixo valor agregado[136].

Tabela 2.5: Comércio Externo de Portugal entre 1986 e 1995.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	Exportações (milhões de escudos)	Importações (milhões de escudos)	Saldo da Balança Comercial (2)-(3)	Termos de Troca (2)/(3)	Termos nominais de compra 1990=1,0	Poder de Compra das Exportações (2)x(6)
1986	1.085.796	1.472.597	-386.801	73,73	0,46	503.722,72
1987	1.313.719	2.000.392	-686.673	65,67	0,56	737.394,73
1988	1.585.997	2.612.766	-1.026.769	60,7	0,68	1.074.731,03
1989	2.021.592	3.065.169	-1.043.577	65,95	0,86	1.746.152,16
1990	2.340.480	3.640.008	-1.299.528	64,3	1,00	2.340.480,00
1991	2.361.525	3.919.553	-1.558.028	60,25	1,01	2.382.759,23
1992	2.482.563	4.130.244	-1.647.681	60,11	1,06	2.633.271,40
1993	2.557.314	4.031.566	-1.474.252	63,43	1,09	2.794.236,61
1994	3.083.930	4.685.131	-1.601.201	65,82	1,32	4.063.535,79
1995	3.629.407	5.215.609	-1.586.202	69,59	1,55	5.628.159,68

Fonte: Dados do Banco de Portugal, Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009. (*) Cálculos efetuado pela autora.

O valor calculado do Poder de Compra das Exportações (7) deveria caminhar próximo ao valor das importações (3) para que se tivesse um quadro equilibrado, porém isto só ocorreu em 1995.

O detalhamento do quadro de comércio exterior português através da abertura dos dados de importações e exportações por tipos de produtos e serviços, conforme consta da Tabela 2.6, permite observar o crescimento das importações de bens de consumo não duráveis em detrimento dos bens intermediários, destacando-se que as importações de todos os demais bens e serviços que não os citados bens não duráveis, mostrou-se com variação negativa de 1991 a 1995. Já as exportações revelam um aumento da venda de bens de consumo duráveis e, em menor grau, de bens de investimento. Tais números corroboram a relativa melhora dos Termos de Troca do comércio externo português com a mudança nas sua pauta de produtos exportados.

[136] Segundo dados do Banco de Portugal, disponíveis em http://www.bportugal.pt/pt-pt/estatisticas /publicacoesestatisticas/slep/Paginas/SeriesLongasEconomiaPortuguesaposIIGuerraMundial.aspx, acesso em 22/03/2010.

Tabela 2.6: Comércio Externo de Portugal por tipos de produtos, entre 1986 e 1995.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	Importações			Exportações		
Variação % da participação no total importado/exportado (*)	**1986 a 1995**	**1986 a 1990**	**1991 a 1995**	**1986 a 1995**	**1986 a 1990**	**1991 a 1995**
Bens de consumo não duráveis	113,99%	48,81%	23,77%	-5,68%	2,12%	-11,08%
Bens de consumo duráveis	66,17%	58,62%	-5,65%	135,39%	31,25%	85,14%
Bens de Investimento	8,77%	21,58%	-5,11%	38,10%	18,01%	18,86%
Bens intermediários	-12,34%	-14,27%	5,85%	-3,23%	-7,16%	8,72%
Energéticos	-49,26%	-33,78%	-7,66%	1,62%	-1,19%	33,37%
Outros (inclui eletricidade)	-63,66%	-35,54%	-81,10%	-63,62%	-65,83%	-11,25%
Serviços	-13,23%	-5,82%	-10,65%	-26,60%	-4,25%	-25,65%
Total	**254,18%**	**147,18%**	**33,07%**	**234,26%**	**115,55%**	**53,69%**

Fonte: Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009. (*) Cálculo efetuado pela autora.

A análise dos dados relativos ao emprego, constantes da Tabela 2.7, permitem afirmar que a tendência europeia de envelhecimento de sua população e baixas taxas de natalidade também ocorre em Portugal cuja População Ativa também tende a diminuir ao longo da série. Já a estabilidade observada nos quinze Estados membros da CEE em termos de emprego, não ocorreu em Portugal onde houve perda de postos de trabalho. O desemprego no país teve queda bem acentuada na primeira metade do período. Nesta fase ocorreu um crescimento nas obras de infraestrutura financiadas pelos aportes dos fundos estruturais europeus que levaram a uma dinamização da economia como um todo. Na segunda metade da série, com as crises cambiais internas e externas, e as medidas recessivas tomadas pelo Estado, o desemprego voltou a crescer, sem, no entanto atingir os níveis observados no início da série.

Tabela 2.7: Evolução da População ativa, emprego e desemprego em Portugal e UE-15.

(1)		(2)	(3)	(4)
		1985	**1990**	**1995**
População ativa	Portugal - Taxa % (1)	73,30	71,30	68,90
	UE 15 - Taxa % (1)	66,70	68,20	67,20
Emprego	Portugal - Taxa % (2)	64,00	64,90	62,60
	UE 15 - Taxa % (2)	59,30	62,20	59,90
Desemprego	Portugal - Taxa %	9,20	6,80	8,30
	UE 15 - Taxa %	9,90	7,70	10,20

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009. (1)Porcentagem da população entre 15 e 64 anos. (2) Porcentagem calculada sobre a População Ativa, (3) Conforme registro de desemprego.

Os dados de emprego vistos acima são explicados também pela análise do número de empresas constituídas e fechadas no mesmo período em Portugal – conforme consta da Tabela 2.8.

Tabela 2.8: Empresas constituídas e fechadas em Portugal, de 1986 a 1995.

(1)	(2)	(3)
Ano	**Empresas constituídas**	**Empresas dissolvidas**
1986	12.003	1.242
1987	12.360	970
1988	15.549	1.111
1989	17.478	1.169
1990	19.320	1.076
1991	18.195	1.031
1992	22.339	1.128
1993	21.493	1.314
1994	21.484	1.551
1995	23.094	1.869
Taxa de Crescimento 1986 a 1995(*)	92,40%	50,48%

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Setor de dados estatísticos históricos de Portugal, disponíveis em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009. (*) Calculado pela autora.

Pode-se observar que ocorreu um aumento de abertura de novas empresas no país durante todo o primeiro decênio após a adesão à CEE. Isto apesar do número relevante das que faliram no mesmo período, principalmente na segunda metade da série. Deu-se em decorrência de: (1) desaquecimento da economia portuguesa e da comunidade, conforme verificado nas Tabelas referentes ao PIB tratadas anteriormente; (2) maior concorrência de empresas estrangeiras. Conforme visto no item 2.2.3, passaram a contar com normas de atuação dentro dos países da CEE e inclusive, vantagens fiscais. Ainda assim, de um total de 183.315 empresas abertas nos dez anos analisados, foram fechadas 12.461 empresas. Ou seja, aproximadamente 7% do total aberto não sobreviveu. Já a remuneração laboral portuguesa foi aumentada progressivamente e o salário mínimo nominal cresceu cerca de 131% no período estudado, deslocando-se de um valor de 22.500 escudos em 1986, para 152.000 escudos em 1995.

A análise do lado monetário da economia portuguesa revela que as metas de controle de inflação, tão exigidas pelas autoridades do Sistema Monetário Europeu – conforme salientado no item anterior deste capítulo – levaram a um real controle desta variável no final do período. No Gráfico 2.6, pode se observar a trajetória de queda da inflação portuguesa em direção ao nível dos demais países membros da CEE, o que quase ocorreu no ano de 1995.

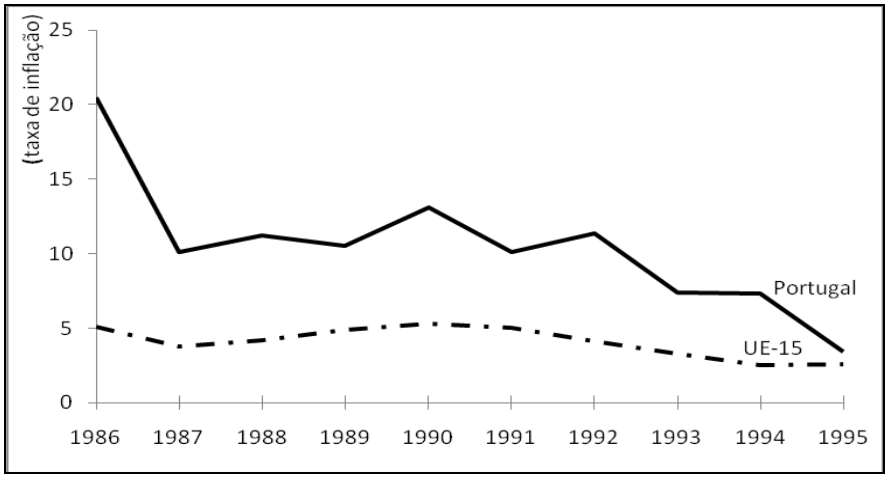

Gráfico 2.6: Evolução da taxa de inflação em Portugal e UE-15, de 1986 a 1995.

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Setor de dados estatísticos históricos de Portugal, disponíveis em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009.

Para efetuar o controle inflacionário, Portugal usou a sua taxa de câmbio num primeiro momento e, em seguida, adotou o mecanismo de controle cambial do SME, conforme apresentado no item 2.2.2. Assim, no Gráfico 2.7, observa-se a evolução da taxa cambial do dólar norte-americano e pode-se destacar que após dez anos, a cotação do dólar voltou a valores do início da série apesar das altas nos anos de 1992 a 1994 justificadas pelas crises cambiais que levaram a desvalorizações do escudo e alta na taxa básica de juros do país como forma de tentar se manter dentro da faixa de paridade das moedas do SME.

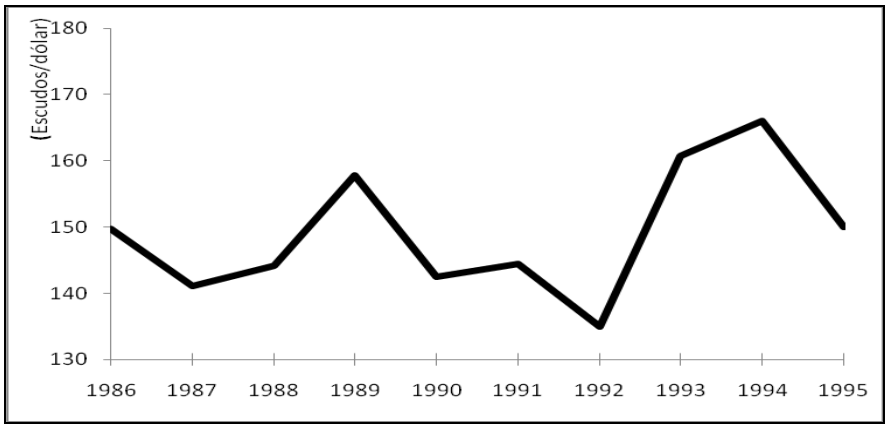

Gráfico 2.7: Evolução da taxa de câmbio do dólar americano, em Portugal de 1986 a 1995.

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Setor de dados estatísticos históricos de Portugal, disponíveis em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009.

Com o objetivo de atrair divisas estrangeiras e assim controlar a taxa cambial, o governo português emitiu títulos e os remunerou a taxas elevadas. O mercado de papeis, quase inexistente antes de 1986, tornou-se progressivamente mais importante com uma elevação de sete vezes o volume de emissão de ações, conforme se pode observar na Tabela 2.9. Pelo peso dos títulos públicos negociados no total de negócios, percebe-se que o Estado português recorreu a essa ferramenta para poder captar recursos no mercado, além de capturar a liquidez existente. E desta forma, tentar controlar os níveis de preços. No entanto, a oferta monetária foi elevada até 1989, com uma variação média anual crescente de 16% nesses primeiros anos, contra 7% em média após 1990[137].

Tabela 2.9: Evolução do volume de títulos e ações emitidas em Portugal de 1986 a 1995.

(1)	(2)	(3)	(4)
Ano	**Emissão de ações**	**Títulos privados (1)**	**Títulos públicos (1)**
1986	112.470	13,91%	86,09%
1987	261.282	33,10%	66,90%
1988	261.876	15,29%	84,71%
1989	299.356	19,28%	80,72%
1990	505.220	23,37%	76,63%
1991	526.211	14,32%	85,68%
1992	654.411	18,84%	81,16%
1993	693.345	22,20%	77,80%
1994	582.072	31,91%	68,09%
1995	778.931	36,01%	63,99%

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Setor de dados estatísticos históricos de Portugal, disponíveis em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009. (1) Porcentual sobre o valor total de títulos emitidos no ano, cálculo efetuado pela autora.

Outra importante ferramenta de ajuste utilizada pelas autoridades portuguesas foi a taxa de juros de remuneração de seus títulos, conforme se observa no Gráfico 2.8 onde se pode comparar a evolução de tal taxa com as praticadas pelos países da CEE. Destaca-se que no ano de 1990, a taxa básica de juros portuguesa atingiu o seu pico máximo, em 17,7%, já a média das taxas básicas de juros praticadas pelos outros países da CEE foi de 9,2% nos dez anos.

[137] Conforme dados de Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). disponíveis em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009, com cálculo da taxa de variação anual pela autora.

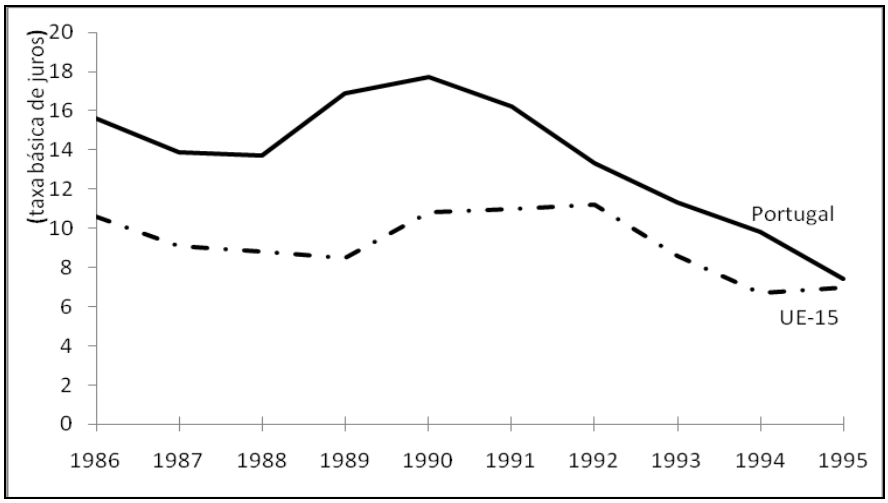

Gráfico 2.8: Evolução da taxa básica de juros em Portugal e UE-15 de 1986 a 1995.

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

Como resultados práticos das medidas adotadas, o fluxo de capitais estrangeiros com destino a investimentos em carteira aumentou muito após 1992, não só pela nova legislação que regulamentava o setor, como também pelo andamento da política cambial atrelada a uma taxa de juros básica crescente, marcando uma nova fase do mercado financeiro português, como se pode observar no Gráfico 2.9, em contrapartida, o investimento direto estrangeiro não apresentou crescimento[138].

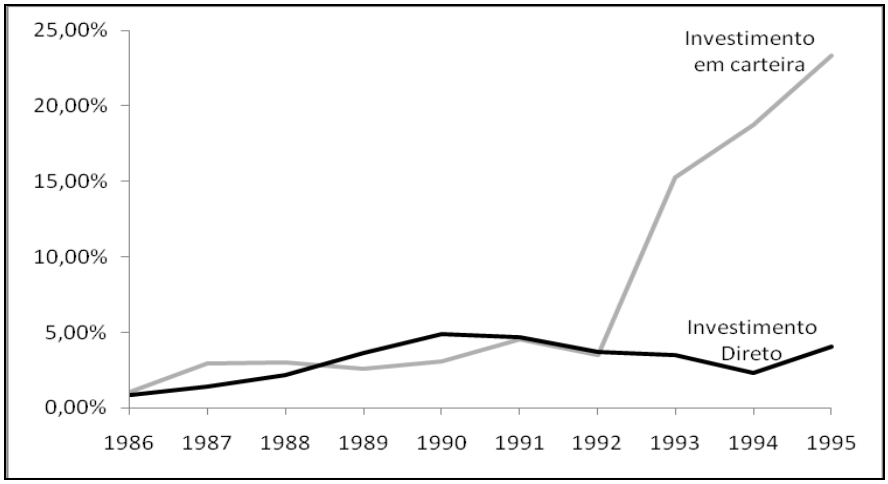

Gráfico 2.9: Movimento de capitais em Portugal. de 1986 a 1995, valores em % do PIB(*).

Fonte: Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt /SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009. (*) calculado pela autora.

[138] Foram realizadas regressões lineares entre as variáveis Investimento Direto e Investimento em Carteira, sem resultados conclusivos quanto à relação entre estas.

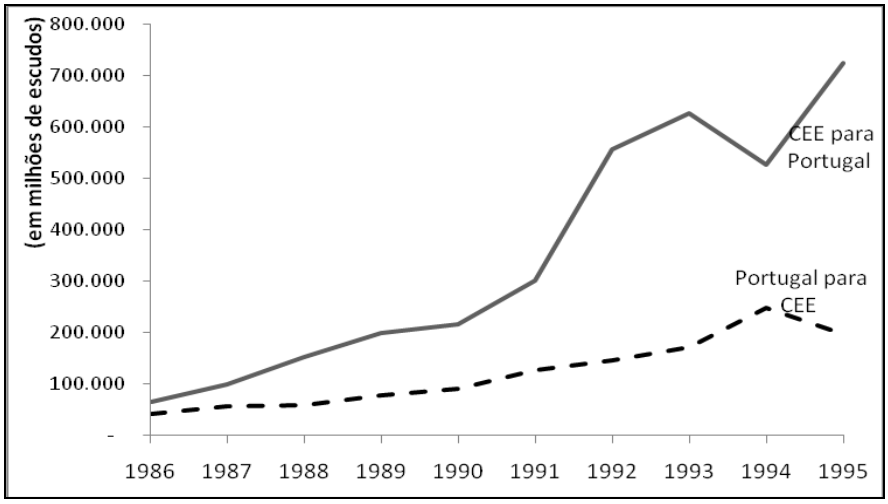

Gráfico 2.10: Fluxo de capitais entre Portugal e CEE de 1986 a 1995.

Fonte: Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

De modo geral, os primeiros dez anos de adesão foram marcados por fuga de capitais do país como se observa no Gráfico 2.10 onde se destacam as políticas adotadas para contornar as crises cambiais que resultaram no endividamento externo crescente apesar das transferências crescentes da CEE para o país .

Adicionalmente, as alterações efetuadas no âmbito fiscal, levaram a uma piora nas contas públicas, como se pode verificar no Gráfico 2.11, com um crescimento acelerado das despesas do governo contra um crescimento menor nas suas receitas.

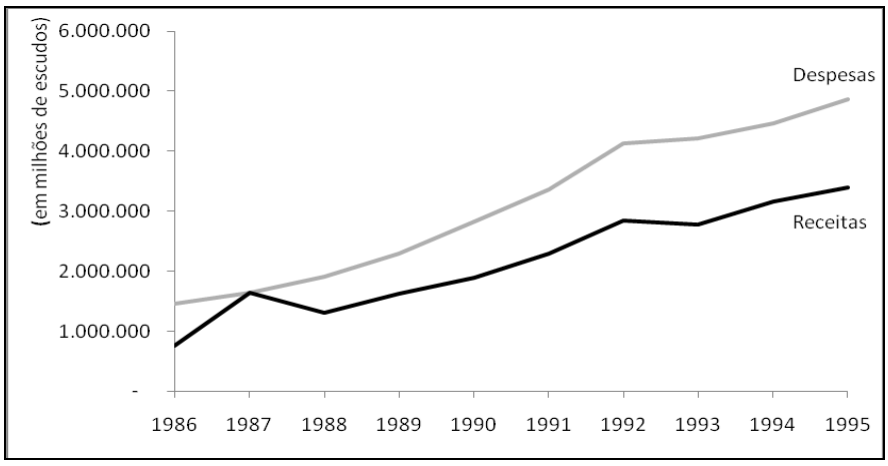

Gráfico 2.11: Contas públicas portuguesas, 1986 a 1995.

Fonte: Dados do Banco de Portugal , Séries longas para a economia portuguesa, disponível em http://www.bportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sl-series-estat-pt.pdf, acesso em 25/12/2009.

Em termos sociais, apesar do crescimento ocorrido no PIB do país, os estudos sobre distribuição de renda, desigualdade e pobreza em Portugal, resultaram nos dados da Tabela 2.10, onde se destaca uma melhora na distribuição de renda nos anos 1980-90, principalmente em virtude de uma melhora nos padrões de vida médios daqueles que participavam das camadas mais pobres da população.

Tabela 2.10: Distribuição de Renda em Portugal 1980, 1990 e 1995.

(1)	(2)		(3)		(4)	
	1980		1990		1995	
	Coef.Gini	Índice Theil	Coef.Gini	Índice Theil	Coef.Gini	Índice Theil
Distribuição Individual da Renda Per Capita	0,331	0,194	0,321	0,183	0,355	0,228
Distribuição de renda por domicílio	0,368	0,231	0,367	0,229	0,400	0,274
Distribuição Individual do Consumo Per Capita	0,396	0,279	0,369	0,214	0,394	0,270
Distribuição de Consumo por domicílio	0,423	0,310	0,408	0,282	0,435	0,323

Fonte: Rodrigues, Carlos Farinha. Integration and Inequality: lessons from the accessions of Portugal and Spain to the EU. Disponível http://siteresources.worldbank.org /ECAEXT/Resources/publications /Making-Transition-Work-for-Everyone/paper1.pdf acesso em 31/12/2009. p.36.

Observa-se que a renda real média cresceu em 24,8% entre 1980 e 1990. Tal aumento foi de 32,5% para os 10% mais pobres da população e 24,4% para os 10% mais ricos. A distribuição de renda do decil inferior cresceu de 3,1% para 3,4%. Porém, nos anos 1990 a 1995, essa tendência se inverteu e a renda média cresceu 16,2%, com os 10% mais pobres atingindo um pouco menos que 3,5% e os 10% mais ricos, obtiveram um aumento de 29,1% na sua renda. Destaca-se que ao final de 1995, a renda dos 10% mais pobres, situava-se 3% abaixo do patamar de 1980[139].

Por fim, apresentam-se em seguida algumas considerações sobre as análises expostas neste item.

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portugal levou sete anos para ter seu pedido de adesão à CEE acatado. Sua entrada oficial na Comunidade ocorreu cercada de expectativas externas e internas quanto à dinamização da economia portuguesa, estagnada desde a ditadura de Salazar. Uma continuidade política de dez anos em que o mesmo partido, e o mesmo primeiro-ministro,

[139] Rodrigues, Carlos Farinha et al. ***Integration and Inequality: lessons from the accessions of Portugal and Spain to the EU.*** Disponível http://siteresources.worldbank.org /ECAEXT/ Resources/ publications /Making-Transition-Work-for-Everyone/paper1.pdf acesso em 31/12/2009. pp.33-36.

conseguiram se reeleger seguidamente mostram aprovação pela maioria da população, que desejava o acesso fácil às mercadorias da CEE e à renda gerada pela Comunidade. A economia se aqueceu logo nos primeiros meses e iniciaram-se as reformas que eram exigidas pelo Tratado de Adesão.

Em dez anos, o país alterou sua estrutura fiscal, passou a integrar o Sistema Econômico Europeu, abriu mão de parte de sua autonomia anterior em termos de políticas cambiais, fiscais e orçamentárias. Também concretizou nos mercados financeiros práticas inexistentes antes, e caminhou em direção à convergência para com os demais países integrantes da CEE.

No entanto, o movimento de capitais em Portugal, para o período 1986 – 1995, independeu do volume de investimento direto estrangeiro como se pode observar no Gráfico 2.7. Da mesma forma, pode-se dizer que a ampliação do mercado de capitais ou mesmo a financeirização da economia portuguesa tiveram pouco ou nenhum reflexo na atração de investimentos diretos ou créditos externos, ou ainda na movimentação de capital interno no setor financeiro.

Leis foram alteradas, tributos extintos e substituídos por outros novos. Subsídios que permitiam vantagens comerciais foram eliminados e os programas de saúde e educação foram revistos. Todas medidas tomadas visando atender as exigências e recomendações do Tratado de Adesão. Portugal conseguiu, ao longo do período, obter largas somas de ajuda financeira vinda dos Fundos de Coesão da CEE, bem como obter uma folga com a venda de suas empresas estatais. Empresas estrangeiras se fundiram com nacionais ou as adquiriram. A inflação foi controlada, o escudo se adaptou às normas monetárias da CEE e permitiu que Portugal pudesse, em alguns anos, vir a fazer parte da União Monetária com sua moeda única, o Euro.

Houve piora na distribuição da renda, perda de postos de trabalho, um aumento das dívidas interna e externa, aumento do déficit das contas públicas, piora dos resultados da Balança Comercial e encolhimento do setor primário e secundário de produção. As repercussões políticas vieram nas eleições de outubro de 1995, e de janeiro de 1996, que deram a vitória ao Partido Socialista (PS) tanto para o partido que nomearia o Primeiro-Ministro, como para Presidência da República, respectivamente. Cavaco Silva tentou se eleger presidente, mas os portugueses escolheram Jorge Sampaio que, junto com Antonio Guterres teriam uma nova década para mudar aquilo que tanto criticavam nos governos do PSD: o ultraliberalismo. Se, durante os dez primeiros anos da adesão portuguesa ao bloco

europeu, o discurso liberal de entrada incondicional na CEE teria o aval do povo português, as eleições de 1995-1996 indicavam não apenas a consciência dos efeitos das políticas de liberalização econômica e financeira, mas o recado claro de que se desejava mudança de rumo. Se o grupo então alçado ao poder o faria, é outra questão.

CAPÍTULO 3: A ECONOMIA PORTUGUESA NA CEE (1996-2006)

Neste capítulo apresenta-se o segundo decênio da participação portuguesa na Comunidade Econômica Europeia. Nele é feita uma primeira descrição do quadro político do país com dois governos sucessivos chefiados pelo Partido Socialista, e os dois mandatos seguintes chefiados pelo Partido Social Democrata. Em seguida, busca-se apresentar a continuidade das medidas políticas e econômicas tomadas na década anterior, de forma a verificar as permanências e mudanças nos rumos tomados nas diferentes esferas da vida do país. Na terceira parte, estuda-se como Portugal se inseriu no quadro maior da CEE e qual sua representatividade em termos do papel que ocupa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), após sua adesão ao bloco econômico integrado europeu. Por fim, realiza-se uma análise dos dados da economia portuguesa no período, que permite observar os impactos das políticas adotadas no país à época. O capítulo se encerra com a apresentação de algumas considerações a respeito do exposto.

3.1 A CEE no Ambiente Político Português

Após dez anos na liderança do governo português, o Partido Social Democrata-PSD perdeu as eleições para o Partido Socialista-PS, com Jorge Sampaio eleito Presidente da República no pleito de janeiro de 1996. Tal constitui uma repetição dos resultados das eleições legislativas de outubro de 1995, na qual o PS também havia obtido vitória e indicado António Guterres para a pasta de Primeiro-Ministro, iniciando assim o XIII Governo Constitucional da República.

Ao término desse primeiro mandato, em 25 de Outubro de 1999, ocorreram novas eleições legislativas, as quais o PS venceu novamente. O XIV Governo Constitucional tomou posse a 25 de Outubro de 1999, com António Guterres assumindo um novo período à frente da pasta de Primeiro-Ministro. No Parlamento, o PS conquistara metade das cadeiras e havia uma maior facilidade de aprovação das medidas, do que no governo anterior.

O XIV Governo se encerraria em 6 de Abril de 2002, com o pedido de demissão de António Guterres, após perda de apoio popular – comprovada na derrota sofrida pelo PS nas eleições autárquicas de 2001 e a vitória do PSD, que retornaria a chefiar o governo.

Os três últimos anos do decênio (2002-2005) assistiram a dois governos chefiados pelo PSD: o primeiro, de 2002 a 2004, constituído pela aliança entre o PSD e o Partido Popular-PP, após as eleições de março de 2002. Neste, assumiu a pasta de Primeiro-Ministro, Durão

Barroso, que terminou seu mandato a 17 de Julho de 2004, quando se demitiu para assumir o posto de Presidente da Comissão Europeia em Bruxelas.

O segundo governo do período seria chefiado por Santana Lopes, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, indicado pelo presidente Jorge Sampaio em julho de 2004. Após um período conturbado de denúncias de corrupção, demissões em cargos do alto escalão do governo, quatro meses após ter assumido o cargo, Santana Lopes pediu demissão. A Assembleia da República foi dissolvida e novas eleições legislativas foram realizadas em 2005. Santana Lopes se candidatou pelo PSD, que obteve o pior índice de aprovação de sua história, com 29,61% de votos, dando a vitória ao PS. Este, pela primeira vez conseguiu alcançar a maioria absoluta no parlamento. Em 2005, José Sócrates assumiu a pasta de Primeiro-Ministro[140].

3.1.1. Governos Guterres, 1995 a 2002

As eleições legislativas de 1995 refletiram um descontentamento da população com o último governo do PSD, com Cavaco Silva à frente do governo. Destaca-se, especialmente, as críticas feitas em relação à queda do desempenho econômico do país. Por outro lado, mesmo obtendo vitória, o PS obteve menos da metade das vagas da Assembleia, conseguindo nomear 112 dos 235 deputados no Parlamento. A 28 de outubro, o então presidente Mário Soares empossou António Guterres como Primeiro-Ministro.

Gueterres era militante do PS desde 1974, tendo ocupado a posição de deputado em alguns mandatos. Como secretário-geral do partido após 1992, empenhou-se na oposição aos Governos de Cavaco Silva, além de ter ocupado a de vice-presidência da Internacional Socialista. Ganhara algum destaque no cenário internacional, que lhe viria a ser útil quando em 2001, já no segundo mandato, se demitiu do cargo de Primeiro-Ministro, passando a pasta a Durão Barroso do PSD. Isto após as eleições legislativas de Março de 2002. Guterres assumiu, então, um posto no Alto Comissariado para Auxílio aos Refugiados, na ONU.

Durante seu primeiro mandato (1995-1999) como Primeiro-Ministro, sem o apoio da maioria no parlamento, Guterres teve que recorrer a acordos pontuais com os partidos de oposição (principalmente o Centro Democrático Social-CDS) conseguindo, assim, os votos necessários à aprovação de suas moções, e plano orçamentário. Tal caracterizou o primeiro governo em que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro pertenciam ao mesmo

[140] Conforme informações disponíveis em http://www.portugal.gov.pt, acesso em 10/08/2010.

partido, embora sem apoio parlamentar majoritário, e que conseguira o governo completar o mandato inteiro desde o 25 de Abril de 1974[141].

Em termos sociais, logo no início do primeiro mandato de Guterres foi criado o *Programa de Rendimento Mínimo Garantido*[142] (RMG), em cumprimento à designação de rendimento social de inserção (RSI). Ela havia sido aprovada em 1992 na *Recomendação do Conselho do MCE*[143]. O RMG é um programa de inserção social que visa disponibilizar acesso de um mínimo de recursos básicos às famílias mais carentes, permitindo que satisfaçam suas necessidades básicas[144]. O Programa tem sido criticado por segmentos da população que o interpretaram como uma forma de manutenção da pobreza existente.

O processo de privatizações continuou e ganhou maior volume, conforme afirmam Costa *et al*.[145]:

> Guterres continua a obra privatizadora de Cavaco Silva. Na indústria, vende a Gescartão e a Quimigal, a Companhia Nacional de Petroquímica, a Tabaqueira e a Fábrica de tabacos Micaelense, a Setenave e a Soporcel, a Companhia de Papel Pardo e a Cimpor. Mas é com a venda de partes dos monopólios que o governo do PS faz mais dinheiro: accionista privados entram na Petrogal/Galp, na Brisa, na PT (23,7%) na EDP. No setor bancário, o governo conclui os processos de privatização que estavam em curso desde os governos de Cavaco Silva: o BPSM, nas mãos de Champalimaud, o Banco de Fomento e Exterior, comprado pelo BPI, e o Banco Comercial dos Açores, que passam para as mãos de Horácio Roque, do Banif. O Banco Totta segue um percurso sinuoso[146] até ficar nas mãos do Santander.

O ano de 1996 se encerraria com uma receita advinda das privatizações no montante de 2.415,2 milhões de euros. O ano seguinte chega ao total de 4.324,6 milhões de euros. Em 1998 acmula 3.853,2 milhões de euros. Em 1999 corre uma queda e soma um total de 1.697,9

---

[141] Conforme informações de Almeida, Rui Lourenço Amaral. Portugal e a Europa, Ideias, Factos e Desafios, Lisboa: Sílabo, 2005. pp.319-333.
[142] Lei n.19-A assinada a 29 de Julho de 1996.
[143] Recomendação 92/441/EEC
[144] Segundo informações de Pereirinha e Nunes, Política Social em Portugal e a Europa, 20 anos depois IN: Romão (org.). Antonio, A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão. Coimbra: Almedina, 2006. pp.313-314.
[145] COSTA, Jorge *et alli*. ***OS donos de Portugal, cem anos de poder econômico (1910-2010)***.Porto:Afrontamento, 2010.pp.276-277
[146] Ainda segundo Costa et al. (2010, p. 294-295), a primeira tentativa feita de privatização do Banco Totta e Açores-BTA, no governo de Cavaco Silva em 1989, resultou no escândalo quando, em 1994 se verifica que o banco estava sendo controlado pelo grupo espanhol Santander. Como solução à época, Antônio Champalimaud, refeito economicamente das nacionalizações pós-revolução dados os ganhos obtidos com seus negócios no Brasil, compra a parte espanhola do banco, sem comprovar as origens dos recursos para tal. Até meados de 1999, o controle do banco fica em suas mãos. A partir dessa data, Champalimaud assina o acordo da venda de 40% da sua holding financeira, Munfiac para Emilio Botin, presidente do Santander-Central Hispano. A holding controlava a Mundial Confiança, o Banco Totta e Açores, o banco Chemical, entre outros. Em troca, Antonio Champalimaud se torna o quinto maior acionista do Santander, com 1,6% do grupo a principio, e depois passa a controlar 2,41%. Apesar dos protestos do governo português, a Comissão Europeia intervém e o processo se encerra como acordado entre Champalimaud e Botin.

milhões de euros. O ano seguinte se recupera e a receita das privatizações sobe para 3.344,5 milhões de euros. Por fim, em 2001 o valor total fica em 555,6 milhões de euros[147].

Na sua relação com a União Europeia, António Guterres tomaria como sua principal bandeira a adesão à moeda única, e consequente entrega das políticas cambial, monetária e orçamental a uma autoridade supranacional centralizadora. Ela resolveria, a seu ver, a crise pela qual a economia do país passava, conforme declarou em entrevista a um jornal de Lisboa em 1998 :

> (...) é verdade que o euro em si mesmo é um sustentáculo essencial para a Europa e que sem ele estaríamos, porventura, neste momento, numa grave crise do processo de integração europeia. A nova moeda vai gerar transformações no próprio relacionamento dos cidadãos europeus com a Europa e vai ajudar a criar um conjunto de condições de base que permitem aos responsáveis europeus – se estiverem à altura – a possibilidade de constituírem um projecto europeu sério[148].

Sua proposta de também centralizar o déficit dos Estados-Membros numa autoridade financeira centralizadora que os financiaria, nunca foi aceita pelos demais membros da UE.

Outros destaques da sua gestão na relação com a União Europeia foram: (1) a negociação do Tratado de Amsterdam (1996-97) e do pacote financeiro da "Agenda 2000" (1997-99); (2) a obtenção do acesso à 3ª fase da União Econômica e Monetária (1999); (3) a presidência portuguesa da UE (2000); e (4) a negociação do Tratado de Nice (2000), em que Portugal se destacou na liderança dos pequenos países membros, contra a proposta francesa de alteração de tratados já assinados. Visava a França modificar a ponderação dos votos e, assim, beneficiar Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha e também Espanha. Guterres conseguiu, com o apoio dos demais pequenos Estados-Membros, impedir a alteração, aprovando sua proposta. Nesta, Alemanha e Holanda passariam a responder fiscalmente por um Princípio de Diferenciação nas tarifas cobradas pelo uso da infraestrutura de transportes daqueles países o que tornaria os fretes rodoviários mais caros quando atravessassem seus territórios, já que estes possuíriam uma estrutura mais sofisticada. Tal assunto voltaria a ser discutido em 2003 e Portugal não conseguiria fazer aprovar uma medida que lhe fosse benéfica.

---

[147] Idem p.277. Valores obtidos pelos autores da base de dados do Ministério das Finanças, em milhões de euros, a preços correntes.

[148] António Guterres em entrevista ao jornal Público, Lisboa, 31-12-1998, disponível em http://www.publico.pt//1/?q=com o euro podemos construir um projecto europeu sério.asp, acesso em 02/04/2009.

A segunda presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, teve como destaque a questão da ampliação do bloco com a entrada de novos países. Mas o tema central de discussões foi o emprego, e como os Estados-Membros poderiam aumentar a taxa de emprego através da geração de novos postos de trabalho. A proposta vencedora das discussões priveligiou o maior investimento na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, como forma de aumentar a competitividade europeia e, consequente, aumento de postos de trabalho. A expressão "ouro cinzento" usada como metáfora para o conhecimento, inteligência e criatividade foi muito utilizada na reunião de março de 2000, quando se aprovou a "estratégia de Lisboa", ou seja, o compromisso dos diferentes chefes de Estado em criarem um Espaço Europeu de Pesquisa[149].

Nos dois governos socialistas de António Guterres, em termos de obras, destacam-se a construção de uma autoestrada de ligação do Norte ao Sul do país, a construção da barragem do Alqueva e a instalação de uma grande montadora de veículos – a Autoeuropa, da alemã Volkswagen – na cidade de Palmela, próxima à capital. Deu-se mediante um investimento de 485 milhões de euros do governo português. Outro destaque foi a feira internacional, EXPO 1998, que aconteceu em Lisboa[150].

Vale citar a participação de Portugal em 2001 naquele que ficou conhecido como Conselho Europeu de Gotemburgo. Sua principal meta foi a normatização dos transportes na UE. Assim, foi oficializada a primeira etapa da criação do Mercado Comum de Transporte de Mercadorias. Entre outras consequências das determinações desse evento destacam-se o continuado investimento na construção de rodovias em Portugal que se em 1990, possuia 316 km em total de estradas, em 2005, já contava com mais de 2.000 km de rodovias em uso. Dados da base Eurostat mostram que, em 2000, 75% dos transportes de cargas feitos dentro da EU, foram realizados pelo transporte rodoviário. Entre 1990 e 2000, Áustria, Alemanha e França foram os países com maior crescimento no transporte de cargas via transporte rodoviário. Nesse período, o crescimento do uso dessa forma de transporte nos países da UE foi de 40%.[151].

Em relação a Portugal, cerca de 78% do valor do comércio externo português, em 2005 era efetuado com outros países da União Europeia e 83% deste ocorria por v ia rodoviária. Em relação ao comércio com outros continentes, 68% do valor de bens

---

[149] Conforme Almeida, Rui Lourenço Amaral de. Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios. Lisboa:Edições Sílabo, 2005, pp.324-325.

150 De acordo com as informações de http://www.diario-universal.com/2006/11/aconteceu, acesso em 20/05/2010.

[151] Segundo informações disponíveis no endereço http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do ?tab=table&init=1&language=en&pcode=ttr00005&plugin= acessado em 28/10/2010.

comercializados se dava por via marítima. Dentro de Portugal o meio mais utilizado para o transporte de cargas era o rodoviário com as cadeias de abastecimento centralizadas e controladas exclusivamente por operadores nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto.[152]

A rede ferroviária continuou sendo desativada, e Portugal avançou em tal direção a uma velocidade superior ao restante dos países do bloco, com 8,3% da sua malha ferroviária sendo desativada de 1995 a 2005, contra uma média de 6,1% da UE. A Espanha, pelo contrário, no mesmo período, desativou apenas 1% da sua rede ferroviária. Ela, em Gotemburgo, assumiu um compromisso de acelerar o seu processo de desativação da malha. Contra o uso do transporte ferroviário pesa o fato de que somente nos países pertencentes à União Europeia, existiam em 2005, 23 sistemas de controle e sinalização de velocidade que além de distintos, são incompatíveis exigindo a troca de locomotivas nas fronteiras. A Estratégia de Lisboa de 2000 estabeleceu como uma das prioridades, o uso de transportes menos poluentes e, portanto, em 2006, iniciou-se o investimento para a implantação de um sistema de controle unificado que se pretende que entre em operação até 2013[153].

Adicionalmente, é importante salientar que a dependência portuguesa do petróleo só aumentou, terminando o ano de 2003 com 59% do consumo energético nacional baseado em combustíveis fósseis, contra 39%, em média, dos demais países da União Europeia.[154]

No plano de políticas externas, Guterres associou o seu nome à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em 1996, numa tentativa de recuperar a proximidade com as ex-colônias e aumentar sua esfera de influência econômica junto a elas. Houve uma maior aproximação econômica com o Brasil, com a ida de empresas portuguesas para o país; ganharam destaque também as negociações pela independência de Timor em 1999; e a devolução de Macau à China, nesse mesmo ano.

O XIV Governo se encerraria em 6 de Abril de 2002, com o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, após perda de apoio popular – comprovado na derrota sofrida pelo PS nas eleições autárquicas de 2001. Havia acusações de ter inchado os quadros do funcionalismo público com nomeações políticas, além de críticas quanto à política externa adotada em relação a Timor-Leste.

---

[152] Conforme dados disponíveis no endereço http://europa.eu/scadplus/scad_pt.htm, acessados em 28/10/2010.
[153] Segundo Carlos Cirino em artigo do Jornal Público de 28/05/2006, sob o título *Mercado único europeu dos comboios avança, p.54*
[154] Conforme informações de Fonseca, Carlos Correia, Transportes e infraestrutura de transportes pp.254-262 IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.245-253.

Sobre a derrota nas eleições autárquicas, os jornais à época comentaram:

> Os sociais-democratas conseguiram obter ontem uma vitória histórica e a hecatombe do PS levou o Primeiro-Ministro a anunciar a sua demissão. (...) António Guterres anunciou ontem que vai pedir ao Presidente da República a sua demissão do cargo de Primeiro-Ministro, para evitar que o país "caia num pântano político". A decisão foi comunicada ao país depois de uma reunião de emergência da direcção socialista, quando estava já adquirida que a derrota do PS nestas autárquicas assumia uma dimensão de hecatombe política. (...) A opção extrema de António Guterres foi tomada depois de ver o PS ser ultrapassado pelo PSD como o grande partido autárquico português, já quando era líquido que bastiões decisivos como Lisboa e Porto, importantes como Coimbra ou Faro e simbólicos como Sintra ou Setúbal tinham fugido das mãos do PS - e em todos os casos (à excepção de Setúbal, reconquistado pelo PCP) passado para a tutela do PSD.155

.

Uma das fontes de descontamento, segundo a imprensa, surgiu em função das 5.597 nomeações de funcionários públicos, feitas entre outubro de 1995 e junho de 1999. Só para os gabinetes ministeriais, foram aprovadas por Guterres, 2.132 nomeações de novos funcionários, de acordo com os dados de julho de 1999, divulgados pela Secretaria de Estado da Administração Pública do governo português[156].

Já sobre a política externa[157], questionava-se a atuação portuguesa no Conselho de Segurança da ONU, em relação a Timor-Leste, e ao alinhamento na OTAN com as políticas norte-americanas de expansionismo bélico após os ataques de 2001. Alguns jornais acusavam o Primeiro-Ministro de atender todas as demandas da UE, como havia feito seu predessessor:

> Vive-se uma crise de modelo porque o Governo de Guterres aceitou os critérios de Maastricht e o pacto de estabilidade na União Europeia; deixou que o país continuasse a desindustrializar-se, a agricultura e as pescas se arruinassem, que os centros de decisão continuassem a passar para as transnacionais e instâncias estrangeiras; prosseguiu na senda das privatizações, do investimento público concentrado no betão e nas auto-estradas; (...) Guterres tem sido o caso extremo de um primeiro ministro que navega ao sabor da onda: não demite nenhum ministro até que a demissão é imposta, não remodela até que a remodelação está feita nos jornais. A actual crise de governo é também uma crise de primeiro ministro plasticina, que se

---

155 Conforme artigo de SÁ LOPES, Ana. **Resultado Autárquico Força Demissão de Guterres.** Publicado no jornal O Público, disponível em http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=590&id=106268, acesso em 29/08/2010.

156 Segundo informações de http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTGovernos.html, acesso em 20/05/2010.

157 Conforme http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?did=107250&fid=92, acesso em 20/05/2010.

> molda às machetes da comunicação social e faz das sondagens a bitola de avaliação do comportamento governamental.[158]

Gueterres entregou o cargo novamente ao PSD, e Durão Barroso assumiu a pasta de Primeiro-Ministro em 2002.

3.1.2. Governo de Durão Barroso, 2002 a 2004

Os três últimos anos do perído estudado (2002-2005) assistiram a dois governos chefiados pelo PSD: o primeiro, de 2002 a 2004, constituído pela aliança entre o PSD e o Partido Popular-PP, após as eleições de março de 2002, em que assumiu a pasta de Primeiro-Ministro, Durão Barroso. Este governo se encerrou a 17 de Julho de 2004, quando Durão Barroso se demitiu para assumir o posto de Presidente da Comissão Europeia em Bruxelas.

No seu período à frente do governo, destaca-se o fato de Barroso, em 2003, perante a OTAN, ter mostrado forte alinhamento com as políticas norte-americanas de "combate ao terror" enviando tropas para o Iraque em apoio claro às invasões a tais países em oposição à opinião pública que preferia um alinhamento com os países membros da União Europeia.

Outros eventos de destaque desse período foram a assinatura da nova Concordata com o Vaticano, em 2004 – onde Portugal acatou as diretrizes de Roma e reafirmou a sua obediência à Igreja Católica –, e a realização de um campeonato europeu de futebol, o EURO 2004, que ocorreu em algumas cidades do país nesse mesmo ano. Touxe algum crescimento no setor de construção e serviços ligados ao turismo que expandiu cerca de 13,19% em participação no PIB no período de 2000 a 2005[159].

3.1.3. Governo Santana Lopes, 2004 a 2005

O segundo governo do período PSD seria chefiado por Santana Lopes, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do partido e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, indicado pelo presidente Jorge Sampaio em julho de 2004. Após um período conturbado de denúncias de corrupção, demissões em cargos do alto escalão do governo, quatro meses após ter assumido o cargo, Santana Lopes pediu demissão (embora continuasse

---

[158] De acordo com SANTOS, Carlos. ***A Entrega de Guterres***, IN: Jornal Crônica de Opinião de Setúbal, disponível no endereço http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=4397, acesso em 20/08/2010.

[159] Dados da Tabela 3.5.

no cargo até a realização das próximas eleições. A Assembleia da República foi dissolvida e novas eleições legislativas foram realizadas em 2005. Santana Lopes se candidatou pelo PSD, que obteve o pior índice de aprovação, com se disse, com 29,61% dos votos válidos, dando a vitória ao PS. Este, pela primeira vez conseguiu alcançar a maioria absoluta no parlamento. Em 2005, José Sócrates assumiu a pasta de Primeiro-Ministro[160].

A Europa pós-1995 havia mudado. Além de iniciar a revisão dos Tratados que levaria à crise da Constituição Europeia, passou a discutir os processos de adesão de novos países membros. Uma discussão que ficou conhecida como "Questão do Alargamento". Nesse sentido, Portugal defendeu a entrada de novos países no bloco – a maioria, países do leste europeu. Adicionalmente, aumentava o ritmo da dificuldade dos membros da UE para manter as anteriores políticas de financiamento, levando a um piora na situação econômica portuguesa, conforme veremos no item 3.4. deste capítulo.

3.2 Efeitos dos ajustes da política econômica do período anterior

As políticas iniciadas no primeiro decênio de adesão ao bloco europeu foram continuadas. Seus resultados tornaram-se mais concretos, conforme será analisado no item 3.4. deste capítulo. A seguir, descreve-se como os principais setores econômicos portugueses foram abordados em termos de medidas políticas. Destaca-se que tais políticas, na sua grande maioria, foram determinadas pelo conjunto de Estados-Membros da União Europeia. Portugal se limitou a seguir as diretrizes aprovadas.

A continuação da aplicação da Política Agrícola Comum-PAC, iniciada em 1992, levou a produção de produtos primários, paulatinamente, a um quadro de impossibilidade de concorrência com os preços dos produtos externos. Assim, o desmonte da estrutura anteriormente suportada pelo Estado fez com que, ao final de 2003, 76% das explorações agrícolas tivesse menos de 5 hectares, e a maior parte dos produtores em atividade, pertencesse a uma faixa etária de 65 anos de idade ou mais. Já a produtividade dos empreendimentos agrícolas, segundo Avillez[161], era de 50% daquela obtida nos empreendimentos semelhantes na Grécia, Holanda e Itália. Deste modo, encolheram as

---

[160] Conforme informações disponíveis em http://www.portugal.gov.pt, acesso em 10/08/2010.

161 Avillez, Francisco, A agricultura portuguesa: balanço de duas décadas de integração europeia IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.135-166.

propriedades ativas, diminuiu a produtividade e a mão-de-obra ativa no campo havia envelhecido.

O setor da pesca, tradicional na economia portuguesa, sofreu uma queda de 50% em sua produtividade de 1996 a 2004. A pesca em águas nacionais, nesse período, diminuiu 13,47% em adição aos 20,58% que haviam sido perdidos no período de 1986 a 1995. Já a pesca em águas estrangeiras sofreu queda de 12,2 % entre 1996 e 2004. Isto, após a queda de 74,38% do período 1986 a 2004, tornaria a pesca portuguesa em águas internacionais inexpressiva se comparada aos anos 1960. Então representava 50% de todo o pescado do país. No início dos anos 2000, não somavam 20% das capturas efetuadas pelos navios pesqueiros do país em águas externas. Os 60 navios que o país mantinha em águas estrangeiras em 2005, pescavam nas costas de ex-colônias, como Moçambique e Guiné-Bissau; nas águas do Atlântico Norte – a famosa pesca do bacalhau –, e na costa da África ocidental. A pesca em águas nacionais também sofreu perdas para atender as exigências da UE[162]. Assim, se já havia uma queda de 20,58% na pesca em águas portuguesas de 1986 a 1995, o segundo decênio de Portugal integrado ao bloco europeu assistiria a mais uma queda de 13,47%, somando uma perda de 31,28% no período total[163].

A indústria portuguesa de beneficiamento do pescado teve que recorrer à importação de matéria prima para suprir seu funcionamento. Tanto o setor de salga e secagem do bacalhau quanto as indústrias de produção de conservas conseguiram, no entanto, crescer. O primeiro setor conseguiu um crescimento de 41 % entre 1995 e 2004. Já o segundo, cresceu apenas 12,07% no período. Destaca-se o surgimento da indústria de congelados que conseguiu despontar no país, crescendo 237,9%% nos nove anos observados. Porém, as tentativas de implantação de aquicultura, em conformidade aos planos europeus de preservação do pescado em mar livre, não resultaram em mais do que 4% do total de pescas do país de 1996 a 2004 [164].

A frota portuguesa, nos vinte anos de adesão, sofreu uma diminuição drástica de seus números em resposta aos prêmios para abate de embarcações – bem como aos subsídios na área social para apoio aos pescadores que parassem com a atividade pesqueira. Prêmios e

---

162 Segundo determinação de cotas, as chamadas TAC-Totais Admissíveis de Captura, determinados pelas comissões de Bruxelas. Os países podem negociar entre si as cotas de pesca mas o total estipulado não pode ser ultrapassado sob pena de pesadas multas.

163 Conforme Leal, Manuel Cardoso, As pescas portuguesas: balanço de 20 anos de integração europeia IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.171-173.

164 Idem p.179.

subsídios estes, fornecidos pela UE. Assim, de 1986 a 2005, foram empregados aproximadamente 262 milhões de euros para esse fim, e cerca de 1500 embarcações foram destruídas. No entanto, foram também fornecidos cerca de 200 milhões de euros adicionais para a construção de 740 navios novos e mais potentes para substituição às embarcações mais rústicas que dependiam de maior uso de mão-de-obra. A orientação geral da UE foi no sentido de redução de toda a frota pesqueira de seus membros. Tal frota, entre 1995 e 2005, sofreu queda de 14,4% no número de embarcações e 10,7% na capacidade de tonelagem[165].

Portugal, após a adesão ao bloco econômico europeu, passou a integrar à sua pauta de importações, a compra crescente de pescado – peixe fresco, congelado e salgado, bem como crustáceos e moluscos – com um crescimento de 62,64% entre 1990 e 2004, contra um aumento de 20,76% de suas exportações de produtos da pesca no mesmo período[166].

O setor pesqueiro, no geral, sofreu queda de participação no PIB do país – a variação da participação das atividades extrativas, pesqueiras e de agropecuária no período de 1996 a 2005, em % do Valor Adicionado Bruto, atingiu os -16,84%, conforme se vê na tabela 3.5 – e perdeu o status de atividade tradicionalmente vital às populações costeiras.

No segundo decênio de Portugal na UE, a indústria portuguesa manteve o padrão de produção predominante de vestuário e calçados, além de madeira, cortiça, papel, peles e couros. Já o setor de máquinas passou a ter algum destaque em 2002 quando as suas exportações passaram a suplantar as de texteis. O ano de 1996 teve como destaque a implantação da fábrica automotiva AutoEuropa, que, conforme citado no item 3.1.1., permitiu alterar o perfil da produção industrial do país ao criar uma significativa cadeia de fornecimento de auto-peças e componentes diversos para seu atendimento[167].

No setor terciário, destaca-se a continuidade do crescimento do setor bancário e financeiro, em geral, bem como das contruções, seja na expansão imobiliária, seja na de infraestrutura de transportes.

Para Magriço[168], o período se caracterizou pela continuidade de concentração das instituições financeiras e o desaparecimento da maior parte das de menor porte, centralização esta obtida frequentemente por meio de fusões, aquisições e alianças. Se em 1987, o país

---

165 Idem pp.182-185.
166 Idem, p.180.
167 Segundo dados de Jacinto, Ana e Santos, Vítor, A indústria portuguesa: desindustrialização – progresso ou declínio? IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.191-201.
168 Magriço, O setor financeiro duas décadas depois IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.360-371.

somava 26 bancos, entre públicos e privados, em 2005, o número seria de 50. No entanto, o número de funcionários cairia de 58.500 em 1987, para menos de 53.000 em 2004, com destaque para o número de funcionários por agência que caiu de uma média de 39 em 1987, para menos de dez em 2004. Adicionalmente, o setor se tornou mais privado na medida em que no ano de 1987, os quatro maiores bancos do país eram públicos e apenas um deles permanece em 2004. Mesmo assim, em queda de participação no mercado – 26% em 1987 contra 19% em 2004.

Em termos de regulamentação do setor financeiro, Portugal nos vinte anos de integração conseguiu cumprir as determinações da UE e atendeu aos chamados "cinco pilares fundamentais" para o setor, permitindo[169]:

1. a liberdade de estabelecimento das instituições financeiras no país;
2. liberdade de prestação de serviços financeiros de todos os níveis;
3. o reconhecimento das regulamentações dos demais Estados-Membros;
4. a liberdade de circulação de capitais; e
5. a união econômica e monetária.

Sobre as políticas monetárias e cambiais, o período de 1992 a 1998 seria de convergência e preparação para a adesão à moeda única. Como tal, foi importante a revisão da Lei Orgânica do Banco de Portugal. Na área de câmbios, deu-se a integração ao Mecanismo de Taxas Comuns (MTC) a partir de 1992. No final do período, em maio de 1998, Portugal foi recompensado pelo esforço em cumprir as determinações do MCE e autorizado a integrar o grupo fundador do euro[170].

O custo interno do processo de adesão ao euro foi a paralização do crescimento da base monetária; suspensão de novas emissões; a taxa de juros manteve uma tendência decrescente, com a taxa de redesconto atingindo 3% em 1999. Já os bancos comerciais congelaram suas taxas a 8%, permitindo a convergência sem maiores sobressaltos nas instutuições financeiras do país[171].

---

169 Idem p.383

170 De acordo com António Mendonça e Manuel Farto. A política monetária nos últimos 20 anos. IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. p.413.

171 Conforme Nunes, Ana Bela e Valério, Nuno. Moedas e Bancos. IN: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. ***História Econômica de Portugal***. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, pp.249-251.

A primeiro de janeiro de 1999, após noventa anos de uso do escudo, a moeda portuguesa seria substituida pelo euro e permitiria que o país integrasse o Eurossistema. O nome é dado à estrutura composta pleo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e pelo Banco Central Europeu (BCE) que se tornou o responsável pela definição e execução da política monetária dos países-membros, pelas operações combiais, a guarda e gestão das reservas cambiais oficiais dos membros, além de gestora do sistema de pagamentos do sistema como um todo[172].

O objetivo primordial do BCE para esse primeiro período de nova moeda foi garantir a estabilidade do nível de preços e impedir que a nova moeda perdesse credibilidade frente a uma possível inflação.Para tanto foram traçadas duas estratégias ou "pilares"de atuação. A primeira delas foi estabelecer um aumento anual de 2% no Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IPCH), válido para toda a área do euro. A segunda estratégia foi a fixação de um valor de referência para o agregado monetário M3, em função da importancia atribuída à moeda como uma âncora. Tal valor ficou fixado em 4,5% ao ano[173].

Em Portugal, após a adesão à moeda única, as taxas de inflação perseguiram o máximo de 2% fixado pelo BCE, com exceção de 2001 quando atingiu 2,4%, no entanto, foi observado desempenho semelhante em outros países da zona do euro com leve aumento da taxa inflacionária, acima da meta fixada pelo BCE[174].

De forma geral, a economia portugesa estagnou no segundo decêncio da adesão ao bloco econômico europeu, conforme se pode ver nas taxas de crescimento anual do PIB com valores cada vez menores, e inclusive uma taxa negativa no ano de 2003. Os dados completos estão na Tabela 3.3 do item 3.4. Eles colocam em dúvida a eficiência da continuidade das medidas adotadas, no sentido de convergência à União Europeia nos vinte anos estudados.

---

172 Conforme os artigos 105, 106 e 107 do Tratado da União Europeia, disponível no endereço http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:321E:0001:0331:PT:pdf acessado em 19/08/2010.
173 Conforme com António Mendonça e Manuel Farto. A política monetária nos últimos 20 anos. IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. p.421.
174 Idem,pp.430-434

3.3 DA "ESTRATÉGIA NACIONAL" À "INSERÇÃO SUBALTERNA": O LUGAR DA ECONOMIA PORTUGUESA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Ao aderir ao Mercado Comum Europeu, Portugal optou por ocupar uma posição na Divisão Internacional do Trabalho que era distinta daquela que ocupava anteriormente. Então, seu foco estava voltado para o Atlântico e suas possessões no continente africano. Nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, o país fez um esforço político no sentido de participar de instituições internacionais, como a OTAN e a Associação Europeia de Livre Comércio. Nessa época, o comércio externo se tornou o mecanismo de alavancagem para intentar o processo de industrialização do país, que iria perdurar até metade da década 1970. Assim, a indústria portuguesa se constituiu com vistas a atender o mercado externo e não o interno[175].

Entre o período da Revolução de Abril de 1974 e a adesão à CEE, o norte das relações econômicas portuguesas permaneceu condicionado pela sua participação no mercado externo. Nesse período, destaca-se o efeito da recessão internacional, causada pelas crises do petróleo que foi especialmente prejudicial a Portugal, dada sua dependência total de importações de combustíveis fósseis. Como efeito direto, os termos-de-troca se deterioraram e o Balanço de Pagamentos do país teve seu desempenho prejudicado. Adicionalmente, a queda na remessas de divisas dos emigrantes portugueses piorou ainda mais a situação. Há ainda que destacar os efeitos do processo de retirada portuguesa das ex-colônias africanas. Tal levou a uma queda acentuada da participação dos países de língua portuguesa (PALOP) na Balança Comercial do país. Se no começo dos anos 1970, o peso das exportações portuguesas era de 25% com destino a tais países, em 1985, o peso se reduzira a apenas 4%. Tais exportações se reorientaram no sentido de abastecer os países da UE-15 através de acordos estabelecidos após a Revolução de 1974. De igual modo, as importações para com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) caíram de 14% em 1970, para 1% em 1985[176].

---

[175] De acordo com Afonso, Óscar e Aguiar, Álvaro em A internacionalização da economia IN: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. ***História Econômica de Portugal***. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, pp.305-307.

[176] Dados informados por Dias, João em O comércio externo português e a integração europeia: alterações estruturais, conteúdo tecnológico e competitividade IN: Romão (org.). Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão***. Coimbra: Almedina, 2006. pp.519-521

Tabela 3.1: Evolução de origens e destinos do comércio externo português, anos selecionados, em porcentagem do volume total negociado.

Países	Importações		Exportações	
	1985	2005	1985	2005
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
UE-15	35,57	77,39	36,27	79,97
Espanha	5,37	29,99	2,22	25,50
França	5,93	9,33	6,73	13,81
Alemanha	8,58	14,19	7,26	13,37
Reino Unido	5,49	4,60	7,67	9,48
Itália	3,76	6,02	2,08	4,33
Holanda	2,31	4,62	3,64	4,04
Bélgica	1,56	2,89	1,88	4,20
EUA	3,93	2,31	4,83	5,91
China	0,28	1,00	0,22	0,34
Japão	2,68	1,42	1,02	0,31
PALOP	0,43	0,09	3,40	3,07
Demais países	57,11	17,79	54,26	10,40

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

A mudança estava pois em andamento, de país voltado para o Atlântico, Portugal se voltava para o continente europeu agora. Os dados do comércio exterior comprovam a mudança. Após a adesão à CEE em 1986, o desempenho da economia portugesa passou a ser afetado pelo seu relacionamento com o mercado do continente europeu, em destaque, com a vizinha Espanha que se tornaria seu principal parceiro comercial dentro da comunidade. Os anos após a entrada no bloco europeu registraram alterações importantes na estrutura global do comércio externo do país. Os efeitos da integração europeia para Portugal nesta área podem ser vistos na Tabela 3.1 onde se observa a evolução das origens e destinos do comércio externo português em 1985 e 2005.

Como se pode notar, as relações comerciais com a Espanha aumentaram cerca de 5 vezes o peso no total das transações, tanto em termos de exportações – passando de 5,35% em 1985 para 29,99% em 2005 – quanto de importações – que cresceram de um peso de 36,27% em 1985 para 79,97% em 2005. Merece destaque, também, a diminuição do peso das transações comerciais com o Reino Unido, tradicional parceiro de Portugal desde o século XVIII. Este, no entanto, perdeu seu papel de fornecedor de produtos de maior valor agregado para Portugal e passou a comprar produtos portugueses em maior quantidade. Assim, as importações portuguesas de produtos ingleses passou de 5,49% para 4,60% nos vinte anos

estudados. Já as exportações portuguesas em direção ao Reino Unido aumentaram de 7,67% do total exportado para 9,48% no mesmo período.

As relações com os países da UE-15, no total, cresceram em mais do dobro – de 35,57% em 1985 das importações, para 77,39% em 2005, e de 36,27% em 1985 para 79,97% em 2005 no que toca às exportações.

A queda do peso dos demais países do mundo na balança comercial portuguesa também chama a atenção na medida em que Portugal cortou pela metade suas importações e diminuiu para um quinto o peso das exportações para esses países. Assim, de 57,11 % de peso em 1985, as importações portuguesas passaram para 17,79% em 2005; e as exportações se reduziram de 54,26% em 1985, para 10,40% em 2005. Tais dados permitem que se observe um aumento na dependencia portuguesa em relação à UE e um descolamento dos mercados externos a tal bloco.

Antônio Romão[177] destaca que após a adesão à CEE, os setores mais tradicionais portugueses como madeira, cortiça, têxteis, papel, vestuário e calçados perderam peso nas exportações do país, passando de 49% do total exportado em 1985, para menos de 30% em 2005. Uma perda de 20 pontos percentuais em 20 anos. Já o setor de máquinas e equipamentos de transporte subiu de 15% do total exportado em 1985 para 34% em 2005. Uma alteração qualitativa que mostra a perda de importância das indústrias tradicionais portuguesas. Outros setores que obtiveram maior colocação no setor externo foram os produtos químicos, minérios e metais.Tais dados podem ser observados na Tabela 3.2.

Tabela 3.2: Evolução das importações e exportações portuguesas para a UE-15 por grupos de produtos, anos selecionados, em porcentagem do total.

Produtos	Importações		Exportações	
	1985	2005	1985	2005
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Agro-alimentares	15,22	12,30	9,73	7,60
Energia	25,93	11,00	4,45	2,90
Químicos	11,98	13,90	7,77	9,10
Madeira, cortiça e papel	4,39	5,00	13,62	9,50
Peles, couro e têxteis	8,95	7,40	12,42	5,60
Vestuário e calçados	nc	nc	23,35	14,10
Minérios e metais	8,43	10,30	7,04	11,60
Máquinas	14,91	20,90	11,86	19,00
Material de transportes	6,97	14,00	3,83	15,40
Produtos acabados diversos	3,22	5,20	5,93	5,20

177 Romão Antonio, ***A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão.*** Coimbra: Almedina, 2006. p.35.

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

Em relação às importações, observa-se um aumento no peso das máquinas, materiais de transportes e produtos acabados diversos. Adicionalmente, Romão[178] destaca três aspectos relevantes na pauta de importações do país nos vinte anos de adesão: (1) – a dependência alimentar e energética se manteve; (2) – a manutenção dos patamares de dependência dos produtos industrializados aumentou; e (3) – o crescimento da dependência de máquinas e material de transporte passou de 22% para 35% nas duas décadas.

Já o que tange às exportações, destaca-se a queda em quase todos os setores, à exceção de minérios, produtos químicos, materiais de transporte e máquinas em geral. Tais resultados devem-se principalmente à exploração desses setores por consórcios multinacionais, como o já citado caso da montadora de veículos Autoeuropa.

Outra importante área das relações externas portuguesas são seus fluxos migratórios. O país é fornecedor tradicional de mão-de-obra para diversas áreas do globo. Os capitais remetidos pelos emigrantes de volta a Portugal tiveram destaque na história econômica portuguesa, por representarem importantes fluxos de entrada de recursos para o país. Como exemplo, pode-se citar que de 1960 a 1974, os emigrados portugueses remetiam ao país 12% do PIB. Se durante as primeiras seis décadas do século XX, Portugal forneceu mão-de-obra para suas ex-colônias na África e América do Sul, após 1965, o fluxo migratório começa a se deslocar para países da Europa, com destaque para a França – representando 62% dos emigrantes – e Alemanha – com um peso de 13% do total de emigrados no período de 1965-1975[179].

Após 1975 e durante toda a década de 1980, Portugal passou por dois processos simultâneos: o primeiro refere-se ao retorno de muitos emigrantes – nem tanto das ex-colônias, um episódio pontual e de curta duração (1974 a 1976) que provocou a vinda de menos de 500 mil imigrantes para Portugal – mas de outros países que sempre representaram um destino tradicional dos emigrantes portugueses, seja nas Américas, Ásia, mas principalmente da própria Europa. Assim, retornaram ao país mais de um milhão de portugueses que saíram de países europeus, após incentivos dos governos de tais países que buscavam reduzir os números de trabalhadores estrangeiros em seus territórios. O segundo

[178] Idem, p.35.
[179] De acordo com dados de Veiga, Teresa Rodrigues. A transição demográfica IN: : Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. ***História Econômica de Portugal***. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, p.59.

fenômeno de destaque no período foi a queda de saídas da população, que parou de ver o estrangeiro como única possibilidade de crescimento[180].

Após 1985, os portugueses voltaram a emigrar a uma média de 25 mil saídas anuais. Contudo, a partir da adesão ao MCE, com a abolição da necessidade de uso de passaporte, fica difícil precisar os destinos dentro da Europa para aonde os portugueses se dirigiram em busca de emprego e melhores condições de vida. O período também observou uma inversão do fluxo migratório português, na medida em que aumentou sobremaneira a entrada de imigrantes vindos das ex-colônias – com destaque para o Brasil – e de outros países do globo, tornando Portugal uma porta de entrada para o acesso ao MCE.

No Gráfico 3.1, pode-se observar o fluxo de emigração e imigração legalizadas ocorridos nos anos após a adesão portuguesa à Comunidade Europeia. Destaca-se o aumento de imigração que no início do período totalizou cerca de 82 mil imigrantes legalizados. Em 2004, assistiu à entrada de 265 mil indivíduos que buscaram Portugal para se estabelecerem, ou para dali emigrarem para outros destinos dentro da Europa.

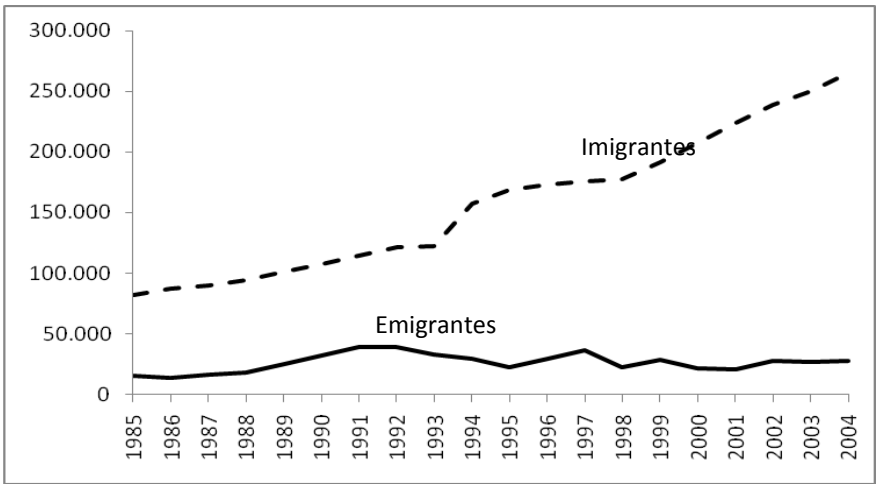

Gráfico 3.1: Emigração e Imigração em Portugal de 1985 a 2004, em total de indivíduos.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010.

O saldo positivo para o fluxo migratório em Portugal, no entanto, é vital para o país, pois sua população envelhece a um ritmo superior à UE-15. Há necessidade de aumento da população em atividade, até mesmo para garantir os programas sociais e de aposentadoria. Assim, a entrada de imigrantes em Portugal supriria, em tese, tais necessidades. É evidente que as condições de entrada e inserção do fluxo migratório positivo seriam variáveis

[180] Idem, p.60

altamente relevantes no processo. Deste modo, seria necessário, para aceitar-se o que os dados primários parecem sugerir, conhecer as seguintes características: (a) condição de entrada dos imigrantes; (b) inserção dos imigrantes nas redes de proteção e seguridade social; (c) evolução da massa salarial média dos imigrantes; e (d) distribuição de renda por classe, destino e função exercida pelo imigrante no país. Apenas com um nível maior de desagregação nas informações seria possível corroborar, ou não, a realidade da tese proposta.

A inserção de Portugal na Divisão Internacional do Trabalho, a partir de sua entrada na União Europeia, se dá, dessa forma, seguindo uma série de prerrogativas que a transformam em um processo de incorporação e esterilização de uma economia considerada marginal, do lado da oferta de produtos, e da restrição do mercado doméstico português à oferta da União Europeia, do lado da demanda; o que, em conjunto, causa uma série de desequilíbrios na estrutura da economia lusitana, conduzindo-a a uma situação progressivamente deficitária e dependente para com a UE.

Em primeiro lugar, deve-se compreender o processo de incorporação de Portugal à UE como dado dentro do conjunto da Península Ibérica. Ou seja, juntamente com a Espanha. Portugal tem sua economia compreendida pelo restante da UE, ora como um competidor a ser superado ou eliminado (caso da pesca e da produção agrícola e primária em geral, que sofreram restrições não apenas de preço, mas físicas); ora não como um parceiro ofertante de mercadorias que aumentariam uma suposta "eficiência" do Mercado Comum. Nesse sentido, entre indesejada e irrelevante, a participação portuguesa na oferta agregada total da UE pode ser considerada *marginal*.

Descartada a importância da oferta portuguesa de produtos à UE, resta a demanda como componente motivador da entrada destes na comunidade. Eliminado o contato português – e o acesso a novos mercados – com o exterior, o país tornou-se um ávido consumidor dos produtos ofertados pelo restante da UE. O resultado se mostra evidente na balança comercial e nos crescentes déficits causados pelo aumento das importações em desproporção clara às exportações. Os desequilíbrios gerados por tais déficits no nível de preços relativos, nas contas públicas, na taxa de juros doméstica e no grau de endividamento do país com o restante da comunidade, conforme se constata no item 3,4 do presente capítulo. Eles parecem transformar Portugal em um problema gestado para o futuro do bloco, uma caricatura pálida das colônias dos tempos de além-mar. Com uma oferta subvalorizada e uma demanda supervalorizada de seu comércio externo, Portugal ver-se-ia, paradoxalmente, com sua entrada na UE, reproduzindo as condições esquemáticas do *pacto colonial*, ao qual ele mesmo havia submetido diversos outros territórios ao longo de sua história?

3.4 ANÁLISE DO AMBIENTE ECONÔMICO: 1996 – 2005

Conforme exposto na Tabela 3.3. da segunda metade dos anos 1990 em diante, a economia portuguesa sofreu uma desaceleração da evolução de seu produto, reduzindo sua taxa de crescimento de 4,7% em 1998 para 2% em 2001. Tal movimento acompanha o patamar da UE-15, com uma diferença: este grupo de países apresenta uma alta desde 1996 , enquanto Portugal refreia sua tendência ascendente em 1999 e 2000. No início do século XXI, nota-se uma crise no crescimento econômico geral da UE, que afetou Portugal de maneira mais intensa. Isto contribuiu para que em 2003, chegasse a ocorrer uma depressão de 1,2%.

Tabela 3.3: Evolução do PIB de Portugal e UE-15 entre 1996 e 2005 (em milhões de euros).

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ano	**PIB a preços correntes Portugal**	**Variação real PIB pm %**	**PIB a preços Correntes UE-15**	**Variação real do PIB pm %**
1996	93.200	3,60	7.027.000	1,70
1997	99.400	4,20	7.394.000	2,70
1998	106.300	4,70	7.736.000	3,00
1999	114.500	3,90	8.131.000	3,00
2000	122.300	3,80	8.682.000	3,80
2001	129.100	2,00	8.995.000	1,90
2002	135.000	0,50	9.316.000	1,10
2003	137.000	-1,20	9.460.000	1,10
2004	142.400	1,20	9.890.000	2,30
2005	145.900	0,40	10.196.000	1,40

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

Ainda analisando a evolução do PIB português, o Gráfico 3.2 sugere que, frente aos demais membros da UE-15, Portugal apresentou um comportamento mais volátil em relação aos extremos. Houve crescimento maior em alguns anos e queda do ritmo de crescimento mais acentuada em outros, mas nada característico de comportamento distinto da flutuação regular de uma economia comum. Uma tendência linear quase paralela ao eixo, apresentada pelos países do UE-15, foi acompanhada de uma curva notadamente descendente no caso português.

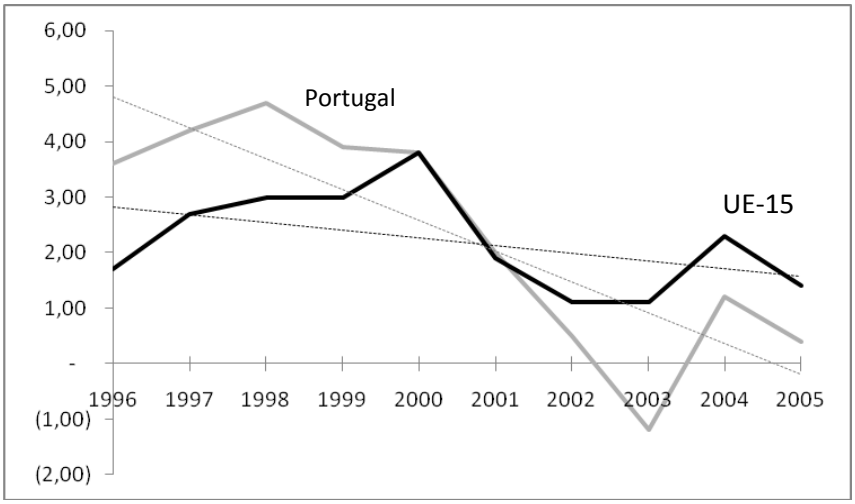

Gráfico 3.2: Evolução real do PIB pm de Portugal e UE-15, de 1996 a 2005 (em mil euros).

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

Entre 1996 e 2005, ocorreram mudanças na composição do produto em Portugal. As atividades do sertor primário, concentradas no Grupo 1 da Tabela 3.4 e do Gráfico 3.2, observaram uma queda de 5,56 % em 1996 para 2,79% do Valor Adicionado Bruto em 2005. Conforme se apresentou no item 3.2, a Política Agrícola Comum e as políticas de prêmio ao abate de embarcações e incentivo à diminuição da atividade pesqueira explicam a ocorrência de tais quedas. Houve uma retração absoluta, nesse setor, de 16,84% no período analisado conforme consta na Tabela 3.5. De igual modo, o setor da indústria e energia – Grupo 2 – apresentou queda de participação na economia, passando de 22,40% para 17,98% do Valor Adicionado Bruto no período.

Tabela 3.4: Origem setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (em porcentagem do Valor Adicionado Bruto – VAB)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Setor / Ano	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
GRUPO 1	5,54	4,64	4,30	3,99	3,78	3,60	3,32	3,25	3,17	2,79
GRUPO 2	22,40	22,04	21,55	21,08	19,97	19,52	19,19	18,77	18,32	17,98
GRUPO 3	6,47	7,04	7,29	7,31	7,60	7,75	7,60	7,06	7,07	6,88
GRUPO 4	23,87	24,15	24,14	23,95	24,07	24,47	24,45	24,26	24,59	24,76
GRUPO 5	19,27	19,67	20,00	20,52	20,59	20,49	20,46	21,05	20,95	20,96
GRUPO 6	22,46	22,46	22,72	23,14	23,98	24,18	24,98	25,62	25,91	26,64

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pela autora. Sendo: GRUPO 1 - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura; GRUPO 2 – Indústria e energia; GRUPO 3 – Construção; GRUPO 4 - Comércio e reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restaurantes; transportes e comunicações; GRUPO 5 - Atividades financeiras, imobiliárias, alugueis de imóveis e serviços prestados às empresas; e GRUPO 6 - Outras atividades de serviços.

Em contrapartida, o setor terciário – que engloba os grupos 3, 4 e 5, correspondentes às atividades da área da construção, comércio e manutenção de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restaurantes; transportes e comunicações, e de serviços diversos – manteve um ritmo de leve crescimento no período. Destaca-se a variação de participação do setor de serviços diversos (Grupo 6) que passou de uma participação de 22,46% do VAB em 1996, para 26,64% em 2005, comprovando o crescimento maior deste setor na economia portuguesa, no entanto sem atingir os índices observados no primeiro decênio de participação no bloco onde a participação do mesmo setor passou de 18,24% em 1985 para 26,33% em 2005.

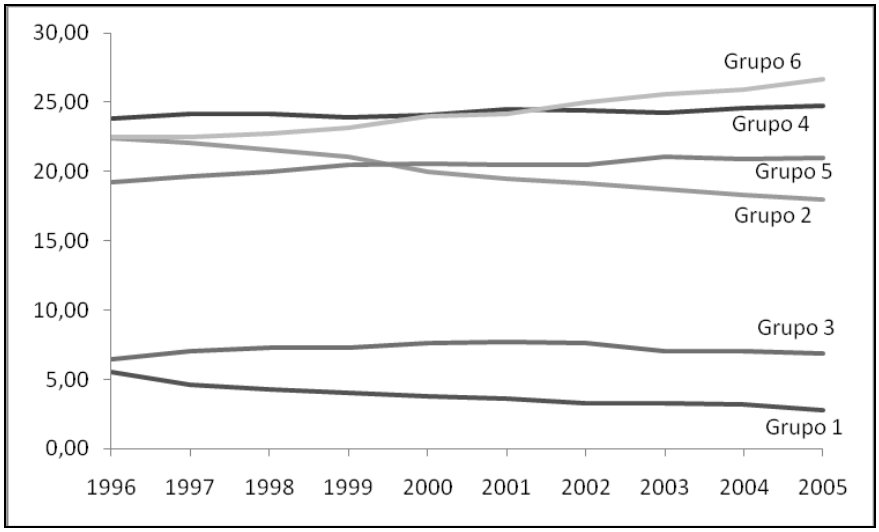

Gráfico 3.3 : Origem setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (em porcentagem do Valor Adicionado Bruto – VAB).

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pela autora. Sendo: GRUPO 1 - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura; GRUPO 2 – Indústria e energia; GRUPO 3 – Construção; GRUPO 4 - Comércio e reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restaurantes; transportes e comunicações; GRUPO 5 - Atividades financeiras, imobiliárias, alugueis de imóveis e serviços prestados às empresas; e GRUPO 6 - Outras atividades de serviços.

Seguindo a tendência observada nos dez primeiros anos de adesão de Portugal ao MCE, o setor terciário em geral, e os setores ligados às atividades financeiras, imóveis e prestação de serviços diversos, em particular, continuou a apresentar uma trajetória ascendente de participação na economia portuguesa. Cresceu no período analisado, 65,48% para o setor de comércio e serviços em geral; 80,76% de crescimento para a área financeira e de imóveis; e 93,80% para os demais serviços, conforme se observa na Tabela 3.5 a seguir.

Tabela 3.5: Variação setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (*)

(1)	(2)	(3)	(4)
	1996 a 2000	**2001 a 2005**	**1996 a 2005**
Valor Adicionado Bruto	*34,68*	*13,78*	*62,26*
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura	-8,06	-10,22	-16,84
Indústria, incluindo energia	20,09	3,07	28,07
Construção	58,29	0,56	71,81
Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens; turismo; transportes e comunicações	35,85	13,19	65,48
Atividades financeiras, imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	43,92	19,22	80,76
Outras atividades de serviços	43,79	26,22	93,80

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pela autora.

Para Ana Jacinto e Vitor Santos[181] as tendências expostas mostram o processo de desindustrialização da economia portuguesa.

Ao se realizar uma regressão linear[182] tomando como variável dependente o nível de renda, e como variável independente, o nível de investimento, notou-se uma relação estreita da Formação Bruta de Capital Fixo com o crescimento do produto português, para o período entre 1996 e 2005. Tal relação chega a ser linear direta.

A tendência histórica do investimento[183], por sua vez, obedece a regularidade da taxa média de 25% do PIB, gerando um efeito multiplicador próximo de 4.

A análise da Formação Bruta do Capital Fixo, como se pode acompanhar pelo Gráfico 3.4, manteve tendência de crescimento em valores absolutos, com um aumento mais pronunciado entre os anos do meio da série e passando a diminuir o ritmo de crescimento após 2003, quando ele se conteve. O ano de 2003 foi marcado por crise de investimentos na UE que se refletiu nos dados observados.

---

181 Jacinto, Ana e Santos, Vítor, A indústria portuguesa: desindustrialização – progresso ou declínio? IN: Romão (org.). Antonio, A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão. Coimbra: Almedina, 2006. pp.191-201.

182 Dados da regressão: Y = a + b X , em que
Y = PIB em milhões de euros
X = Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo, em milhões de euros.
a = 0 e b= 4,110617
R^2=99,4186 %
F estatístico=1497,5

183 Dados da regressão: Y = a + bX, em que
Y= Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo, em milhões de euros.
X = tempo em anos (1996 a 2006)
A = 0 e b = 4218,0113
R^2= 85,80131 %
F estatístico = 60,42905 com 11 observações (1996 a 2006).

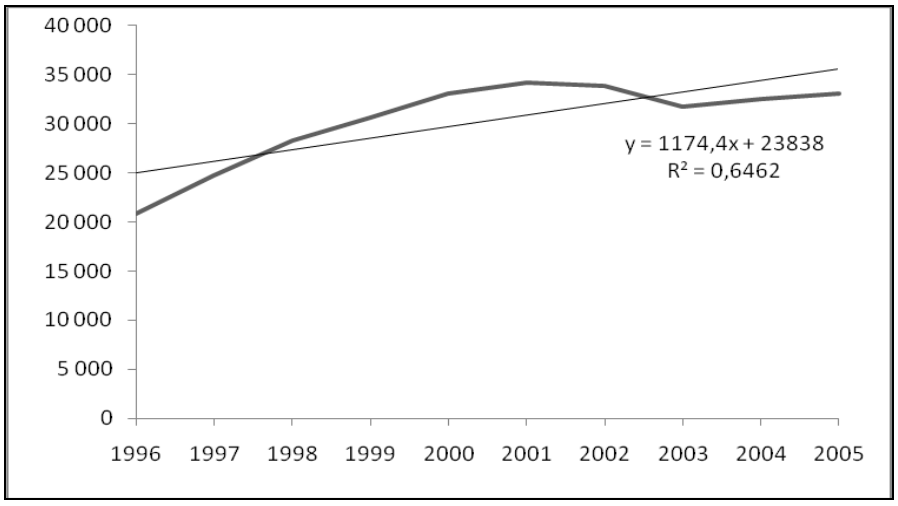

Gráfico 3.4: Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo e tendência temporal linear, 1996 – 2005, em milhões de Euros

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009. Cálculos efetuados pela autora.

Para se calcular a sensibilidade do Produto em relação a variações da Formação Bruta de Capital Fixo, estimou-se a seguinte equação:

(I) ln Y = a + b ln Y

em que:

Y = Produto Interno Bruto português, 1996 – 2005, em milhões de euros

X= Formação bruta de capital fixo português, 1996 – 2005, em milhões de euros.

a = 0

b = 1,135506

R-Quadrado Ajustado = 0,888841

F-estatístico = 187105,7

N = 10 observações

O coeficiente "b" da equação denota uma elasticidade de 1,135506 do PIB para variações unitárias da Formação Bruta de Capital Fixo para a economia portuguesa, entre 1996 e 2005.

Ao se analisar a evolução da composição setorial da Formação Bruta de Capital Fixo para o período no Gráfico 3.5, percebe-se uma tendência de estagnação nas atividades do setor primário, as relacionadas com a área de transportes e o investimento em máquinas e equipamentos. No entanto, os setores relacionados aos transportes apresentaram queda na

Formação Bruta de Capital Fixo, enquanto as atividades do Grupo E, relacionadas ao investimento em outros produtos, apresentaram tendência ao crescimento.

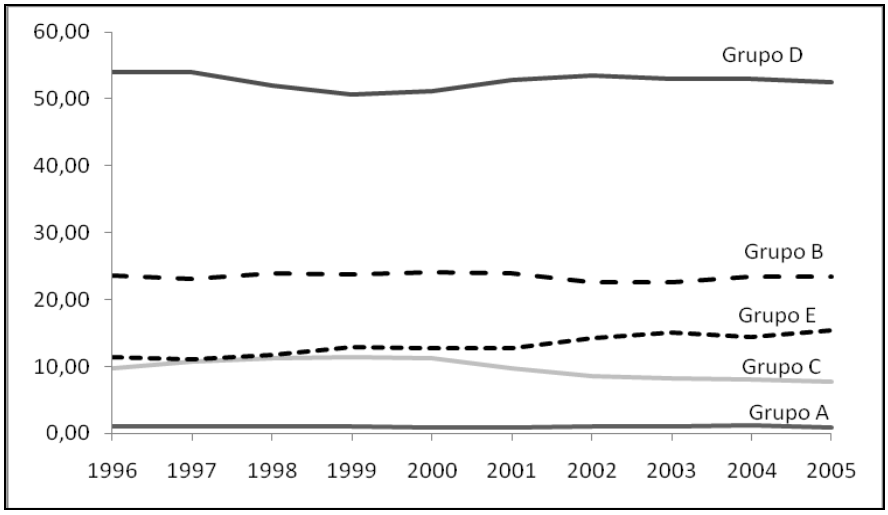

Gráfico 3.5: Composição da Formação Bruta de Capital Fixo em Portugal, entre 1996 e 2005, em % do PIB (*).

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pela autora. Grupo A - Produtos da agricultura, da silvicultura, da pesca e da aquicultura; Grupo B – Equipamentos; Grupo C - Material de Transporte; Grupo D – Construção; e Grupo E - Outros produtos.

A evolução do consumo privado apresentado na Tabela 3.6 permite concluir que não houve alterações significativas no período, ou seja, o padrão de consumo não mudou no segundo decênio de Portugal na UE. As alterações que ocorreram no primeiro decênio (1986 a 1995) vistas no capítulo 2, já foram suficientes para traçar aquele que seria um padrão permanente para a população portuguesa, com uma opção pela aquisição de bens não duráveis.

Ainda em relação à Tabela 3.6, destaca-se um acréscimo no consumo de serviços, que no início da série, 1996, apresentava um peso 34,60% do PIB e, ao término do período estudado, passou a equivaler a 37,36%. Dentre os serviços consumidos, o de maior peso está relacionado às atividades de lazer, cultura e educação, apesar de sua composição na cesta de consumo quase não variar ao longo do decênio.

Tabela 3.6: Consumo Privado em Portugal entre 1996 e 2005, em porcentagem do PIB (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bens não duráveis	***43,70***	***42,89***	***42,40***	***41,70***	***40,74***	***41,36***	***41,68***	***42,55***	***41,85***	***41,38***
Alimentos, bebidas e tabaco	21,86	21,13	21,14	20,84	20,17	20,65	20,52	20,99	20,45	19,88
Vestuário e calçado	8,34	8,31	8,24	7,90	7,73	7,74	7,87	7,59	7,32	7,15
Habitação e despesas de energia e água	13,49	13,45	13,02	12,96	12,84	12,97	13,29	13,96	14,08	14,35
Bens duráveis	***21,70***	***22,11***	***22,58***	***23,35***	***23,53***	***22,27***	***21,62***	***20,75***	***20,92***	***21,25***
Automóveis e veículos	14,42	14,71	15,03	15,85	16,02	15,01	14,36	13,60	13,99	14,36
Móveis, equipamentos e outros	7,28	7,40	7,55	7,50	7,51	7,26	7,27	7,15	6,94	6,89
Serviços	***34,60***	***35,00***	***35,02***	***34,95***	***35,73***	***36,38***	***36,70***	***36,70***	***37,23***	***37,36***
Saúde	4,73	4,79	4,50	4,66	4,75	4,82	4,88	5,35	5,47	5,58
Comunicações	2,05	2,23	2,21	2,39	2,53	2,92	2,94	2,94	2,96	2,86
Lazer, cultura e educação	17,47	17,67	17,86	17,70	18,04	18,08	18,27	18,02	18,30	18,43
Outros serviços	10,34	10,31	10,45	10,19	10,41	10,56	10,60	10,39	10,50	10,49
Consumo privado total em % PIB(*)	**63,2**	**62,4**	**61,6**	**61,9**	**61,9**	**61,3**	**61,1**	**61,4**	**62,1**	**62,8**

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009. (*) cálculo efetuado pela autora.

Tabela 3.7: Comércio Externo de Portugal entre 1996 e 2005.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	Exportações (milhares de euros)	Exportações (em % do PIB) (*)	Importações (milhares de euros)	Importações (em % do PIB) (*)	Saldo da Balança Comercial (2)-(4)	Termos de Troca (*) (2)/(4)	Termos nominais de compra (*) 2000=1,0	Poder de Compra das Exportações (*) (2)x(8)
1996	18.933,7	28,2%	27.070,4	35,1%	(8.137)	69,9%	0,72	13.589,89
1997	20.924,8	28,6%	30.624,7	36,6%	(9.700)	68,3%	0,79	16.598,45
1998	22.251,6	29,0%	34.490,8	37,9%	(12.239)	64,5%	0,84	18.770,14
1999	23.025,9	27,9%	37.505,7	38,1%	(14.480)	61,4%	0,87	20.099,17
2000	26.378,8	29,8%	43.257,2	40,6%	(16.878)	61,0%	1,00	26.378,80
2001	26.918,3	28,9%	44.093,2	38,9%	(17.175)	61,0%	1,02	27.468,83
2002	27.412,6	29,3%	42.452,9	38,0%	(15.040)	64,6%	1,04	28.486,92
2003	28.088,6	28,0%	41.706,1	34,5%	(13.618)	67,3%	1,06	29.909,22
2004	29.870,0	28,4%	46.597,9	36,2%	(16.728)	64,1%	1,13	33.823,26
2005	30.652,5	28,5%	49.145,9	37,2%	(18.493)	62,4%	1,16	35.618,59

Fonte: Dados do Ministério das Finanças e da Administração Pública: MFAP/DGEP – A Economia Portuguesa – Julho de 2005, disponíveis em http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas, acesso em 15/04/2010. (*) Cálculos efetuados pela autora.

Observa-se déficit crescente da Balança Comercial, como exposto na Tabela 3.7, além de deterioração dos termos de troca de 69,9% para 62,4% ao longo do período. Há uma valorização dos termos nominais de compra, ou seja, o poder de compra das importações e das exportações aumentou. Portanto, isso não se reflete num aumento do consumo como porcentagem do PIB, o que significa que a demanda interna está sendo suprida pelo mercado externo. No entanto, os déficits comerciais não se apresentam como um problema estrutural

porque, no momento, são cobertos pela elevação do poder de compra doméstico advindo dos ajustes feitos na economia para permitir a adesão à moeda única.

Ainda em relação ao comportamento do Comércio Exterior português, percebe-se pelos dados apresentados na Tabela 3.8, redução significativa no peso dos setores primário – à exceção da área extrativista – e secundário nas importações, acompanhado de um pequeno crescimento do peso do setor de serviços. Como citado anteriormente no item 3.2, destaca-se o aumento das importações do setor pesqueiro para suprimento das fabricas de salga, conservas e congelados. Pelo lado das exportações, pode-se observar uma permanência de patamares durante o período para todos os setores, à exceção da indústria transformadora, que apresenta queda de sua participação na pauta exportadora.

Tabela 3.8: Comércio Externo de Portugal por tipo de produto entre 1996 e 2005. Em % do total negociado, em milhares de Euros. (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Importações	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Agricultura, Pecuária e silvicultura	6,10%	5,57%	5,63%	4,53%	4,13%	4,46%	4,47%	4,25%	3,93%	3,58%
Pesca	0,27%	0,26%	0,28%	0,34%	0,33%	0,35%	0,35%	0,34%	0,34%	0,32%
Ind. Extrativa	5,53%	5,91%	4,06%	5,10%	7,15%	6,91%	6,56%	7,10%	7,77%	9,70%
Ind.transformadora	82,38%	82,13%	85,75%	84,70%	81,00%	81,09%	81,71%	80,80%	79,72%	75,89%
Electricidade, gás e água	nc	nc	Nc	nc	0,08%	0,07%	0,17%	0,30%	0,38%	0,65%
Alugueis e serviços	0,16%	0,19%	0,19%	0,21%	0,13%	0,20%	0,15%	0,10%	0,07%	0,06%
Outros serviços	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,02%	0,02%	0,10%
Exportações	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Agricultura, Pecuária e silvicultura	0,78%	0,94%	0,85%	0,81%	0,86%	1,16%	1,25%	1,29%	1,38%	1,45%
Pesca	0,26%	0,28%	0,27%	0,29%	0,29%	0,29%	0,31%	0,29%	0,32%	0,27%
Ind. Extrativa	1,11%	1,12%	0,75%	0,69%	0,66%	0,61%	0,58%	0,54%	0,87%	0,99%
Ind.transformadora	96,70%	96,49%	97,34%	97,45%	97,47%	97,21%	97,20%	97,15%	96,35%	95,96%
Electricidade, gás e água	0,00%	nc	Nc	nc	nc	0,07%	nc	0,12%	0,15%	0,28%
Alugueis e serviços	0,01%	0,02%	0,01%	0,04%	0,02%	0,01%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
Outros serviços	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,04%	0,04%	0,02%	0,02%

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009. (*) cálculo efetuado pela autora.

A taxa de desemprego em Portugal, apresentada na Tabela 3.9, foi se aproximando da taxa da UE-15 tendendo ao mesmo comportamento. Por outro lado, a taxa de emprego portuguesa – cujo aumento havia sido definido como prioridade dos governos Guterres – não conseguiu passar dos 70%. Deste modo, pode-se concluir que o país convergiu para os patamares de desemprego dos demais Estados-Membros da União Europeia.

Tabela 3.9: Evolução da População ativa, emprego e desemprego em Portugal e UE-15, anos selecionados.

(1)		(2)	(3)	(4)
		1995	**2000**	**2004**
População ativa	Portugal - Taxa % (1)	68,90	71,40	73,00
	UE 15 - Taxa % (1)	67,20	69,20	70,60
Emprego	Portugal - Taxa % (2)	62,60	68,30	67,80
	UE 15 - Taxa % (2)	59,90	63,20	64,70
Desemprego	Portugal - Taxa %	7,30	4,10	6,70
	UE 15 - Taxa %	10,20	7,90	8,10

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009. (1)Porcentagem da população entre 15 e 64 anos. (2) Porcentagem calculada sobre a População Ativa, (3) Conforme registro de desemprego.

Os dados relativos à abertura e dissolução de empresas em Portugal no período em questão, conforme exposto na Tabela 3.10, mostram a queda na abertura de novos empreendimentos e o crescimento explosivo no fechamento de empresas que deixaram o mercado. Tais dados indicam o movimento de destruição da oferta interna portuguesa – já citada anteriormente ao se analisar o quadro de comércio exterior e consumo privado – não apenas setorialmente ou de postos de trabalho, mas também de novos empreendimentos, em geral.

Tabela 3.10: Empresas constituídas e fechadas em Portugal, de 1996 a 2005.

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
	1996	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**Variação 1996 a 2005**
Empresas constituídas	24 170	25 377	28 462	27 865	30 325	46 152	34 182	24 890	24 113	22 312	-7,69%
Empresas dissolvidas	1 970	2 626	6 745	4 262	4 183	7 064	6 728	11 460	13 620	15 771	700,56%

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009. (*) Calculado pela autora.

O nível de preços português convergiu em direção à meta estabelecida pelas autoridades monetárias supranacionais da UE, estabelecida em 2,0% ao ano. Deste modo, o comportamento da taxa de inflação portuguesa, que se pode observar no Gráfico 3.6, apresenta tendências de alta e baixa, conforme a tendência dos demais Estados-Membros da UE-15 para, no final do período convergir totalmente e atingir a meta determinada.

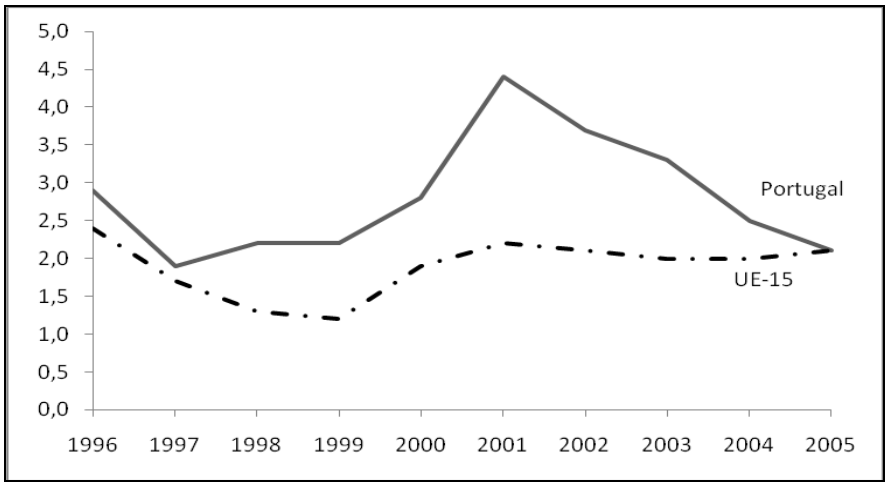

Gráfico 3.6: Evolução da taxa de inflação em Portugal e UE-15, de 1996 a 2005.

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009.

A evolução do mercado mobiliário português entre 1996 e 2005 se deu, em boa parte, de maneira correlata à emissão de títulos da dívida pública. Ou seja, o mercado de valores mobiliários português ainda era incipiente em 2005 e o pouco desenvolvimento que obteve se deu à custa do endividamento público, conforme se observa nos dados da Tabela 3.11.

Tabela 3.11: Evolução do volume de títulos e ações emitidas em Portugal de 1996 a 2005. Em % do PIB (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Ativos	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Ações	0,4	0,07	0,09	0,35	1,36	0,81	1,24	0,1	0,81	1,47
Títulos da Dívida pública	23,47	21,83	12,81	10,16	6,73	9,66	11,6	14,19	13,01	22,82

Fonte: Base de dados do Banco de Portugal. Setor de estatísticas online, disponíveis em http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(fdfpywajpuf5u045scojr1fd))/SeriesCronologicas.aspx acesso em 28/06/2010. (*) Cálculo porcentual sobre o PIB efetuado pela autora.

A partir de 1997, os investimentos estrangeiros em carteira deram lugar aos investimentos diretos. Este é um reflexo de dois movimentos a saber: a tomada de consciência dos investidores externos da incipiência do mercado de valores mobiliários português; e a opção estratégica dos mesmos em transformar seus ativos monetários em ativos de outro tipo. Tal mudança pode ser observada no Gráfico 3.7 a seguir.

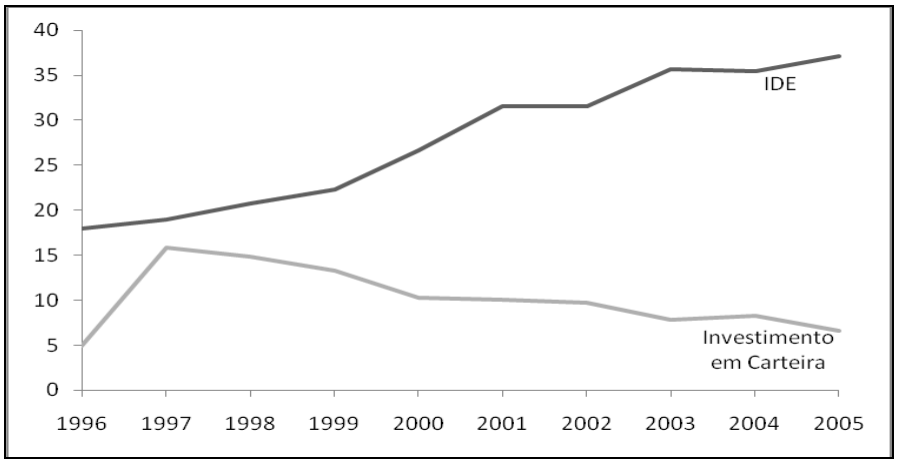

Gráfico 3.7: Investimento Estrangeiro de 1996 a 2005, valores em % do PIB.

Fonte: Dados do Ministério das Finanças e da Administração Pública: MFAP/DGEP disponíveis em http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas, acesso em 20/07/2010.

Ao se analisar o fluxo de capitais entre Portugal e a União Europeia no período de 1996 a 2005, conforme o Gráfico 3.8, nota-se o "vale" no fluxo da União Europeia para Portugal em 2001, contrastando com a regularidade portuguesa. Ressalta-se também o salto que ocorre em 2003, de todo insuficiente para compensar o "vale" anterior. Isso significa que, de certa forma, Portugal conferiu liquidez ao sistema monetário da União Europeia com maior propriedade do que o contrário.

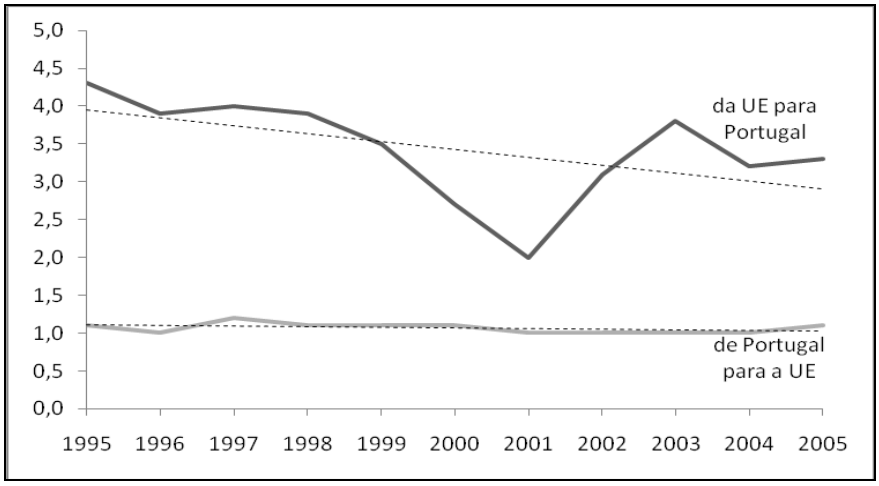

Gráfico 3.8: Fluxo de capitais entre Portugal e UE de 1996 a 2005.

Fonte: Dados do Min.Finanças e Adm.Pública: MFAP/DGEP disponíveis em http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas, acesso em 20/07/2010. (*) Linhas de tendência pela autora.

Conforme já se havia observado no período de 1986 a 1995, a tendência de descolamento das despesas públicas em relação às receitas continuou ocorrendo de 1996 a 2005, como demonstra o Gráfico 3.9, o que se deve provavelmente ao aumento das despesas de capital. Isto reflete o endividamento público progressivo de Portugal.

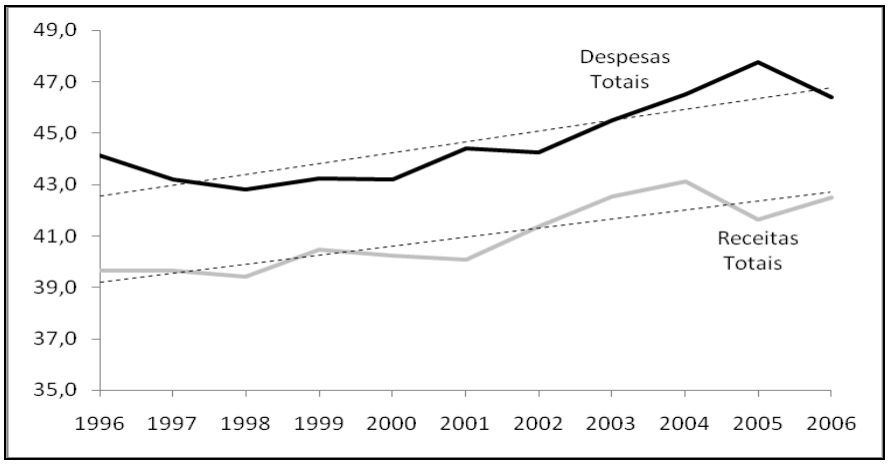

Gráfico 3.9: Contas públicas portuguesas, 1996 a 2006. Em % do PIB (*).

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em http://www.ine.pt acesso em 20/10/2009. (*) Linhas de tendência adicionadas pela autora.

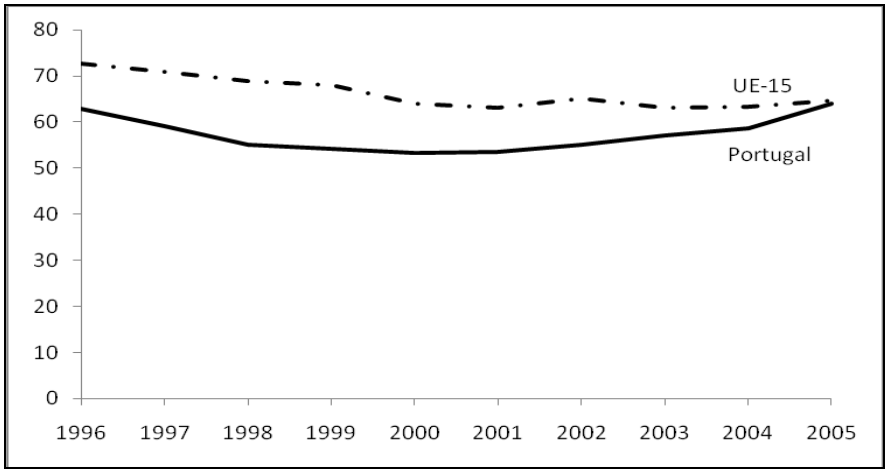

Gráfico 3.10: Dívida Pública Portuguesa e da UE-15, 1996 a 2005, em % do PIB.

Fonte: Dados do Ministério das Finanças e da Administração Pública: MFAP/DGEP – A Economia Portuguesa – Julho de 2005, disponíveis em http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas, acesso em 20/07/2010.

Ainda em relação às contas públicas portuguesas, observa-se no Gráfico 3.10 que a tendência de endividamento de Portugal segue uma trajetória próxima à do endividamento dos

demais países da União Europeia mas convergindo para o mesmo patamar no final da série segue as exigências para a união monetária.

A renda per capita portuguesa mostra uma tendência de menor aceleração no seu crescimento se comparado ao da UE-15, conforme se pode verificar no Gráfico 3.11.

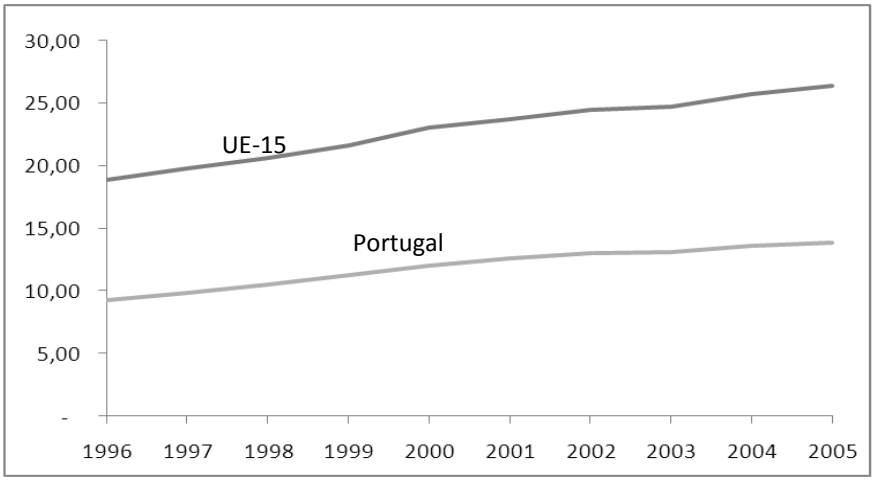

Gráfico 3.11: Evolução da Renda per capita Portuguesa e da UE-15, 1996 a 2005 (em milhares de euros).

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009.

Passando-se a analisar alguns indicadores sociais em Portugal em comparativo com o grupo de países da UE-15 para o ano de 1997, na Tabela 3.12 pode-se perceber um maior índice de pobreza da população portuguesa e, no entanto, um menor investimento público na despesa social. Adicionalmente, existe maior concentração de renda demonstrada pela relação entre o decil superior e o inferior do rendimento médio. Esta última relação apresenta-se muito distante da média do bloco. Já o Índice de Gini português fica em 36,8%, contra 32,2% para a média dos Estados-Membros da UE.

Tabela 3.12: Indicadores sociais de Portugal e EU-15 (1997)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	PIB per capita	**Despesa social**	**Taxa de Pobreza**	**Índice de Gini**	**Dispersão Salarial D9/D1**
Portugal	68	21,6	15,9	0,368	4,05
EU	96	27,8	13,6	0,322	2,81

Fonte: Adaptado de Pereirinha e Nunes, Política Social em Portugal e a Europa, 20 anos depois IN: Romão (org.). Antonio, A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão. Coimbra: Almedina, 2006. p.290. Observação: (2) Valores em PPP (paridade de poder de compra); (3) a despesa social se refere à despesa total pública com o sistema de securidade social, cálculo em porcentagem do PIB; (4) porcentagem de indivíduos abaixo de

50% do valor de renda disponível mediano para adulto equivalente; (5) Valores mais próximos de 1 significam maior dispersão na distribuição de renda, valores mais próximos de zero indicam maior equitatividade de distribuição; (6) D1 é o rendimento médio do decil inferior da distribuição de renda salarial, D9 informa o rendimento médio do decil superior da distribuição.

Segundo o professor Carlos Farinha Rodrigues, Portugal encerrou os primeiros vinte anos de participação na União Europeia com um aumento nos índices de desigualdade e pobreza econômica, conforme os resultados de seus estudos apresentados na Tabela 3.13.

Tabela 3.13: Distribuição de Renda em Portugal 1989, 1995 e 2000.

	(1)	(2)	(3)
	1989	**1995**	**2000**
Renda média por adulto equivalente (euros/ano)	6.709	7.860	8.937
Índice de Gini (%)	31,69	34,73	34,81
Índice de Atkinson (ϵ=1,0)	0,1545	0,1810	0,1814
P90/P50	2,084	2,256	2,195
P90/P10	4,228	4,697	4,628
Linha de Pobreza (euros)	3.392,70	3.776,50	4.355,8
Incidência real de pobreza (em milhares de indivíduos)	1.716	1.813	1.950
Déficit de recursos médio (euros)	146,70	175,50	204,6

Fonte: Adaptado de Rodrigues, Carlos Farinha. Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza.Coimbra: Almedina, 2007, pp.121-179

O índice de Gini para o ano 2000 foi de cerca de 35% e a taxa de incidência de pobreza de mais de 19%. Assim, dentro do grupo UE-15, o país se destaca como o pior em distribuição de renda, com quase dois milhões de cidadãos classificados como pobres. No entanto, o autor destaca a importância da implantação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), cujos efeitos sobre a distribuição de renda suplantaram os alcançados pelos programas assistencialistas. O RMG possui uma eficiência redistributiva comprovada, na medida em que 92% dos atendidos pelo programa integram a população que se situava, anteriormente, abaixo da linha de pobreza, 3,5% da população portuguesa é beneficiada pelo programa.

3.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portugal escolheu iniciar o segundo decênio de sua participação na Comunidade Econômica Europeia, tendo na direção política do país um outro partido que não aquele que havia orientado os primeiros dez anos pós adesão. Assim, o Partido Socialista – PS ficou à frente do governo por sete anos, quando foi novamente eleito o Partido Social Democrático – PSD.

As críticas que o PS havia feito sobre a subserviência do país aos ditames da Comunidade Europeia nos primeiros dez anos de adesão não reverteram em atitude diversa quando à frente do governo. Portugal continuou a desempenhar o papel de "aluno obediente" das determinações tomadas pelo bloco. Assim, os dez anos de 1996 a 2005 mostraram uma tendência à continuidade das medidas e resultados de 1986 a 1995.

Por fim, o período que marca os vinte anos posteriores à adesão ao bloco europeu se encerrou com dois mandatos do PSD. Eles não apresentaram resultados de grande destaque, já que apenas se continuou a seguir as orientações dadas pelas autoridades de Bruxelas.

Talvez a ação de maior impacto sobre a vida da população portuguesa durante este segundo decênio tenha sido a entrada em vigor da moeda única. Porém, o maior impacto sobre a própria União Europeia veio na não aceitação em 2004 de uma constituição única para todos os seus membros. Fato que esfriou os ânimos e levou a grandes debates sobre os rumos que a UE deve agora seguir.

A análise dos dados e do ambiente econômico permitem afirmar que, de 1996 a 2005, o PIB português passou a crescer a uma taxa 50% menor que no período analisado no capítulo dois, de 1986 a 1995. O PIB europeu, por sua vez, manteve uma tendência de crescimento paralela ao eixo, o que indica estagnação. Em termos da participação setorial da economia, o setor primário diminuiu sua participação na economia. O setor secundário também encolheu e o setor terciário manteve uma tendência de crescimento com destaque para atividades ligadas ao comércio, à área financeira, de imóveis, e serviços diversos.

O estudo das alterações ocorridas no setor primário em geral revelou uma redução física absoluta do setor, refletida na produção total. Houve, portanto, destruição do produto agrícola no país, no período. Já o setor pesqueiro, em particular, sofreu queda de participação no PIB do país e perdeu o status de atividade tradicionalmente vital às populações costeiras

que aceitaram a destruição física da frota e redução dos totais de pescado em troca de auxílios mensais para custeio de suas vidas.

Assim, para o setor primário, os efeitos sobre a oferta agregada foram a redução do uso da capacidade instalada, redução do nível de investimento no setor, aumento do déficit na balança comercial (redução da oferta doméstica de alimentos e aumento das importações). Os efeitos sobre a demanda agregada foram: redução do consumo e da rentabilidade marginal e absoluta do setor, com redução da arrecadação do governo. Isto ajuda a explicar em parte o aumento do déficit das contas públicas.

Ao se analisar o setor secundário, constata-se uma redução na sua participação no PIB nacional, com destaque para a instalação de uma montadora de automóveis no país. Tal levou ao aquecimento o setor de produção de acessórios e auto-peças. Então, para este setor, os efeitos sobre a oferta agregada foram: aumento do uso da capacidade instalada (apesar da redução da participação), aumento do nível de investimento no setor. Os efeitos sobre a demanda agregada foram: redução da arrecadação do governo, em razão da redução dos rendimentos dos demais estabelecimentos industriais. No Balanço de Pagamentos, isso pode ter causado, ao mesmo tempo, um aumento nos investimentos estrangeiros diretos (IED) e um aumento na remessa de lucros para o exterior. O aumento progressivo do déficit do Balanço de Pagamentos português ao longo do período mostra a primazia dos últimos sobre os primeiros.

Por fim, o estudo sobre a evolução do setor terciário permite destacar a continuidade do crescimento do setor bancário e financeiro, em geral. Também das construções, seja na expansão imobiliária, seja na de infraestrutura de transportes. Assim, do lado da oferta agregada, este setor obteve aumentos da capacidade instalada e do nível de investimento que levaram a um agravamento do déficit da Balança Comercial. A demanda por serviços teve o efeito de que o aumento das importações se elevasse, enquanto a produção interna desse setor não atingiu outros mercados. Pelo lado da demanda agregada, o consumo dos serviços aumentou e trouxe maior rentabilidade ao setor, com consequente aumento de arrecadação. Daí a compreensão da maior parte da população portuguesa de que a entrada do país na União Europeia seja um "bom negócio". No entanto, sob a superfície do aumento do consumo e do volume de investimentos, escondiam-se alguns problemas crônicos.

A crise de 2003 na UE levou a uma diminuição do ritmo de crescimento da Formação Bruta do Capital Fixo em Portugal e na própria União Europeia. A integração portuguesa à CEE não trouxe ainda mudança nos fundamentos do crescimento econômico português, já que

a sua composição setorial mostra estagnação nas atividades do setor primário, além das relacionadas com a área de transportes e o investimento em máquinas e equipamentos.

No setor de comércio externo, Portugal manteve um quadro de déficit crescente da Balança Comercial, com a demanda interna sendo suprida pelo mercado externo. As exportações mantiveram-se com queda da indústria transformadora e perdas no setor primário em geral. O país trocou os seus mercados de atuação tradicionais e concentrou suas trocas com os demais países da UE, em especial com a vizinha Espanha, compondo um "bloco" ibérico.

No lado monetário, a inflação portuguesa continuou a seguir o comportamento da UE com metas determinadas pela autoridade monetária centralizada. A evolução do mercado mobiliário português entre 1996 e 2005 se deu à custa do endividamento público e os investimentos estrangeiros em carteira deram lugar aos investimentos diretos, já que ocorreu uma tomada de consciência dos investidores externos da incipiência do mercado de valores mobiliários português; levando à opção estratégica de transformar seus ativos monetários em ativos de outro tipo. O fluxo de capitais entre Portugal e a União Europeia leva a concluir que Portugal conferiu liquidez ao sistema monetário da União. As contas públicas continuaram a tendência de aumento das despesas em relação às receitas, provavelmente devido às despesas de capital, refletindo o endividamento público progressivo de Portugal e o aumento de saída de capital do país em direção à UE.

No âmbito social, embora tenha sido priorizado o tema "Trabalho e emprego" na segunda presidência portuguesa da UE, o país convergiu para os patamares de desemprego médios da UE, sem que houvesse aumento dos níveis de emprego. O período assistiu à queda na abertura de novas empresas e crescimento explosivo do fechamento de empreendimentos em atividade, ou seja, destruição da oferta interna. A renda per capita portuguesa continuou a crescer, mas de forma mais lenta que nos primeiros dez anos de participação no bloco europeu. O índice de pobreza aumentou; houve menos investimento público na área social;, aumentou a concentração de renda; aumentou a desigualdade; e Portugal é o pior em distribuição de renda entre os países membros da União Europeia, ainda que tenha feito tentativas de melhora com a política de Rendimento Mínimo Garantido.

Em síntese, pode-se afirmar que entre 1996 e 2005, a economia portuguesa rumou em direção à estagnação. O PIB foi refreado, a formação bruta de capital fixo diminuiu, a industria foi desmontada. A pesca sofreu um processo de eliminação, mas como o padrão de consumo não se alterou, os portugueses não sentiram muitas alterações no seu dia-a-dia. O

aumento do desemprego – resultado também da transferência de postos de trabalho para a UE – não foi percebido. Assim como a consolidação de uma concentração de renda maior do que no decênio anterior e um aumento do índice de pobreza ficaram ignorados. O aumento de renda média – somado à manutenção dos padrões de consumo via importações (afetando a balança comercial) – parece ter anestesiado a consciencia dos portugueses para a lenta mas consistente deterioração estrutural da economia do país. Ele perdeu dinamismo e tem se tornado ainda mais dependente da União Europeia.

CAPÍTULO 4. BALANÇO DA ECONOMIA PORTUGUESA: 1986-2005

Após a análise do cenário político e econômico português dos períodos pré e pós adesão ao bloco econômico europeu, apresentada nos capítulos anteriores, busca-se agora estudar os dados da economia portuguesa no período que contempla os vinte anos de sua participação no Mercado Comum Europeu (MCE).

Para tanto, exploram-se variáveis macroeconômicas, partindo da perspectiva do Sistema de Contas Nacionais da ONU, e da análise dos diferentes setores econômicos. Assim, estuda-se o produto interno bruto, o consumo, a poupança, o investimento, as contas públicas, além da evolução do desempenho do comércio externo, com destaque para a pauta e os diversos parceiros das trocas externas portuguesas. Adicionalmente, são expostos alguns dados referentes aos indicadores sociais portugueses, inclusive com indicadores referentes às áreas da saúde e da segurança social.

Destaca-se que os dados apresentados sofreram compatibilização frente à introdução do euro em Portugal, bem como devido à mudança de metodologia utilizada na elaboração das contas nacionais.

A partir de 1995, Portugal passou a seguir a norma internacional das contas nacionais, e aderiu à nomenclatura de classificação de produtos, áreas econômicas e profissões determinada pela União Europeia. Adicionalmente, na medida do possível, buscou trabalhar com os dados na forma de porcentagem do PIB para permitir a comparação e análise mais acurada.

4.1 Evolução do produto

Na análise da evolução do produto português, destaca-se um comportamento cíclico decenal da economia portuguesa. A comparação do crescimento do PIB real do país com a média dos 15 países da União Europeia apresentou um coeficiente de correlação ligeiramente próximo de uma relação linear entre ambos (C= 74,5%).

No caso português, observa-se uma mudança estrutural importante na evolução do produto real: até 2000, a economia portuguesa cresce pouco acima do índice UE-15[184]. Após

[184] Note-se que as crises cambiais citadas no item 2.2.3 do segundo capítulo, e em especial a crise de 1993 resultante do ataque especulativo ao SME, tiveram repercussões em Portugal como se pode ver no Gráfico 4.1.

este ano, o produto português passou a crescer abaixo do índice UE-15, conforme se pode ver no Gráfico 4.1, mostrando uma perda de capacidade da mesma.

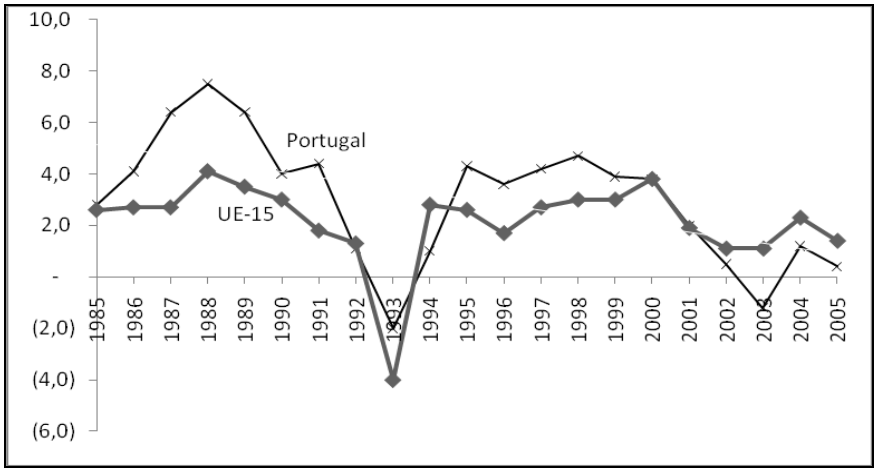

Gráfico 4.1: Evolução real do PIB em Portugal de 1985 a 2005, em porcentagem(*).

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes* acesso em 21/12/2009. (*) cálculo efetuado pela autora.

Outra mudança estrutural importante ocorrida na economia portuguesa pode ser observada na Tabela 4.1, que analisa a composição setorial do PIB nos 20 anos de participação portuguesa no bloco europeu. Constata-se que o grupo das atividades ligadas à agricultura, pecuária, caça e pesca (Grupo 1) apresentou uma queda de quase 16% na participação do PIB. A indústria de transformação e energia (Grupo 2) sofreu uma diminuição de 47% na sua importância na geração do produto ao longo da série. Em contrapartida, o setor da construção (Grupo 3) apresentou um crescimento de mais de 27% de participação na formação do produto, um dado que se explica pelo investimento em infraestrutura de base, efetuado numa primeira fase nos anos após a adesão. Em seguida, pelo aumento da demanda por casas e apartamentos no país, seja para portugueses, seja para europeus que passaram a adquirir imóveis em Portugal com o intuito de investir ou para uso nas férias.

Em contrapartida, as atividades de comércio e conserto de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico (Grupo 4) apresentaram um decréscimo de 12% em sua participação na economia. Por fim, as atividades ligadas ao setor de serviços financeiros, imobiliários, e serviços prestados às empresas (Grupo 5) aumentaram em mais de 260% sua parcela de participação na geração do PIB português mostrando claramente a mudança do peso dos setores primário e secundário para o setor terciário em geral, e financeiro em particular.

Tabela 4.1: Composição setorial do PIB em Portugal de 1986 a 2005, em porcentagem (*).

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
.Ano	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6
1986	8,22	34,09	5,39	28,26	5,8	18,24
1987	8,54	32,88	5,79	27,89	6,34	18,56
1988	6,69	33,83	6,03	27,71	6,15	19,59
1989	7,15	33,06	5,69	27,04	6,31	20,75
1990	7,33	31,67	5,70	27,07	6,43	21,8
1991	6,11	30,78	5,61	27,79	5,98	23,73
1992	5,21	29,83	5,71	27,51	6,01	25,73
1993	4,50	29,72	5,70	26,92	6,54	26,62
1994	4,77	28,58	6,36	23,78	10,51	26,00
1995	4,71	28,16	6,71	23,83	10,26	26,33
1996	5,54	22,4	6,47	23,86	19,27	22,46
1997	4,64	22,04	7,04	24,15	19,67	22,46
1998	4,30	21,55	7,29	24,14	20,00	22,72
1999	3,99	21,08	7,31	23,96	20,52	23,14
2000	3,78	19,97	7,60	24,08	20,59	23,98
2001	3,60	19,52	7,75	24,46	20,49	24,18
2002	3,32	19,19	7,60	24,45	20,46	24,98
2003	3,25	18,77	7,06	24,25	21,05	25,62
2004	3,17	18,32	7,07	24,58	20,95	25,91
2005	2,79	17,98	6,88	24,75	20,96	26,64

Observação: Grupo 1: Agricultura, pecuária, caça e pesca, Grupo 2: Indústria e energia, Grupo 3: Construção, Grupo 4: Comércio e reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico, Grupo 5: Atividades financeiras, imobiliárias, de aluguel e serviços prestados às empresas, Grupo 6:Outros serviços.
Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pela autora..

Assim, a principal transformação observada na composição e dinâmica do produto da economia portuguesa, qual seja, a redução da importância dos setores primários, foi associada ao atraso no ritmo de crescimento da economia do país, com um nível inferior à média da CEE.

4.2 AGREGADOS MACROECONÔMICOS: CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO

O estudo dos dados relativos ao consumo, conforme se observa na Tabela 4.2, permite destacar que o Estado apresentou um aumento no seu nível de consumo correspondente a 6 pontos percentuais do PIB nos vinte anos analisados. Em contrapartida, o consumo privado se elevou apenas em 2 pontos percentuais ao longo dos vinte anos analisados.

A elevação do nível de consumo deu-se em função predominantemente do aumento da disponibilidade de importações para o comércio exterior português. Deste modo, o estímulo à demanda efetiva que o consumo representa, não encontrou reflexo na produção, fosse através de investimentos na formação de capital, ou mesmo do desenvolvimento de novos setores. Daí a redução nos setores primários e o inchaço no setor de serviços constatado no item 4.1.

Tabela 4.2: Consumo Público e Privado português de 1985 a 2005, em porcentagem do PIB(*)

(1)	(2)	(3)
Ano	Consumo Público	Consumo Privado
1985	14,02%	62,04%
1986	14,14%	61,83%
1987	13,97%	61,57%
1988	14,32%	62,88%
1989	14,90%	61,59%
1990	15,19%	61,66%
1991	16,91%	64,72%
1992	16,90%	64,68%
1993	17,66%	67,02%
1994	17,34%	66,20%
1995	17,40%	65,32%
1996	17,60%	65,34%
1997	17,57%	64,31%
1998	17,67%	63,43%
1999	17,91%	63,66%
2000	18,76%	63,76%
2001	19,21%	63,27%
2002	19,44%	63,07%
2003	19,77%	63,49%
2004	20,05%	64,23%
2005	20,87%	64,95%

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal disponível em http://www.ine.pt, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pela autora.

A poupança portuguesa diminuiu mais de 50% durante todo o período analisado. Desta forma, enquanto a poupança das famílias sofreu a maior queda (70%), reduzindo-se de 21,08% do PIB em 1985 para 6,21% em 2005, e a poupança das empresas encolheu mais de 24% no mesmo período, conforme se pode observar na Tabela 4.3.

Tabela 4.3: Poupança portuguesa, anos selecionados, em porcentagem do PIB(*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	1985	**1990**	**1995**	**2000**	**2005**
Empresas	11,98	15,45	11,51	8,80	9,08
Setor público	-6,07	-1,43	-1,48	0,57	-3,11
Famílias	21,18	16,18	9,90	6,54	6,21
TOTAL	27,09	30,20	19,93	15,91	12,18

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB, acesso em 25/11/2010.

Ao se analisar a poupança total e seus componentes, nota-se primeiramente um decréscimo da participação da poupança privada (famílias mais empresas) como um todo, indo de pouco mais de 33% do PIB em 1985, para pouco mais de 16% em 2005. Há uma queda continua na participação da poupança familiar no PIB, queda esta mais acentuada do que a da poupança das empresas, assim, ao que parece, o esforço fiscal do governo português valeu de muito pouco ou quase nada, para o crescimento econômico do país[185]. Tal esforço reduziu seu déficit primário de 6%do PIB em 1985, para 3% em 2005.

A respeito do investimento, a Tabela 4.4 apresenta os dados relativos à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em suas diversas componentes no período. Pode-se observar que entre 1986 e 2005, Portugal teve queda no seu investimento total da ordem de quase 10%. A componente que sofreu maior queda foi a de "material de transporte" e de "máquinas e aparelhos", mostrando uma diminuição da importância dada ao aumento da capacidade produtiva do país. Mais uma vez, os dados da composição setorial do produto, da Tabela 4.1 corroboram tal informação, na medida em que os setores primário e secundário diminuíram acentuadamente sua participação na geração do produto português.

[185] É importante ressaltar que quando o governo investe o que não possui, está induzindo algum outro agente a poupar; logo, o débito do governo é o ganho dos capitalistas e, consequentemente, o "esforço fiscal" empobrece os capitalistas locais.

Tabela 4.4: Investimento português de 1986 a 2005, em porcentagem do PIB(*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	FBCB – Total	FBCF - Máquinas e aparelhos	FBCF - Material de transporte	FBCF - Construção	FBCF – Outros
1986	25,63%	6,24%	2,72%	15,38%	1,29%
1987	27,96%	7,40%	3,46%	15,79%	1,31%
1988	29,79%	8,09%	3,58%	16,64%	1,49%
1989	29,07%	7,62%	3,23%	16,82%	1,41%
1990	27,68%	7,58%	2,97%	15,76%	1,36%
1991	26,62%	7,18%	2,74%	15,39%	1,31%
1992	26,89%	6,28%	2,78%	16,56%	1,26%
1993	24,12%	5,84%	2,27%	14,89%	1,11%
1994	23,24%	5,03%	2,48%	14,57%	1,15%
1995	23,09%	5,01%	2,21%	14,79%	1,08%
1996	23,64%	5,27%	2,38%	14,93%	1,06%
1997	25,81%	5,67%	2,86%	16,17%	1,11%
1998	27,12%	6,16%	3,19%	16,56%	1,20%
1999	27,32%	6,17%	3,22%	16,63%	1,29%
2000	27,75%	6,43%	3,22%	16,80%	1,29%
2001	27,04%	6,20%	2,72%	16,82%	1,29%
2002	25,67%	5,51%	2,37%	16,35%	1,44%
2003	23,67%	5,08%	2,10%	15,06%	1,44%
2004	23,32%	5,17%	1,99%	14,72%	1,45%
2005	23,04%	5,09%	2,01%	14,54%	1,40%

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 25/10/2010. (*) cálculo efetuado pela autora.

A evolução da relação investimento/poupança da economia portuguesa mostra o refreamento da mesma: de 0,95 em 1985, passou a 1,16 em 1995, e atingiu 1,89 unidade de investimento para unidade obtida de poupança em 2005. Isto quer dizer que, quantidades cada vez maiores de investimento se tornaram necessárias para atender às necessidade acumulativas do país.

A relação estatística entre FBCF e PIB atinge, em correlação linear simples, um coeficiente de 77, 38%, o que mostra significativa relação entre as duas variáveis, no período 1986 a 2005. Para uma análise mais próxima das variáveis, montou-se a seguinte equação (I):

(I) $\ln Y = a + b \ln X$, em que

Y = Produto Interno Bruto português, 1986 – 2005, variação % anual;

X= Formação Bruta de capital fixo português, 1986 – 2005, variação % anual;

a = 0 e b = 0,8485452

R-Quadrado = 0,80932

F-estatístico = 84,88933 N = 20 observações

Os resultados da equação (I) sugerem que o crescimento do produto interno bruto português teve elevada dependência do nível de investimentos de sua economia, para o período referido. Os resultados do produto, então, refletem em boa parte a estratégia (ou ausência de estratégia) de investimentos da economia portuguesa.

Para se calcular uma relação mais refinada do Investimento com o Produto – uma função-investimento – elaborou-se a seguinte equação (II) por meio de regressão linear:

(II) $\mathbf{Y = a + b\ X_1 + c\ X_2}$**,** em que

Y = Formação Bruta de capital fixo português, 1986 – 2005, variação % anual;

X_1= Produto Interno Bruto português, 1986 – 2005, variação % anual;

X_2= Taxa básica anual de juros (títulos da dívida pública), 1986 – 2005, variação % da remuneração anual.

a = 0

b = 0,314096

c =0,007838

R-Quadrado = 0,91627

F-estatístico = 328,183 N = 20 observações

A equação (II) mostra uma dependência acentuada dos investimentos pelo crescimento do produto e pela remuneração do capital usurário, para o período referido. A política de investimentos supracitada, assim, teria muito mais um caráter "reativo" do que "pró-ativo" na economia do país, o que se coaduna com o fato de que o volume total disponibilizado de investimentos com a criação da Comunidade Econômica Europeia era, de fato, maior do que a escala da economia portuguesa. A Portugal caberia, então, direcionar-se pela trajetória que os investimentos externos quisessem adotar em sua economia, quando e se de passagem.

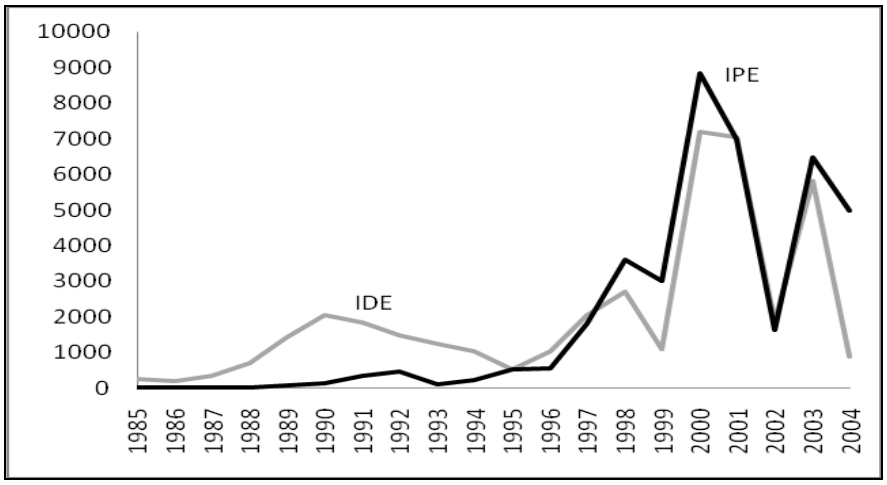

Gráfico 4.2: Evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do Investimento Português no exterior (IPE) de 1985 a 2004, em milhares de euros.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB, acesso em 25/11/2010.

O Investimento Direto Estrangeiro em Portugal (IDE) e o Investimento direto de Portugal no Exterior (IPE) podem ser avaliados no Gráfico 4.2, onde se observa que no primeiro decênio da adesão portuguesa à UE, o investimento estrangeiro no país superou o investimento português no exterior. A partir daí, as duas variáveis passam a caminhar juntas e terminam em queda no ano de 2005, mostrando uma perda de interesse do investimento externo no país. Adicionalmente, as empresas portuguesas estabelecidas fora do país diminuíram seu ritmo de investimento nas filiais no período.

O Gráfico 4.3 apresenta a evolução dos fluxos financeiros entre Portugal e a União Europeia e destaca-se o aumento do volume dos repasses da União Europeia para Portugal ao longo de todo o período, comprovando a dependência crescente do país em relação ao capital europeu. Já as remessas portuguesas para a União Europeia foram crescentes, porém num ritmo mais lento, como se pode observar pelas linhas de tendência adicionadas ao gráfico.

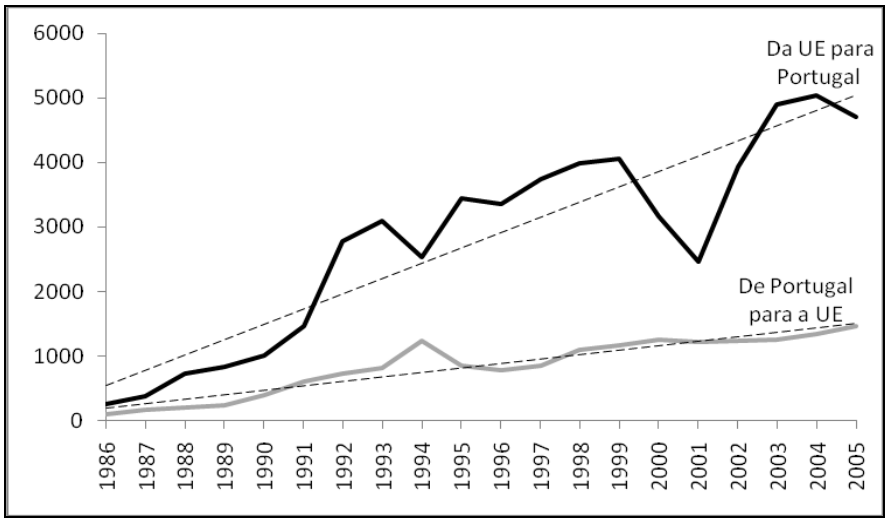

Gráfico 4.3: Evolução dos Fluxos Financeiros entre UE e Portugal, de 1986 a 2005, em milhares de euros.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB, acesso em 25/11/2010.

No primeiro decênio da adesão, os fluxos vindos da União Europeia tinham como destino as obras de reforma e construção da infraestrutura em Portugal e, em média, atingiam um volume anual de 1.650 milhares de euros. A partir do segundo decênio, os repasses passaram a um volume de 3.930 milhares de euros, com o consequente aumento do endividamento português.

4.3 SETOR EXTERNO

Uma análise do comércio externo português ao longo dos vinte anos de participação no bloco econômico europeu pode ser observada na Tabela 4.5, que mostra uma diminuição de quase 9% nas exportações portuguesas; e um aumento de quase 12% nas importações. O resultado imediato é um aumento de cerca de 280% no déficit da Balança Comercial, ao longo do período. Já o Saldo do Balanço de Pagamentos teve um aumento no seu déficit de mais de 380%.

Como afirmado anteriormente, o desmonte da estrutura produtiva do país e o acesso ilimitado aos produtos no mercado externo permitiram o aumento do consumo visto na Tabela 4.2, porém tiveram como resultado um cenário de aumento do desequilíbrio das contas

externas do país. Tal aumentou sua dependência do comércio externo, gerando um déficit comercial crescente em seu Balanço de Pagamentos[186].

Tabela 4.5: Evolução do Comércio Externo Português, anos selecionados.

(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
		1985	1990	1995	2000	2005
Exportações	10^6 euros	10.676,	18.560,9	24.997,7	36.445,4	41.727,4
	% do PIB	31,4	31,3	28,7	29,8	28,6
Importações	10^6 euros	11.492,	22.237,5	30.223,7	49.776,1	55.150,2
	% do PIB	33,8	37,5	34,7	40,7	37,8
Saldo da Balança Comercial	% do PIB	-2,4	-6,2	-6,0	-10,9	-9,2
Saldo do Balanço de Pagamentos	% do PIB	-1,9	-0,25	-0,1	-10,2	-9,3

Fonte: Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 25/10/2010.

Ao se analisar a pauta de importações e de exportações portuguesas descrita na Tabela 4.6, nota-se um aumento de mais de 100% nas importações de materiais de transporte, o que inclui automóveis de passeio, além de um aumento da importação de produtos acabados diversos na ordem de 60% e de máquinas, em torno de 40%. As categorias com queda de importações foram as de alimentos e produtos agrícolas, com 19%, vestuário, calçados e têxteis com uma queda de 17% e, por fim, a categoria com maior queda de importações foi a de produtos do setor de energia.

Ao longo dos 20 anos, as exportações apresentam queda de 22% para os produtos alimentares, 35% para energia, 31% para madeira, cortiça, papel e peles, e 55% para os têxteis, calçados e vestuário - um setor com produção tradicionalmente interna. Já os minérios e metais, bem como os produtos químicos apresentaram crescimento nos volumes exportados. Tal comprova o papel de Portugal como fornecedor de matérias primas para os países industrializados do bloco (principal destino das exportações portuguesas, como veremos adiante).

Adicionalmente, observa-se um crescimento na exportação de máquinas da ordem de 60%, e dos materiais de transporte que apresentam um crescimento de mais de 300% nos vinte anos estudados. A explicação para tal crescimento está na instalação de montadoras de veículos e máquinas no país em busca das vantagens oferecidas, como mão de obra mais barata que seus parceiros europeus. A consequência foi o estabelecimento de algumas fábricas

[186] É importante ressaltar que o crédito externo aumenta as importações e eleva os ganhos de parte do comércio local; também satisfaz um setor de detentores de renda que pode adquirir tais importações. Por outro lado, há uma parcela da população que perde ou não obtém emprego.

multinacionais em Portugal, como é o caso da montadora da Volkswagen (Autoeuropa) citada no capítulo 3.

Tabela 4.6: Composição das Importações e Exportações de Portugal por Tipo de Produto, anos selecionados.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Importações	**1985**	**1990**	**1995**	**2000**	**2005**
Agro alimentares	15,22	11,8	13,99	11,55	12,3
Energético	25,93	10,76	8,15	10,26	11
Químicos	11,98	11,18	12,83	11,9	13,9
Madeira, cortiça, papel e peles	4,39	5,5	6,27	5,52	5,0
Têxteis, vestuário e calçados	8,96	10,75	10,65	8,59	7,4
Minérios e materiais	8,43	7,98	8,98	8,81	10,3
Máquinas	14,91	23,22	20,84	21,89	20,9
Material de Transportes	6,97	13,66	13,04	15,77	14
Produtos acabados diversos	3,22	5,14	5,26	5,71	5,2
Exportações	**1985**	**1990**	**1995**	**2000**	**2005**
Agro alimentares	9,73	7,3	7,46	7,04	7,6
Energético	4,45	3,51	3,19	2,55	2,9
Químicos	7,76	6,35	6,24	7,54	9,1
Madeira, cortiça, papel e peles	13,62	12,24	11,06	10,27	9,4
Têxteis, vestuário e calçados	12,42	8,77	7,71	7,5	5,6
Minérios e materiais	7,04	6,53	5,92	6,34	11,6
Máquinas	11,86	12,89	17,09	19,95	19
Material de Transportes	3,83	6,83	9,76	14,74	15,4
Produtos acabados diversos	5,93	6,43	7,41	6,41	5,2

Fonte: Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, disponível em http://www.ine.pt, acesso em 25/10/2010, Anuário Estatístico de Portugal de 2006.

As relações de comércio externo português se concentraram no bloco dos países UE-15 ao longo dos vinte anos e, se em 1985, 35% de suas importações vinham de tal bloco, em 2004, esse índice era de 77,39%.

A Espanha, que em 1985 representava a origem de 5,95% das importações portuguesas, em 2005, somava 29%. A Alemanha passou de 8,58% para 14,19% e a França, de 5,9% para 9,3%. A Grã-Bretanha, tradicional parceiro português de comércio externo, no entanto, viu diminuir sua participação e as importações portuguesas de origem britânica caíram de 5,49% em 1985 para 4,3% em 2004[187].

Em relação às exportações portuguesas, em 1985, 36,27% do volume exportado destinava-se aos países que pertencem hoje à UE-15. Em 2005, esse volume representava 79,97% do total exportado pelo país.

A Espanha, que em 1985 era o destino de 2,22% dos produtos portugueses, passou a receber 25,50% das exportações portuguesas em 2005, seguida da Alemanha que, de 7,26%

[187] Conforme dados de ROMÃO, Antonio, ***A economia portuguesa 20 anos após a adesão***, Coimbra: Almedina, 2006. Pp.109-110.

em 1985, passou para 13,37% em 2005. E França, que dobrou sua participação, passando de 6,73% em 1985 para 13,81% em 2005[188].

No entanto, destaca-se que a mudança nos destinos das exportações portuguesas não mudou significativamente o volume das mesmas, como se constata pela queda da participação das exportações no PIB, na Tabela 4.5.

4.4 O GOVERNO E O SETOR PÚBLICO

Aparentemente, as contas públicas portuguesas não apresentaram uma grande mudança ao longo dos vinte anos de adesão à CEE. A relação Dívida Pública/PIB se manteve inalterada no período, como se observa na tabela 4.7, porém, a manutenção desta estabilidade se deu através do aumento da carga tributária.

Tabela 4.7: Contas do Governo português de 1986 a 2005, em porcentagem do PIB(*)

Ano	Despesas Totais	Receitas Totais	Dívida Pública
1985	35,75	23,15	5,90
1986	35,26	24,27	6,00
1987	32,43	36,47	5,20
1988	32,13	25,04	3,30
1989	32,34	27,36	2,20
1990	33,82	27,83	4,60
1991	33,33	27,56	5,50
1992	35,72	31,14	2,70
1993	32,49	25,36	5,60
1994	32,88	26,93	5,60
1995	33,05	27,96	4,20
1996	44,10	28,54	3,80
1997	43,20	39,67	2,80
1998	42,80	39,40	2,40
1999	43,20	40,45	2,70
2000	43,20	40,24	2,70
2001	44,40	40,09	4,30
2002	44,30	41,37	4,20
2003	45,50	42,55	5,50
2004	46,50	43,13	5,30
2005	47,70	41,65	6,00

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(vro2yh45swq43mbzyii5nkqk))/SeriesCronologicas.aspx#, acesso em 25/11/2010. (*) cálculo efetuado pela autora.

No período de 1986 a 2005, a receita pública total teve um crescimento de cerca de 72%, passando de 23,15% do PIB no início de 1986, para 41,65% do PIB em 2005. No ano de 2005, a arrecadação fiscal representou 31,6% do PIB sendo o restante do valor obtido de

[188] Idem, p.112.

outras receitas do governo e repasses da União Europeia. De igual modo, as despesas apresentaram um crescimento de cerca de 35,5% ao longo do período analisado, iniciando a série com 35,75% do PIB e terminando a série representando 41,65% do produto português.

4.5 EMPREGO E DESEMPREGO

A população economicamente ativa em Portugal apresentou um crescimento praticamente nulo nos vinte anos estudados, conforme se pode observar nos dados da Tabela 4.8. Os demais países da União Europeia apresentaram um crescimento de cerca de 3%.

Tabela 4.8: Emprego e desemprego em Portugal e UE-15, anos selecionados.

		1985	1990	1995	2000	2004
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
População ativa	Portugal - Taxa % (1)	73,3	71,3	68,9	71,4	73,0
	UE 15 - Taxa % (1)	66,7	68,2	67,2	69,2	70,6
Emprego	Portugal - Taxa % (2)	64,0	64,9	62,6	68,3	67,8
	UE 15 - Taxa % (2)	59,3	62,2	59,9	63,2	64,7
Desemprego	Portugal - Taxa %	9,2	6,8	7,2	3,9	6,7
	UE 15 - Taxa %	9,9	7,7	10,2	7,9	8,1

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009. (1)Porcentagem da população entre 15 e 64 anos. (2) Porcentagem calculada sobre a População Ativa, (3) Conforme registro de desemprego.

O emprego se elevou nos países da UE-15, e em Portugal a tendência de aumento também ocorreu, mas em menor ritmo. Já em relação ao desemprego, a queda observada em Portugal foi mais intensa do que na UE-15, principalmente no ano de 2000, quando atingiu um mínimo, para se elevar novamente. Os índices de emprego apresentaram um pequeno aumento ao longo da série, e o desemprego retrocedeu, acompanhando tendências presentes nos demais países do bloco europeu.

Como visto nos capítulos anteriores, destaca-se que enquanto no primeiro decênio da participação portuguesa no bloco econômico europeu se assistiu a uma expansão na abertura de novas empresas no país, na ordem de mais de 90%, o segundo decênio acusa um índice negativo de abertura de novas empresas, com uma queda da ordem de 8% na taxa de abertura de novos empreendimentos. As taxas de falência também se elevaram neste segundo decênio, atingindo uma variação de 700% na comparação de 1996 com 2005, contra um crescimento de 50% das falências entre 1985 e 1995, nos 10 anos de participação portuguesa na UE.

4.6 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E INDICADORES SOCIAIS

Durante os primeiros vinte anos de participação portuguesa na União Europeia, o investimento público no setor da educação aumentou de 3,44% do PIB em 1986 para 4,95% do PIB em 2005. Tal se mostra abaixo da média dos demais países integrantes do bloco. O ano de 2005 se iniciou com 5,7% da população na idade entre 15 e 64 anos, sem nenhum grau de instrução formal, 67,9% com o ensino básico completo (quatro anos de escolaridade); 25,60% dos portugueses com o ensino secundário (doze anos de escolaridade) e 10,80%, com ensino superior completo[189].

Tabela 4.9: Evolução dos Indicadores da saúde em Portugal e UE-15, para cada 100 mil habitantes, anos selecionados.

		1985	1990	1995	2000	2004
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Leitos em Hospitais	Portugal	457,66	451,45	404,25	380,49	363,9
	UE 15	866,18	797,4	672,49	613,22	583,62
Hospitais	Portugal	2,32	2,4	1,99	2,14	1,95
	UE 15	4,17	4,11	3,96	3,40	3,23
Médicos	Portugal	243,62	280,63	292,64	317,0	328,79
	UE 15	269,91	303,78	321,06	349,73	360,59
Dentistas	Portugal	12,64	16,9	25,24	42,73	52,54
	UE 15	43,42	51,67	59,36	63,74	65,83
Enfermeiros	Portugal	246,49	276,98	334,47	366,49	418,62
	UE 15	581,20	602,73	639,11	695,48	725,41

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

Na área de saúde, a despesa pública subiu de 3,28% do PIB em 1985 para 6,69% em 2004, acompanhada de uma pequena elevação na despesa privada. Esta mudou de 2,70% do PIB em 1985 para 2,91% em 2004. Pode-se observar a evolução de alguns indicadores relativos a esta área na Tabela 4.9, onde se destaca a melhoria de todos os itens exceto o número de camas hospitalares, que sofreu uma queda no período. Observa-se também que essa queda acompanhou uma tendência presente nos demais países da UE-15. No entanto, apesar da melhoria observada ao longo do período, nos indicadores, os índices portugueses

[189] Segundo dados disponíveis em ROMÃO, Antonio, ***A economia portuguesa 20 anos após a adesão***, Coimbra: Almedina, 2006. p.63.

situam-se muito abaixo das médias da UE-15, mostrando um quadro de carência no setor da saúde do país[190].

As despesas públicas direcionadas à seguridade social, entre 1985 e 2005, cresceram e o país gastava 7,7% do PIB nessa rubrica em 1990. Nesse mesmo ano, no entanto, a média dos demais participantes da UE era de 11,8% do PIB. Treze anos depois, Portugal atingiria esse patamar com 11,9% do seu PIB sendo direcionado para a área de seguridade social. Nesse ano, os demais países do bloco estavam gastando 12,7% do PIB, num processo de diminuição do ritmo da importância dada aos gastos públicos com pensões por invalidez, morte, subsídios aos desempregados e aos afastados temporariamente do emprego por doença,ou maternidade[191].

Na Tabela 4.10, pode-se observar a evolução do PIB per capita português e da média dos demais países da UE-15. Constata-se que o país se manteve por quase todo o período num patamar que corresponde a cerca de 50% do índice dos demais países do bloco. Assim, no ano de 1985, Portugal tinha um PIB per capita de 3.390 euros contra 10.940 euros do UE-15, um desempenho de quase um terço do indicador. No final da série, em 2005, o valor do PIB per capita português havia se elevado para 13.800 euros contra 26.340 euros do UE-15 atingindo uma relação de cerca de 50%.

Tabela 4.10: Evolução do PIB per capita de Portugal e UE-15, em milhares de euros, anos selecionados.

		1985	1990	1995	2000	2005
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Portugal	10^3 euros	3,39	5,96	8,69	11,96	13,80
	PPC (10^3 euros) (*)	6,30	10,15	11,76	16,16	17,48
UE 15	10^3 euros	10,94	15,33	17,97	22,98	26,34
	PPC (10^3 euros) (*)	10,94	15,33	17,.15	22,01	25,28

(*) Paridade do Poder de Compra.
Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page /portal /statistics/themes acesso em 21/12/2009.

No entanto, vale destacar que, ao se utilizar a paridade de poder de compra, a situação do país melhorou e a diferença em relação à média do PIB per capita dos demais países da União Europeia, caiu para cerca de 50%. Isso pode ser explicado pelo menor custo de vida do país, que chega a atrair aposentados de outros países. Estes, mediante os rendimentos de suas aposentadorias nos países de origem, podem ter um padrão de vida mais confortável em

[190] Idem, p.70.
[191] Idem, p.78.

Portugal. A região sul é o destino preferido, em função das temperaturas mais quentes nos invernos dos países do norte.

Estudos sobre a distribuição de renda em Portugal apontam para uma melhora no quadro, após a implantação de programas como o "Rendimento Mínimo", citado no capítulo 3 deste trabalho. Porém, se em 1990, o país apresentava um coeficiente de Gini relativo à desigualdade da distribuição de renda da ordem de 0,331, quinze anos depois, em 2005, o coeficiente havia variado para 0,38, o que mostra pouca mudança na estrutura de distribuição de renda do país, a qual, de qualquer forma, se deu no sentido de uma piora da mesma[192].

Adicionalmente, o ano de 2005 veria uma relação de desigualdade na distribuição de renda entre os 90% mais pobres e os 10% mais ricos da ordem de 11,9%, e entre os 80% mais ricos sobre os 20% mais pobres de 6,8%[193] mostrando uma concentração da renda no país.

Tabela 4.11: Evolução do IDH de Portugal entre 1977 e 2000.

	1975	1980	1985	1990	1995
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
IDH	0,737	0,760	0,787	0,819	0,880

Fonte: Dados disponíveis em http://hdr.undp.org/en/statistics/ acesso em 12/12/2010.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, na Tabela 4.11, observa-se um crescimento no valor absoluto do índice. Contudo, comparativamente, somente na década de 1990, Portugal perdeu quatro posições no ranking de países analisados. Em 2005 ocupava a 27ª posição. Essa queda perante o aumento do índice obtido pode ser explicada por três fatores básicos: a) aumento da expectativa de vida da população; b) o impacto de programas de educação em massa nos países subdesenvolvidos, o que reduz a diferença entre Portugal e outros no mundo subdesenvolvido; e c) a mudança no perfil de crescimento da economia portuguesa, o que também a aproximou dos países em desenvolvimento.

[192] O coeficiente de Gini é um "indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 1(quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)" segundo dados do INE, disponíveis no endereço http://www.ine.pt/xportal/ xmain?xpid= INE&xpgid=ine_indicadores &ind OcorrCo d=0001795&contexto=bd&selTab=tab2, acesso em 20/11/2010.

[193] Segundo dados do INE disponíveis no endereço http://www.ine.pt/xportal /xmain?xpid =INE&xpgid= in e_indicadores&indOcorrCod=0001796&contexto=bd&selTab=tab2, acessado em 7/12/2010.

4.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os dados aqui analisados comprovam a queda de desempenho de quase todos os indicadores da economia portuguesa. Em síntese pode-se dizer que:

1. O produto português apresentou taxa de crescimento real inferior à média dos demais países do bloco no período;

2. Os setores primário e secundário diminuíram sua participação na geração do produto. Em contrapartida, o setor de serviços em geral, e serviços financeiros, imobiliários e prestados às empresas em particular, apresentou crescimento;

3. O consumo português se elevou, porém o aumento se deu em função do aumento da disponibilidade de importações, e contribuiu para o crescimento do déficit do Balanço de Pagamentos do país;

4. A poupança e a Formação Bruta de Capital Fixo apresentaram quedas ao longo de todo o período. A relação investimento/poupança revela o aumento crescente da necessidade de investimento para obtenção do mesmo retorno ao longo da série;

5. A relação entre o investimento líquido e o produto mostra que o decréscimo do primeiro levou ao decréscimo do segundo, mas também deu-se um impacto na formação de estoques futuros de capital fixo em função do refreamento do produto, a partir de expectativas desse mesmo refreamento;

6. O comércio exterior português apresentou queda das exportações e incremento das importações no período estudado, com consequente aumento do déficit do Balanço de Pagamentos. Adicionalmente, houve uma concentração das relações comerciais com os países do bloco europeu, em detrimento de parceiros comerciais tradicionais do período pré-adesão. Por fim, a pauta de comércio exterior mostra um deslocamento, para a aquisição de bens finais e venda de insumos primários.

7. As contas públicas apresentaram aumento das despesas e consequente aumento da arrecadação, para que a dívida pública se mantivesse no mesmo patamar entre 1985 e 2005;

8. O mercado de trabalho não apresentou aumento da População Economicamente Ativa ao longo dos vinte anos; e as taxas de emprego e desemprego apresentaram uma

melhora de cerca de 3%. Porém as empresas apresentaram um alto grau de falência e no final do período, o número de novas empresas abertas diminuiu acentuadamente, assumindo taxas de crescimento negativas;

9. Os indicadores relativos às áreas sociais mostram que o país ficou abaixo das médias do bloco europeu em todas as áreas. Destaca-se o encolhimento do aparato da saúde que, embora tenha obtido crescimento dos números de profissionais alocados, pecou pela falta de eficiência do sistema, frente à diminuição de hospitais e leitos, por exemplo.

10. A renda per capita portuguesa aumentou e o poder de compra se elevou, porém em níveis inferiores aos demais países do bloco econômico europeu.

Assim, pode-se perceber que, após vinte anos da adesão ao Mercado Comum Europeu, a economia portuguesa não apresentou sinais de crescimento ou desenvolvimento, mas o país passou a ocupar o lugar a ele destinado pelos demais integrantes do bloco, qual seja, o de coadjuvante dentro da ordem estabelecida pelos países-líderes da CEE – Alemanha e França. Adota a função básica de mercado consumidor para os produtos das potências do grupo. Todas as possibilidades de concorrência dos poucos produtos portugueses de algum potencial de competitividade pré-adesão foram eliminadas, seja pela determinação de quotas de produção, seja pelo Programa de Agricultura Comunitário, citado no capítulo 2.

Portugal interessava à CEE apenas pelo lado de sua demanda, e não de sua oferta. A isso, soma-se o fato de que tal demanda, em nível doméstico na economia portuguesa, seria realizada apenas como consumo importador. Isto (i) forçava as autoridades econômicas portuguesas a manter a estabilidade monetária interna no ritmo do restante da comunidade, à custa da destruição da capacidade de investimento público e fomento da demanda efetiva e (ii) gerava a expectativa de redução no estoque de mercadorias a serem produzidas para o futuro, causando o círculo vicioso investimento-produto, citado anteriormente.

Em termos macroeconômicos, houve aumento de consumo, queda de investimentos. Os gastos do governo aumentaram, perante um aumento da arrecadação. As exportações diminuíram e as importações aumentaram. O conjunto mostra e explica a tendência de queda de crescimento do produto português e a consequente diminuição da economia do país.

Os efeitos sobre a distribuição de renda – no sentido de uma acentuação da concentração – e o desenvolvimento – a queda no ranking do IDH – seguem tais resultados. A

redução do nível de atividade econômica forçou a demanda por serviços sociais da parte do governo, mas esses já se encontravam em oferta decrescente. Tal apenas ampliou o hiato entre a necessidade de tais serviços e sua oferta efetiva. A piora dos índices de saúde e educação, assim, são consequência da opção por parte das autoridades portuguesas pela entrada na CEE sob as condições aqui expostas.

CONCLUSÃO

As décadas que antecederam a adesão portuguesa à Comunidade Econômica Europeia compreenderam uma das mais longas e severas ditaduras do século XX. Com Salazar à frente do país, o mesmo deveria permanecer um império colonial nos mesmos moldes do *Ancient Regime*, *"orgulhosamente só"* nas palavras de seu líder fascista, porém inserido num quadro em que as potências mundiais decidiam como a Divisão Internacional do Trabalho deveria se dar e o comportamento que os mercados deveriam seguir.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois blocos e Portugal se uniria aos países do ocidente, uma ditadura que pertencia ao grupo dos países que se diziam defensores da democracia. Salazar não tinha interesses econômicos na Europa e fortaleceu as elites internas com políticas de planejamento e investimento direcionado para a criação de monopólios e oligopólios nacionalistas nas mãos dessas mesmas elites que passaram a controlar todos os empreendimentos de vulto econômico na metrópole e nas colônias africanas e asiáticas. Foi a chamada época de ouro portuguesa com crescimento econômico dado sobre a exploração dos territórios ocupados e mantidos às custas de força policial e militar de extrema violência.

No final da década de 1960, com a deterioração da saúde e saída de cena do ditador, Marcello Caetano assumiu o governo com novos interesses econômicos e posicionamentos políticos. Contrariando as elites, Caetano defendia a integração com a Europa, porém sua insistência na manutenção das colônias iria se revelar fatal para o regime. Se, por um lado, Portugal abria mão da defesa dos monopólios e oligopólios nacionalistas contrariando os poderosos das "sete famílias" em busca de uma aproximação com os mercados e potências europeias, por outro lado esgotava os recursos do país numa guerra em defesa das colônias, contrariando os militares que, a seu ver, não estavam se esforçando o suficiente para derrotar os insurgentes, numa tentativa de comprar tempo para um suposto processo de "transição" para autoridades locais a serem "criadas" nas colônias.

No início de 1974, Caetano enfrentava o descontentamento da Igreja Católica, das Força Armadas, dos intelectuais, das elites nacionais que condenavam a abertura comercial e a aproximação com a Europa, e dos exilados do regime salazarista. Adicionalmente, o mundo enfrentava os efeitos do choque do petróleo do início da década, aumentando ainda mais os níveis de insatisfação no país.

Em abril de 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos, com amplo apoio popular e a ditadura seria encerrada. Nos dois anos seguintes, os rumos e estruturas portuguesas foram alteradas numa tentativa de instaurar uma economia planificada, de inspiração socialista. Bancos e indústrias foram estatizadas, cooperativas de produção, formadas. As antigas colônias foram abandonadas e as independências foram feitas. Um amplo processo de reforma agrária ocorreu no país. Elementos das elites foram presos, juntamente com antigos funcionários da polícia política.

No entanto, a tentativa de implantação de um regime econômico socialista não foi adiante e a opção pela adesão à CEE levou ao desmonte da estrutura criada pela Revolução. As nacionalizações se transformaram em privatizações, a economia se liberalizou e os mercados foram abertos. O protecionismo e nacionalismo fascista da ditadura haviam terminado. As tentativas de socialização dos meios de produção também foram postas de lado.

De 1976 a 1985, o país se preparou para entrar na CEE. Houve crescimento econômico, com queda de participação dos setores primários e aumento de participação do setor secundário.. Por fim, o setor terciário apresentou queda na sua participação do PIB, com aumento apenas dos serviços do comércio, hoteis e restaurantes dando início a um desenvolvimento do turismo no país. O consumo privado apresentou leve queda nos dez anos anteriores à adesão na CEE. No entanto, o consumo de automóveis de passeio aumentou entre 1976 e 1985 mostrando que os portugueses estavam ávidos para ter acesso aos importados da Europa e isso ficou patente no aumento de consumo e nas mudanças do comércio externo, as importações continuaram sua trajetória de superação das exportações e o saldo da Balança Comercial manteve-se em débito por todo o período. Com o crescimento da economia, novas empresas foram abertas, porém sem absorver da mão de obra disponível, levando a taxas de desemprego elevadas para os padrões dos futuros parceiros europeus.

De forma ampla, a economia portuguesa se reestruturou para atender às exigências impostas pelo processo de adesão que exigia o fim do modelo protecionista, com uma forte atuação do Estado na determinação e financiamento da economia. Assim, passou-se a um modelo aberto, com livre trânsito de empresas e capitais onde as antigas defesas aduaneiras e tarifárias foram substituídas pela livre circulação de mercadorias e a total submissão às exigências dos países europeus para que Portugal pudesse ser aceito como membro do MCE.

Algumas permanências, no entanto, podem ser destacadas. O poder econômico continuou centralizado nas mãos do pequeno grupo de famílias que mesmo fora do país por conta das perseguições no período pós-revolução, não perdeu o controle das atividades de

suas antigas empresas no país. Durante o exílio, o grupo aproveitou para expandir suas áreas de atuação nas ex-colônias portuguesas como Brasil e Angola, conseguindo privilégios e favores dos governos locais. No final da década de 1980, retornaram a Portugal para tomar parte no processo de privatizações que lhes devolveu as antigas empresas, agora reestruturadas e mais aptas a lidar com o novo cenário globalizado e sem interferências do Estado.

A entrada de Portugal na CEE ocorreu cercada de expectativas externas e internas quanto à dinamização da economia portuguesa, estagnada desde a ditadura de Salazar . Uma continuidade política de dez anos em que o mesmo partido, e o mesmo primeiro-ministro, conseguiram se reeleger seguidamente mostram aprovação pela maioria da população, que desejava o acesso fácil às mercadorias da CEE e à renda gerada pela Comunidade.

Em dez anos, o país alterou sua estrutura fiscal, passou a integrar o Sistema Econômico Europeu, abriu mão de parte de sua autonomia anterior em termos de políticas cambiais, fiscais e orçamentárias. Leis foram alteradas, tributos extintos e substituídos por outros novos. Subsídios que permitiam vantagens comerciais foram eliminados e os programas de saúde e educação foram revistos. Todas medidas tomadas visando atender as exigências e recomendações do Tratado de Adesão. Portugal conseguiu, ao longo do período, obter largas somas de ajuda financeira vinda dos Fundos de Coesão da CEE, bem como obteve uma folga com a venda de suas empresas estatais. Empresas estrangeiras se fundiram com nacionais ou as adquiriram. A inflação foi controlada, o escudo se adaptou às normas monetárias da CEE e permitiu que Portugal pudesse, em alguns anos, vir a fazer parte da União Monetária com sua moeda única, o Euro.

As consequências vieram com piora na distribuição da renda, perda de postos de trabalho, um aumento das dívidas interna e externa, aumento do déficit das contas públicas, piora dos resultados da Balança Comercial e encolhimento do setor primário e secundário de produção. As repercussões políticas vieram nas eleições de outubro de 1995, e de janeiro de 1996, que deram a vitória ao Partido Socialista (PS).

O discurso da oposição vitoriosa era de crítica cerrada a uma posição de "ultraliberalismo" dos governos do PSD e se durante os dez primeiros anos da adesão portuguesa ao bloco europeu, o discurso liberal de entrada incondicional na CEE teve o aval do povo português, as eleições de 1995-1996 indicaram um desejo claro de que se buscava uma mudança de rumo. Se o PS faria isso, era outra questão e, como se viu, houve apenas continuidade, não interessava romper com o caminho escolhido.

Portugal optou por iniciar o segundo decênio de sua participação na Comunidade Econômica Europeia, tendo na direção política do país o Partido Socialista – PS que ficou à frente do governo por sete anos, quando foi novamente eleito o Partido Social Democrático – PSD. No período, o país não alterou sua postura de "aluno obediente" das determinações tomadas pelo bloco. Assim, os dez anos de 1996 a 2005 mostraram uma tendência à continuidade das medidas e resultados de 1986 a 1995. No final do segundo decênio de participação no bloco europeu, houveram dois mandatos do PSD. Eles não apresentaram resultados de grande destaque ou grandes mudanças no direcionamento político e econômico, já que apenas se continuou a seguir as orientações dadas pelas autoridades de Bruxelas.

Talvez a ação de maior impacto sobre a vida da população portuguesa durante este segundo decênio tenha sido a entrada em vigor da moeda única. Porém, o maior impacto sobre a própria União Europeia veio na não aceitação em 2004 de uma constituição única para todos os seus membros. Fato que esfriou os ânimos e levou a grandes debates sobre os rumos que a UE devia seguir.

Em termos macroeconômicos, a economia portuguesa passou a crescer à metade que havia crescido no primeiro decênio pós adesão. Os setores primário e secundário mantiveram suas trajetórias de queda na geração do produto e o país continuou a apresentar crescimento do setor terciário com destaque para atividades ligadas ao comércio, à área financeira, de imóveis, e serviços diversos, incluindo o turismo.

Um detalhamento de cada setor feito, permitiu perceber que para o setor primário, os efeitos sobre a oferta agregada foram a redução do uso da capacidade instalada, redução do nível de investimento no setor, aumento do déficit na balança comercial (redução da oferta doméstica de alimentos e aumento das importações). Os efeitos sobre a demanda agregada foram: redução do consumo e da rentabilidade marginal e absoluta do setor, com redução da arrecadação do governo. Isto ajuda a explicar em parte o aumento do déficit das contas públicas.

Ao se analisar o setor secundário, constatou-se uma redução na sua participação no PIB nacional, com destaque para a instalação de uma empresas europeias no país com efeitos sobre a oferta agregada de aumento do uso da capacidade instalada, aumento do nível de investimento em determinados setores e efeitos sobre a demanda agregada de redução da arrecadação do governo, em razão da redução dos rendimentos dos demais estabelecimentos industriais. O resultado observado foi o aumento progressivo do déficit do Balanço de Pagamentos português ao longo do período.

O estudo sobre a evolução do setor terciário permitiu observar o crescimento do setor bancário e financeiro, em geral. Também das construções, seja na expansão imobiliária, seja na de infraestrutura de transportes. Assim, do lado da oferta agregada, este setor obteve aumentos da capacidade instalada e do nível de investimento que levaram a um agravamento do déficit da Balança Comercial. A demanda por serviços teve o efeito de que o aumento das importações se elevasse, enquanto a produção interna desse setor não atingiu outros mercados. Pelo lado da demanda agregada, o consumo dos serviços aumentou e trouxe maior rentabilidade ao setor, com consequente aumento de arrecadação. Daí a compreensão da maior parte da população portuguesa de que a entrada do país na União Europeia seja um "bom negócio". No entanto, sob a superfície do aumento do consumo e do volume de investimentos, escondiam-se alguns problemas crônicos como endividamento crescente, ausência de investimento na formação bruta de capital fixo.

No setor de comércio externo, Portugal continuou a trajetória de déficit crescente da Balança Comercial, com a demanda interna sendo suprida pelo mercado externo. As exportações mantiveram-se em queda. O país trocou os seus mercados de atuação tradicionais e concentrou suas trocas com os demais países da UE, em especial com a vizinha Espanha, compondo um "bloco" ibérico.

No lado monetário, o fluxo de capitais entre Portugal e a União Europeia provou que Portugal favoreceu a liquidez do sistema monetário da União. As contas públicas continuaram a tendência de aumento das despesas em relação às receitas, provavelmente devido às despesas de capital, refletindo o endividamento público progressivo de Portugal e o aumento de saída de capital do país em direção à UE.

No âmbito social, embora tenha sido priorizado o tema "Trabalho e emprego" na segunda presidência portuguesa da UE, o país convergiu para os patamares de desemprego médios da UE, sem que houvesse aumento dos níveis de emprego. O período assistiu à queda na abertura de novas empresas e crescimento explosivo do fechamento de empreendimentos em atividade, ou seja, destruição da oferta interna. A renda per capita portuguesa continuou a crescer, mas de forma mais lenta que nos primeiros dez anos de participação no bloco europeu. O índice de pobreza aumentou; houve menos investimento público na área social;, aumentou a concentração de renda; aumentou a desigualdade; e Portugal é o pior em distribuição de renda entre os países membros da União Europeia. A situação só não se agravou pois o crescimento vegetativo da população encontra-se estagnado e a População

Economicamente Ativa está mantendo os mesmo patamar ao longo dos últimos dez anos estudados.

Em síntese, pode-se afirmar que entre 1996 e 2005, a economia portuguesa rumou em direção à estagnação. O PIB foi refreado, a formação bruta de capital fixo diminuiu, a industria foi desmontada. A pesca sofreu um processo de eliminação, mas como o padrão de consumo não se alterou, os portugueses não sentiram muitas alterações no seu dia-a-dia. O aumento do desemprego – resultado também da transferência de postos de trabalho para a UE – não foi percebido. Assim como a consolidação de uma concentração de renda maior do que no decênio anterior e um aumento do índice de pobreza ficaram ignorados. O aumento de renda média – somado à manutenção dos padrões de consumo via importações (afetando a balança comercial) – parece ter anestesiado a consciencia dos portugueses para a lenta mas consistente deterioração estrutural da economia do país. Ele perdeu dinamismo e se tornou totalmente dependente da União Europeia.

Os vinte anos de participação portuguesa no bloco econômico europeu levaram a uma queda no seu crescimento econômico, com taxa de crescimento real inferior à média dos demais países do bloco no período. A estrutura produtiva foi desmontada, com diminuição dos setores primário e secundário, em contraponto ao crescimento do setor de serviços em geral. Os antigos olivais deram lugar a campos de golfe e *resorts* para lazer dos turistas vindos, na sua maioria, dos demais países do bloco, e as cooperativas de produção formadas na Revolução dos Cravos, praticamente não existem mais.

Assim, pode-se sintetizar que, no período estudado da adesão ao Mercado Comum Europeu, a economia portuguesa não apresentou sinais de crescimento ou desenvolvimento. Como esperado, o país passou a ocupar o lugar determinado pelas potências do bloco de mero coadjuvante com a função básica de mercado consumidor para os produtos destas mesmas potências e eliminação de todas as possibilidades de concorrência dos poucos produtos portugueses de algum potencial de competitividade pré-adesão.

Portugal precisava da CEE para “pertencer” à Europa e o lugar que lhe foi destinado foi de um pequeno mercado consumidor. Interessava à CEE apenas do lado de sua demanda, não de sua oferta. Para tanto, o aumento do consumo interno via importações (i) forçou as autoridades econômicas portuguesas a manter a estabilidade monetária interna no ritmo do restante da comunidade, à custa da destruição da capacidade de investimento público e fomento da demanda efetiva e (ii) gerou a expectativa de redução no estoque de mercadorias a serem produzidas para o futuro, causando o círculo vicioso investimento-produto, estudado

anteriormente. Em termos macroeconômicos, houve aumento de consumo, queda de investimentos, os gastos do governo aumentaram perante um aumento da arrecadação, as exportações diminuíram e as importações aumentaram. O conjunto mostra e explica a tendência de queda de crescimento do produto português e a consequente diminuição da economia do país.

Cabe relembrar as questões colocadas no início desta pesquisa.

1 - *Em quais condições se deu a integração da economia portuguesa à Comunidade Econômica Europeia?* O país alterou sua estrutura política e econômica, acatando todas as determinações das autoridades de Bruxelas de modo a se adequar ao papel a ele destinado no Bloco.

2 - *Que impactos tal integração teve sobre a posição que o país ocupa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)?* Como visto, Portugal passou a ocupar a posição de mercado consumidor dos produtos europeus e eliminou sua estrutura produtiva que, nos anos pré-adesão, haviam levantado questionamentos por parte dos setores agrícolas franceses e italianos em relação à competição desigual que poderiam representar.

3 - *Quais as consequências que a adesão provocou nas alterações sociais em geral verificadas pós-revolução de 1974, especificamente em relação aos padrões de distribuição de renda?* Portugal piorou seus padrões de distribuição de renda. O consumo aumentou sem consequente aumento do nível de atividade econômica o que aumentou a demanda por serviços sociais da parte do governo, que já se encontravam em oferta decrescente, o que apenas ampliou o hiato entre a necessidade de tais serviços e sua oferta efetiva. A piora dos índices de saúde e educação, assim, são consequências da opção por parte das autoridades portuguesas pela entrada na CEE sob as condições aqui expostas.

4 - *A integração monetária do país à CEE, e a aceitação do planejamento feito pelo Bloco permitiu melhorar o desempenho macroeconômico de Portugal?* Portugal perdeu acesso aos dos instrumentos de política monetária e ao longo dos vinte anos estudados, sua economia rumou em direção à estagnação. O endividamento do país aumentou e sua dependência externa só cresceu.

Em suma, a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia se deu em função de um processo iniciado no final da década de 1960. Essa foi uma opção das autoridades do país com o apoio maciço da população e, após vinte anos, pode-se afirmar o sucesso de tal

processo. O país se encontra plenamente incorporado à economia do bloco e não se pode pensar numa economia portuguesa independente dele.

As consequências daquela opção seriam melhor percebidas nos anos posteriores. A crise financeira internacional iniciada em 2008 abalaria o país de tal forma que, no final de 2010, haveria dificuldade em encontrar alguns produtos alimentícios básicos, como açúcar[194], em supermercados de algumas regiões e 15% da população economicamente ativa do país se encontra desempregada[195].

[194] Segundo notícias disponíveis em http://economia.publico.pt/Noticia/hipermercados-racionam-venda-de-acucar_1470332, acesso em 14/12/2010.

[195] Dados informados pelo Banco de Portugal no endereço http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx acesso em 26/12/2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, L A Q. *Portugal e a integração na comunidade europeia*. São Paulo, 1993

ABREU, Margarida. Segundo ABREU, Margarida. *As crises Cambiais do Escudo entre 1992 e 1995*. Lisboa: ISEG, 1998. Disponível em HTTP://repository.url.pt/bitstream/10400.5/567/1/ma-artigo-1998.pdf acesso em 20/03/2010.

ABREU, Marta. "Da adesão à Comunidade Europeia à participação na União Econômica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984 a 1998" IN *Boletim Econômico do Banco de Portugal*. Abril 2001. Disponível em: http://www.bportugal.pt/ publish/bolecon/docs/2004-1.pdf acesso em 15/11/2009.

ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de. *Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios*. Lisboa:Edições Sílabo, 2005

AMARAL, João Ferreira,SERRA, António de Almeida, ESTEVÃO, João. *Economia do Crescimento*. Coimbra: Almedina, 2008.

ANICA, Aurízia. *Contribution to the EDUVINET "European Identity" subject*. Faro, Portugal: Universidade do Algarve, 1997

ANÔNIMO, *Arte de Furtar*. Porto Alegre: L&PM, 2005

ANTUNES, José Freire. *Champalimaud*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997

ARRIGHI, G. SILVER. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

BARBOSA, W. A *História Econômica como Disciplina Independente*. Universidade de São Paulo, Departamento de História, 1988

BRAUDEL, F. *Escritos Sobre a História.* São Paulo: Perspectiva, 1993 (1969)

CAETANO, Marcello. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974

_____. O 25 de abril e o ultramar, três entrevistas e alguns documentos. São Paulo: Verbo, 1976

CARDOSO, Fátima e ESTEVES, Paulo Soares. "Globalização, alterações estruturais das exportações e termos de troca em Portugal" IN *Boletim Econômico do Banco de Portugal*. Março de 2008. Disponível em http://www.bportugal. pt/publish/bolecon /docs/2008-3.pdf

CERQUEIRA, Pedro André. *Assimetria de choques entre Portugal e a União Europeia.* Dissertação de mestrado de 11/04/2000 na Universidade de Coimbra.

CHAMPALIMAUD, Antonio. *Contra a Decadência*. Lisboa: Tempo, 1983.

COSTA, Jorge. *et alli*. *Os donos de Portugal – cem anos de poder econômico (1910-2010).* Porto:Afrontamento, 2010.

CRESPO, Avelino. *Portugal economia aberta : crônicas sobre finanças e emprego na economia global*. Lisboa : Sílabo, 1995

CUNHAL, Álvaro. *A revolução portuguesa. O passado e o Futuro*. Lisboa: Avante, 1994.

FONTAINE, Pascal. *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*. Lisboa: Bertrand, 1998

FREITAS, Miguel Lebre. *A convergência de Portugal na União Européia*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1967).

GOTTSCHALK, Egon Felix. *A Comunidade Econômica Europeia (CEE) e os problemas da integração econômica dos mercados.* S. Paulo : Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Est. de S. Paulo, 1959

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995

HOBSBAWM, E. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965).

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991

KEYNES, J. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.* São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1936).

KINDLEBERGER, Charles P. *Economic Develoment*. New York: Mc Graw Hill, 1979.

KUZNETS, S. Crescimento Econômico Moderno, Abril Cultural, 1983 (1966).

KRUGMAN, P. E OBSTFELD, M. *Economia Internacional – Teoria e política*. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson, 2005

KRUGMAN, P. *Globalização e Globobagens: verdades e mentiras do pensamento econômico.* Rio de Janeiro: Campus, 1999

LAINS, Pedro e FERREIRA SILVA, Álvaro (orgs.). *História Económica de Portugal. O século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2005.

LOPES, José da Silva. *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1995

LOPES, Emídio. Estudo das determinantes do investimento do sector produtivo e em habitação. IN: *Relatório de Prospectiva e Planeamento*, N. 3/4, Lisboa: Banco de Portugal, 1997. Disponível em www.dpp.pt/pages/files/inv_sect_produtivo.pdf acesso em 22/03/2010.

LOURENÇO, Joaquim da Silva. *Política agrícola sócio-estrutural da CEE : perspectivas para o desenvolvimento das regiões minifundiárias portuguesas*. Lisboa : Fundação Galouste Gulbenkian: Dinalivro, 1981

MARTINS DA SILVA, António. História da Unificação Europeia – a integração comunitária (1945-2010). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MATEUS, Abel. *Economia Portuguesa*. 3ª. Ed. Lisboa: Verbo, 2006

MATEUS, Augusto. A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios. IN: *Análise social*, vol.XXVII, 1992, pp.655-671. Disponível em analisesocial.ics.ul.pt/documentos/ 1223054629Q6yOU5 pa6Gx45O K0.pdf. Acesso em 10/10/2009.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal – O Estado Novo*.Vol. XIII, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.

MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – Portugal depois da guerra: Estado Velho, mundo novo*.Vol. XIV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.

MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – Portugal em transe*.Vol. XV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.

MENDES, Manuel Vieira. *A reforma da administração pública em Portugal*. Disponível no endereço http://www.stfpn.pt/arquivo/seminario7Maio/Texto_integral_Eng_ VieiraMendes.pdf, acesso em 05/01/2010.

MONTEIRO, Luís. *Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.

MORAIS, Carlos Alexandre. António de Spínola, o homem. Lisboa: Estampa, 2007.

MIN. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Portugal nas comunidades europeias*. Lisboa : MNE, 1986

NAVARRETE, D. Fernández. *Fundamentos Economicos De La Unión Europea*. Madrid: Thompson, 2007

PALMEIRA, José. *A geopolítica de Portugal e a União Europeia*. IN: *O Minho, a Terra e o Homem*. N. 37.- 2002, pp.130-132

PINTO, António Mendonça. *O desafio europeu e a economia portuguesa, uma discussão necessária*. Lisboa: Verbo, 2000.

POLLARD, Sidney. *The International Economy since 1945*. London: Routledge, 1997.

RAMOS, Rui *et alli*. *História de Portugal*. 3a.ed. Lisboa:esfera dos livros, 2010.

ROCHA, Edgar. Crescimento Econômico em Portugal nos anos 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho IN: *Revista Análise Social*. Vol.XX, Lisboa: Universidade de Lisbo, 1984. Disponível em HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos acesso em 14/03/2010.

RODRIGUES, Carlos Farinha. *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina, 2008

RODRIGUES, Carlos Farinha *et al*. *Integration and Inequality: lessons from the accessions of Portugal and Spain to the EU*. Disponível http://siteresources.worldbank.org

/ECAEXT/Resources/publications/Making-Transition-Work-for-Everyone/paper1.pdf acesso em 31/12/2009

ROLLO, Maria Fernanda. *Portugal, a Europa e o Mundo*. Lisboa: Assembleia da República, 2006.

ROMÃO, Antonio. A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia IN: *Revista Análise Social.* Vol.XVIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Disponível em HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos acesso em 14/03/2010.

_____ . *A Economia Portuguesa - 20 Anos Após a Adesão.* Coimbra: Almedina, 2006.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1803)

SCHUMPETER, J.A. *A teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo economico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SECCO, Lincoln. *A revolução dos Cravos*. São Paulo. São Paulo, Alameda, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Mário. *Do Salazarismo ao Caetanismo – caminho difícil*. Rio de Janeiro: Lidador, 1973.

SOUSA, Fernando de. Portugal e a União Europeia. IN: *Revista Brasileira de Política Internacional vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000.* Disponível em http://www. scielo.br / scielo.php? pid=S0034-73292000000200009& script= sci_ arttext, acesso em 12/12/2009.

SOUZA, L. *Contas Nacionais.* São Paulo: LCTE, 2007.

SPINOLA, Antônio de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

STIGLITZ, J. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais.* São Paulo: Futura, 2002

TAMAMES, Ramon. *Integracion economica y los paises de menor desarrolo relativo : la experiencia de Austria y Portugal en la efta*. Buenos Aires : Intal: Bid, 1972

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal* – do 25 de abril à actualidade. V.2.Lisboa: Editorial Presença, 2008.

TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.

TUMA, Elias H. *Economic History and the Social Sciences: Problems of Methodology*. Los Angeles: University of California Press, 1971.

VALÉRIO, Nuno. *História da União Europeia*. Lisboa: presença, 2010.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica.* Lisboa: Presença, 1992.

WEBER, Thilo. *Portugal – Economic Development after its Entry into the European Union in 1986*. Alemanha: Deutsche Aubenhandels: 2002.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

- Acto Único Europeu, disponível em disponível em http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/ Tratados/QUE /AUE-f.htm acessado em 12/12/2009.

- Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Econômica Europeia, disponível em disponível em http://openlibrary.org/b/OL15106202M/Tratado_de_ adesão_de_Portugal_ à_Comunidade _Económica _Européia. Acesso em 10/05/2009.

BASES DE DADOS:

Banco de Portugal: www.bportugal.pt

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Eurostat: www.eurostat.ue

ANEXO 1 . CRONOLOGIA DO PROCESSO DE UNIFICAÇÃO EUROPEU (1941-2005)

1941- Agosto: assinatura da Carta do Atlântico por Roosevelt e Churchill.

1944- Julho: acordo de Bretton Woods.

1945- Criação da ONU

Setembro: Winston Churchill apelou à reconciliação franco-alemã e à criação dos Estados Unidos da Europa.

Dezembro: criação, em Paris, da União Europeia dos Federalistas.

1947- Março: a França e a Grã-Bretanha do Pacto de Dunquerque, de aliança e assistência mutua contra uma eventual ameaça alemã.

Doutrina Truman.

O Congresso dos Estados Unidos da América aprovou uma resolução favorável à criação dos Estados Unidos da Europa.

Maio: criação do movimento Europa Unida.

Junho:Plano Marshall e início da guerra-fria.

Julho: Conferência para a cooperação econômica europeia, aprovou o Programa de Recuperação Econômica Europeia que daria origem ao CCEE (comitê de Cooperação Econômica Europeia) e à OECE.

Agosto:Criação do Comitê Internacional de coordenação dos movimentos federalistas e Unionistas para a unificação da Europa.

1948- Janeiro: entrada em vigor da Convenção Aduaneira dos países do BENELUX.

Março: França, Grã-Bretanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos assinaram o tratado de Bruxelas. Os objetivos eram a cooperação militar, econômica, social e cultural.

Abril: dezessete Estados europeus fundaram a OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica).

1949- Janeiro:Criação do COMCOM.

Março: instituiu a FRITAL, uma união aduaneira entre a França e a Itália.

Abril: Assinatura do Tratado do Atlântico Norte, que criou a Aliança Atlântica e daria origem à formação da OTAN.

1950- Junho: Bélgica, França, Luxemburgo, Itália, Países Baixos e Alemanha subscreveram a Declaração Schuman.Decidiram concentrar a produção do carvão e do aço, instituir uma nova Alta Autoridade e iniciar negociações para chegar a um tratado.

Setembro: criação da União Europeia de Pagamentos.

Outubro: aprovou o Tratado da Comunidade Europeia de Defesa.

Novembro: aprovou, em Roma, a convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das liberdades Fundamentais.

1951- Abril: assinatura, em Paris, do tratado que institui a CECA.

1952- Jean Monnet foi nomeado Presidente da Alta Autoridade CECA.

1953- Aprovação por uma assembleia do projeto de Tratado relativo a uma Comunidade política Europeia (CPE).

1955- Assinatura do Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental (Pacto de Varsóvia).

Junho: Conselho CECA: criação de uma nova comunidade fundada num mercado comum industrial e de uma organização idêntica para energia nuclear.

Agosto: Acordo Monetário Europeu substituiu a União Europeia de Pagamentos.

1956- Conferência de Bruxelas. Início da elaboração dos textos dos tratados da CEE e da CEEA.

1957- Fevereiro: os 17 estados-membros da OECE iniciaram negociações para o estabelecimento de uma zona de comércio livre.

Março: assinatura, em Roma, dos Tratados que instituíram a CEE e a CEEA.

1958- Janeiro:entrada em vigor dos Tratados de Roma.

Março: criação da Assembleia Parlamentar Europeia que antecedeu o Parlamento Europeu.

1960- Maio:Criação do Fundo Social Europeu.

Dezembro: criação da OCDE, a partir da OECE.

1961- Julho: aprovação pela Cimeira de Bad Godesberg da Declaração de Boa Vontade e criação de uma comissão, residida pelo francês Christian Fouchet, com o objetivo de elaborar um projeto de transformação das Comunidades numa única comunidade econômica , social e política. A Declaração foi vista comoo ato do nascimento da Europa Politica, no quadro das comunidades Europeias e da Aliança Atlântica.

Novembro: apresentação de um projeto de tratado de união Política (primeiro plano Fouchet).

1962- A Assembleia Parlamentar passou a designar-se Parlamento Europeu.

1967- Primeira reunião do Conselho das Comunidades Europeias presidido pela Alemanha.

1968- Introduzida a Pauta Aduaneira Comum.

1969- Julho:aprovou o plano barre para a realização para a realização da União Econômica e Monetária.

Dezembro: Conferência de Haia, foi aprovada a “Política dos três As”: aprofundamento, acabamento e alargamento. A CEE passou da fase de transição para a fase definitiva.

1972- Abril: inicio do funcionamento do primeiro sistema monetário, depois transformado em Sistema Monetário Europeu.

1973- Janeiro:entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido.

Abril: criação da FECOM (fundo Europeu de Cooperação Monetária).

1978- Julho: apresentada a estrutura do SME.

1979- Junho: primeiras eleições diretas e universais para o Parlamento Europeu.

1982- Fevereiro: a Groenlândia abandona a Comunidade Europeia.

1983- Dezembro: criação da política comum das Pescas.

1984- Fevereiro: aprovou o projeto de Tratado que institui a União Europeia.

1985- Junho: assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e da Espanha.

Assinatura do Acordo de Schengen relativo à supressão gradual dos controles nas fronteiras comuns.

1986- Janeiro: assinatura do Ato Único Europeu, que estabeleceu o ano de 1993 como início do mercado interno.

1989- Novembro: queda do muro de Berlim.

Dezembro: proposta do Presidente Mitterrand de criação de uma Confederação Europeia com os países do Leste.

1990- Junho: Convenção de Aplicação do acordo de Schengen que estabeleceu as condições de entrada e circulação de estrangeiros nos países aderentes, e supressão dos controles nas fronteiras comuns.

Outubro: reunificação Alemã.

1991- Junho:dissolução do COMECON (Council for Mutual Economic Assistance, Conselho para Assistência Econômica Mútua).

Julho: dissolução do Pacto de Varsóvia.

Novembro: desaparecimento da URSS.

1992- Maio: instituiu-se o EEE (Espaço Econômico Europeu).

1993- Janeiro: entrada em vigor do Mercado Único.

1994- Janeiro: criação do Instituto Monetário Europeu.

Maio: criado o Fundo Europeu de Investimento.

1995- Janeiro: adesão da Áustria, Finlândia e Suécia.

1997- Novembro: decidiu-se que as políticas de emprego passariam a ser coordenadas pela União Europeia (Comissão e Conselho).

1998- Março: inicio do processo de negociações para a adesão da República Checa, Chipre, Estônia, Hungria e Polônia.

Maio: adoção pelos governos de onze Estados-membros da moeda única e nomeação dos titulares da Comissão Executiva do Banco Central Europeu.

1999- Janeiro: entrou em vigor a moeda única (Euro) em 11 países da União Europeia.

2005- Junho: a Constituição Europeia foi rejeitada por referendo popular nos países membros.